

Revista *Negócios Estrangeiros*
11.3

Revista *NegóciosEstrangeiros*
Publicação do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Director

Professor Doutor Armando Marques Guedes
(Presidente do Instituto Diplomático)

Directora Executiva

Dra. Maria Madalena Requixa

Conselho Editorial

Dr. Francisco Pereira Coutinho (Instituto Diplomático/MNE), Dr. Jorge Azevedo Correia (Instituto Diplomático/MNE),
General José Manuel Freire Nogueira (Presidente do Centro Português de Geopolítica),
Dr. Nuno Brito (Diplomata/MNE), Professor Doutor Nuno Canas Mendes (Instituto Superior de Ciências Sociais
e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa), Professor Doutor Vlad Nistor (Presidente do Instituto Diplomático
do Ministério dos Negócios Estrangeiros Romeno)

Conselho Consultivo

Professor Doutor Adriano Moreira, Professor Doutor António Bivar Weinholtz,
Professor Doutor António Horta Fernandes, Embaixador António Monteiro, General Carlos Reis,
Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento, Professor Doutor Fausto de Quadros,
Embaixador Fernando de Castro Brandão, Embaixador Fernando Neves, Embaixador Francisco Knopfli,
Dr. Francisco Ribeiro de Menezes, Professor Doutor Heitor Romana, Professora Doutora Isabel Nunes Ferreira
Professor Doutor João Amador, Professor Doutor Jorge Braga de Macedo, Dr. Jorge Roza de Oliveira,
Professor Doutor José Alberto Azeredo Lopes, Embaixador José Cutileiro, General José Eduardo Garcia Leandro,
Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça, Embaixador Leonardo Mathias, Dr. Luís Beiroco,
Professor Doutor Manuel de Almeida Ribeiro, Embaixadora Margarida Figueiredo, Dra. Maria João Bustorff,
Professor Doutor Moisés Silva Fernandes, Professor Doutor Nuno Piçarra, Dr. Paulo Lowndes Marques,
Dr. Paulo Viseu Pinheiro, Dr. Pedro Velez, Professor Doutor Victor Marques dos Santos, Dr. Vitalino Canas

Design Gráfico

Risco – Projectistas e Consultores de Design, S.A.

Pré-impressão e Impressão

Europress

Tiragem

1000 exemplares

Periodicidade

Semestral

Preço de capa

€10

Anotação/ICS

N.º de Depósito Legal

176965/02

ISSN

1645-1244

Edição

Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Rua das Necessidades, n.º 19 – 1350-218 Lisboa

Tel. 351 21 393 20 40 – Fax 351 21 393 20 49 – e-mail: idiplomatico@sg.mne.gov.pt

Número

11.3 . Agosto 2007

Índice

11.3

- 5 Nota do Director
Armando Marques Guedes

INTERVENÇÕES NO GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES EM 18 DE MARÇO

- 11 Apresentação do Programa de Actividades
Álvaro Costa de Matos
- 14 Agradecimento
Jorge Braga de Macedo
- 17 O Papel do Professor Jorge Borges de Macedo no Desenvolvimento da Lusofonia
Francisco Lopo de Carvalho

CICLO DE CONFERÊNCIAS JORGE BORGES DE MACEDO: DA HISTÓRIA COMO PROBLEMA – COMUNICAÇÕES

- 21 A História Económica na Obra de Jorge Borges de Macedo
Luís Aguiar Santos
- 27 Comentário: Diferencialidade e Competitividade à Luz da História
Jorge Braga de Macedo
- 30 Jorge Borges de Macedo e a História da Cultura ou “A Imensa Diversidade do Humano”
Raul Rasga
- 33 Jorge Borges de Macedo: Entre a Europa e o Atlântico
Paulo Miguel Rodrigues
- 45 Da História Social em Jorge Borges de Macedo
Carlos Guimarães da Cunha
- 52 Jorge Borges de Macedo, Historiador e Ensaísta
Álvaro Costa de Matos

MESA REDONDA JORGE BORGES DE MACEDO, 10 ANOS DEPOIS (1996-2006) – DEPOIMENTOS NO GABINETE DE ESTUDOS OLISIPONENSES EM 18 DE MAIO

- 79 Resistir à Irrelevância
Luís Maria Pedrosa dos Santos Graça
- 82 Jorge Borges de Macedo – Um Esboço de Retrato Moral
Eduardo Gonçalves Rodrigues

85 *Jorge Borges de Macedo, o Desafio Permanente do Pensamento*
José Manuel Tengarrinha

88 *História: Domínio Irredutível do Concreto*
António Borges Coelho

92 *Depoimento Final*
Jorge Braga de Macedo

LANÇAMENTO NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO EM 15 DE FEVEREIRO

103 *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar. A Experiência Histórica Contemporânea. Comemorações do Legado Bibliográfico, Jorge Braga de Macedo (org.), Lisboa, IDI-MNE, 2005.*
Ana Maria Homem Leal Faria

Estatuto Editorial da Negócios Estrangeiros

Normas para os Autores

Nota do Director

A *NEGÓCIOS ESTRANGEIROS* 11.3 congrega os estudos elaborados para uma série de eventos organizados pela Câmara Municipal de Lisboa em homenagem aos notáveis esforços empreendidos – no meio século que durou até há pouco mais de uma dezena de anos –, pelo Professor Jorge Borges de Macedo. Esforços esses levados a cabo pelo eminente historiador no sentido de consolidar uma história político-diplomática portuguesa em bases científicas adequadas a uma modernidade e um rigor que durante muito tempo nos iludiram. Publica-se, assim, uma dúzia de textos pluridisciplinares que orbitam em volta do trabalho fundacional de Borges de Macedo com o mote *Saber Continuar*.

Na certeza que se trata de uma colecção de estudos que, doravante, se torna imprescindível para quem quer que seja que se debruce sobre a historiografia diplomática portuguesa; afiguram-se dispensáveis quaisquer comentários quanto a uma colectânea com tão óbvios méritos próprios.

Importa, no entanto, sublinhar um eco de fundo: a *Negócios Estrangeiros* 11.3 inclui os textos que fizeram a homenagem ao ilustre historiador e pedagogo no âmbito da iniciativa *Jorge Borges de Macedo: 10 anos depois (1996-2006)*. Esta iniciativa incluiu o Ciclo de Conferências *Jorge Borges de Macedo: da História como problema* e uma Mesa Redonda, entre mostras bibliográficas e exposições. Destaca-se ainda nesta Revista a comunicação da Prof.^a Ana Leal de Faria da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi assim uma sucessora de Jorge Borges de Macedo como Secretária do Centro de História da Universidade de Lisboa que apresentou o livro *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* no Arquivo Histórico Ultramarino em 15 de Fevereiro, obra esta publicada com o número de abertura da série A da colecção *Biblioteca Diplomática* do IDI. Números anteriores da Revista *Negócios Estrangeiros* já acolheram outros textos relativos à obra e individualidade de Jorge Borges de Macedo, escritos pelo filho, que também organizou esta edição.

* Director da *Negócios Estrangeiros*, Presidente do Instituto Diplomático e Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Após Jorge Borge de Macedo: 10 anos depois (1996-2006) realizaram-se vários outros eventos nesta série, descritos no “Depoimento Final”. Assim, no ano transacto, o Prof. Barry Eichengreen, da Universidade de Califórnia em Berkeley apresentou no Banco de Portugal um trabalho, “Globalização e Democracia”, dedicado à memória de Jorge Borges de Macedo e o Prof. João Carlos Espada organizou no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa um seminário intitulado “Portugal Liberal: Três ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo”, onde Álvaro Costa de Matos, António Castro Henriques e José Brissos apresentaram comunicações.

Já em 2007, a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto Superior de Economia e Gestão organizaram uma conferência sobre “Problemas de História do Crescimento Económico Português”. Entre os que estavam previstos na Mesa Redonda Saber Continuar restam os intitulados *Memórias e Identidades Lusófonas e Europa e a História das Civilizações*, a realizar na Sociedade de Geografia e na Academia das Ciências respectivamente. A parceria inicial entre o Instituto de Investigação Científica Tropical e o Centro de História da Universidade de Lisboa alargou-se assim a diversos outros institutos, universidades e centros de investigação.

Deixamos com esta edição uma marca indelével num território cuja topografia é essencial para os que possam vir a interessar-se pela compreensão da dinâmica da acção política externa do Estado português.

JORGE BORGES DE MACEDO



Jorge Borges de Macedo, aos 33 anos de idade,
no seu escritório na Rua Coelho da Rocha, n.º 46, 2.º Dto. (Lisboa, Santa Isabel)



Jorge Borges de Macedo, aos 70 anos de idade,
no seu escritório na Praceta Francisco de Morais, n.º 3, 2.º Dto. (Lisboa, Campo Grande)

Intervenções no Gabinete de Estudos
Olisiponenses em 18 de Março de 2006

Apresentação do Programa de Actividades

EM PRIMEIRO LUGAR gostaria de cumprimentar e agradecer a presença do Professor Jorge Braga de Macedo, filho do homem que vamos homenagear, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, e que desde a primeira hora está connosco neste projecto; da família de Jorge Borges de Macedo (JBM); e do Doutor Francisco Lopo de Carvalho, Secretário-Geral da UCCLA, que se associa assim amavelmente a esta homenagem. Uma palavra de agradecimento também para os funcionários da Direcção Municipal de Cultura (DMC) da Câmara Municipal de Lisboa (CML) aqui presentes, cuja dedicação, empenho e profissionalismo tornou possível esta homenagem: do Gabinete de Estudos Olisiponenses, a Dr.^a Manuela Canêdo, Ana Patrício, Joaquim Capelo e restantes colegas do Serviço de Digitalização e Imagem, funcionários que organizaram e prepararam a sessão informática que a seguir se seguirá; à extraordinária equipa do Serviço de Digitalização e Imagem da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), coordenado pela Dr.^a Elsa Ferreira; à não menos extraordinária equipa do Fora de Portas, sítio do Departamento de Bibliotecas e Arquivos da CML, dirigida pela Dr.^a Edite Guimarães; aos funcionários da HML envolvidos na pesquisa, catalogação e indexação da colaboração de JBM na imprensa periódica portuguesa entre 1940 e 1991: Helena Roldão, Joaquina Cunha, Dr.^a Elsa Geraldo, Dr.^a Fernanda Ruivo, Dr.^a Ana Abreu e restantes colegas que apoiaram esta incursão pela obra periodística do homenageado; finalmente, às parcerias internas e externas criadas, que garantiram a transversalidade desta homenagem na DMC e a realização de actividades que, de outro modo, não teriam lugar.

Falemos agora um pouco de JBM, precisamente 10 anos depois da sua morte, que ocorreu, como sabemos, a 18 de Março de 1996. Ora, a CML, através da sua DMC, não

* Director da Hemeroteca Municipal de Lisboa e antigo aluno do Professor Jorge Borges de Macedo na licenciatura em História e no Mestrado de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi também assistente de Jorge Borges de Macedo na cadeira de História Económica I na Faculdade de Ciências Económicas e Empresarias da Universidade Católica Portuguesa, nos anos lectivos de 1994-1995 e 1995-1996.

quis deixar de assinalar esta data com um vasto programa de iniciativas culturais que se vão estender pelos meses de Março, Abril e Maio. Hoje damos aqui o *pontapé de saída* deste programa, com a sua apresentação pública, com a apresentação do livro *Jorge Borges de Macedo, Saber Continuar* e com a apresentação dos conteúdos digitais que foram criados para assinalar esta data. A CML presta, assim, uma sentida homenagem a um homem que foi uma figura ímpar da cultura portuguesa da segunda metade do século XX. JBM foi, como sabemos, um extraordinário professor universitário, um verdadeiro mestre na difícil arte de ensinar, que marcou profundamente gerações sucessivas de estudantes e de futuros historiadores, gestores, economistas, diplomatas, entre outras profissões; foi também, como sabemos, um dos mais importantes historiadores portugueses do século passado, com uma vasta e importante obra, impulsionadora da renovação que a historiografia portuguesa conheceu a partir da década de 50 e 60 e, por isso mesmo, reconhecida nacional e internacionalmente; foi ainda, como sabemos, um notável ensaísta, actividade que alicerçou num sólido e crítico conhecimento do passado e do presente – o que lhe permitia desmontar facilmente, quantas vezes aliada a uma fina ironia, ideias-feitas e lugares comuns, não só sobre problemas fulcrais da História de Portugal como também sobre muitos dos debates contemporâneos que atravessaram a sociedade portuguesa; mas foi também, aspecto que gostaríamos aqui de destacar, um provocador *nato* do espírito, a que não é alheio a sua concepção da história como um verdadeiro exercício de crítica rigorosa e de permanente exame nacional. E, por isso, lhe somos devedores, na formação e amadurecimento intelectual, nos percursos traçados ao longo da vida e na cidadania que procuramos construir. Consequentemente, esta homenagem é, além de um acto de cultura, um acto de justiça. Como acto de cultura pretende atingir vários objectivos:

- i) em primeiro lugar, reflectir sobre a produção do historiador e do ensaísta, pelo que se propõe organizar um ciclo de conferências que intitulamos ***Jorge Borges de Macedo: da História como Problema***;
- ii) em segundo lugar, divulgar a sua obra junto de novos públicos, organizando-a tematicamente, sem esquecer os estudos que têm sido realizados e compilados sobre o seu itinerário como académico e homem de cultura, recorrendo, para o efeito, às novas tecnologias de informação;
- iii) em terceiro lugar, promover a realização de novos trabalhos sobre a obra do homem que homenageamos, prosseguindo assim o ***Saber Continuar*** que deu o mote às actividades científicas e culturais até aqui desenvolvidas pelo seu filho, Jorge Braga de Macedo.

Numa palavra, cumprir aquilo que JBM constantemente lembrava nas suas saudosas aulas: evitar que o passado, e os seus protagonistas, caiam no esquecimento, pois uma sociedade sem passado, sem memória, é uma sociedade condenada ao fracasso. Os dados estão lançados. Obrigado.**NE**

Agradecimento

FOI O ESPÍRITO empreendedor do Dr. Álvaro Costa Matos que permitiu evocarmos a memória de meu pai no dia em que passaram dez anos sobre a sua morte: como disse na sua intervenção, a homenagem inclui conteúdos digitais preparados para assinalar a data, seguindo-se até Maio cinco comunicações. Pediu-me para moderar a mesa redonda conclusiva, que regista depoimentos de antigos alunos e colegas.

Agradeço esta iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa em nome da viúva, da filha, da nora, de netos e demais familiares aqui presentes, após ter ouvido a palavra de Deus pela boca do Padre Feytor Pinto, pároco e amigo que foi do homenageado.

Também agradeço a presença do Secretário-Geral da UCCLA, associação intermunicipal lusófona membro da Unidade de Acompanhamento do IICT. Este Laboratório de Estado, que integra o Arquivo Histórico Ultramarino, decidiu comemorar com o Centro de História da Universidade de Lisboa o lançamento do Catálogo do *Legado Bibliográfico Professor Doutor Jorge Borges de Macedo*, em 12 de Abril de 2005¹. A comemoração contou com a presença do Eng.º Armando Trigo de Abreu, em representação do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e com uma intervenção arrebatadora do Prof. Doutor José Barata Moura, ao tempo Reitor da Universidade de Lisboa. Foi, antes de mais, um tributo à Prof.ª Doutora Maria do Rosário Themudo Barata, responsável pela edição, cuja presença aqui muito me confortou.

Assim o quis o então Director do Centro, Prof. Doutor João Medina, que também aceitou colaborar com o IICT na comemoração do 9.º aniversário do Legado Bibliográfico através de uma mesa redonda intitulada *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* realizada na Faculdade de Letras em 29 de Junho. As quatro comunicações

* Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

¹ A participação do IICT nestes eventos havia sido debatida na reunião de Direcção alargada à Comissão Coordenadora do Conselho Científico em 20 de Dezembro de 2004. Beneficiou do patrocínio subsequente de Fundação Maria Manuel e Vasco de Albuquerque d'Orey, Sociedade de Desenvolvimento da Madeira e Banco Efisa, a quem mais uma vez agradeço. Ver *3 anos pela renovação do IICT*, organizado por Sofia Lopes, 2007, p. 343 e DVD "Avaliação, Desenvolvimento e Lusofonia".

apresentadas nessa ocasião foram escolhidas pelo Instituto Diplomático para reiniciar a sua Coleção Diplomática (capa vermelha), obra que foi lançada no Arquivo Histórico Ultramarino a 15 de Fevereiro passado, na presença do então Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral, e do Embaixador Carlos Neves Ferreira que representou a viúva sua mãe. *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* foi objecto de um valioso comentário pela Prof.^a Doutora Ana Leal de Faria, cuja presença amiga também agradeço².

Além das comunicações apresentadas na mesa redonda, *Saber Continuar* inclui uma obra quase inédita de meu pai, muito realçada e comentada pelo anfitrião das comemorações com um *soundbite* admirável: “Borges de Macedo diz bem do 25 de Abril”. A vivacidade do debate ressalta não só da palavra escrita mas também do registo em vídeo, disponível num DVD que também contém a base de dados subjacente aos dois volumes do Catálogo, elaborado pelo Dr. Pedro Pina Manique, antigo aluno da Prof.^a Maria do Rosário, consultor do IICT que (para além de co-autor de uma das comunicações da mesa redonda) muito tem ajudado este projecto. Agradeço ainda a presença dele, bem como da Dr.^a Sofia Lopes, que com outras bolsas do “Programa Interministerial para Acesso e Preservação do Património do IICT”, muito tem contribuído para o sucesso do projecto “Saber Continuar”.

Não posso concluir este agradecimento sem lembrar como meu pai se definia quando reflectindo a minha “costela alentejana” ou leituras românticas da adolescência eu lhe falava de encantos da vida campestre o “sabes, eu sou um bicho da cidade”. Ele estava naturalmente a falar da sua cidade: nasceu na Rua das Trinas, esquina com a Rua da Machadinha, em plena Madragoa. Passou a meninice entre a casa onde eu iria casar e Santos-O-Velho, onde a minha irmã Branca viveu depois de casar.

Quando casou, foi viver para a Rua Coelho da Rocha, onde nasceram os três filhos e para onde a minha irmã Branca foi morar depois da morte da nossa mãe no Inverno de 1981. O apartamento era perto da Ferreira Borges e lembro a curiosidade que sentia pelo *Café Latino*, cujas luzes se viam da “marquise” onde brincava até porque nunca lá entrei: o meu pai tomava café na pastelaria *A Tentadora*, do outro lado da Estrela e que, ao contrário do *Café Latino*, ainda existe.

² O comentário original encontra-se em 3 anos, p. 351 e DVD “Avaliação, Desenvolvimento e Lusofonia”. Com ligeiras revisões é reproduzido neste volume, cujo programa de actividades, descrito na intervenção anterior, pretende precisamente continuar *Saber Continuar*.

Casou no Verão de 1984 e foi morar para o Bairro de São Miguel, frente ao jardim, uma viagem no espaço lisboeta que nos familiarizou com as Avenidas Novas e a Igreja do Campo Grande.

A fotografia escolhida para anunciar esta homenagem consta do *Itinerário de uma Vida Pública, Cultural e Científica*, de 1991, organizado por José Brissos, Ana Cannas e Ana Garcia, várias vezes citado nas páginas que seguem, tal como em *Saber Continuar*, p. 228. Também se reproduz a fotografia escolhida para o lançamento do Catálogo, até então inédita, explicada e datada *ibid*, p. 230 nota 6. A viúva do homenageado, que conserva ambas, gosta de salientar a continuidade da concentração criativa ao longo de quatro décadas. A essa impressão incontornável, acrescento a viagem na sua cidade³.

Afinal na vida do autor de *História Diplomática Portuguesa*, as constantes e linhas de forças reflectem a diferencialidade⁴. Voltarei a estes temas no “Depoimento final”, sendo certo que eles são tratados por quase todos os autores desta obra. **NE**

³ Nasceu e morreu a meio da Quaresma, uma circunstância que menciono em “Comentário a Marcos 1, 12-15”, *Os Evangelhos 2006 Comentados*, Lisboa: Firmamento, pp. 66-69, relacionando o comentário com “uma luta de Verão visando a lusofonia como bem comum – um dos objectivos do convénio assinado em Março de 2004 entre a CPLP e o IICT, cuja consecução exige transformar um laboratório de Estado quase esquecido num instrumento de diálogo lusófono e interdisciplinar”.

⁴ *História Diplomática Portuguesa Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica Volume I*, Instituto de Defesa Nacional, 1987, 2.ª edição revista e ilustrada, Tribuna da História, 2006. A relação é evidente na versão mais longa do meu prefácio, intitulado “Por onde vai a diferencialidade portuguesa?” *Negócios Estrangeiros* n.º 9.1, Março 2006, pp. 38-53 bem como em “Diferencialidade revisitada: a propósito dos lançamentos da 2.ª edição revista e ilustrada de *História Diplomática Portuguesa*”, *Negócios Estrangeiros* n.º 10, Fevereiro 2007, pp. 26-37.

O Papel do Professor Jorge Borges de Macedo no Desenvolvimento da Lusofonia

COMEÇO POR AGRADECER a oportunidade de poder aqui manifestar, publicamente, a admiração que sempre tive por Jorge Borges de Macedo, a qual é extensiva a toda a sua família em particular ao meu amigo, seu filho, Jorge Braga de Macedo.

Faz hoje 10 anos que o grande historiador BM nos deixou. O Prof. Borges de Macedo, homem da cultura e do saber, laborioso e sistemático, não se destacou apenas pela sua imensa capacidade científica e pedagógica, como também pela grandeza e verticalidade do seu carácter.

Pensador profundo, dotado de uma visão prospectiva e estratégica que lhe provem da análise crítica da história, foi o grande mestre dos caminhos do futuro que a Lusofonia se propõe hoje trilhar. As suas ideias de portugalidade e de lusofonia ainda estão bem presentes e actuais entre nós.

No pensamento do Professor, “Portugal tem na Europa, uma posição estratégica própria”, é um território com uma dimensão atlântica e outra europeia. Do legado do Prof. Borges de Macedo retemos a necessidade de valorização e aprofundamento da dimensão atlântica, hoje diremos, lusófona, de Portugal. A necessidade hoje não é de expansão, mas sim de projecção e interacção na esfera territorial da língua, como espaço político, económico, cultural e de interacção humana.

“Para os portugueses, a pertença lusófona dá voz a uma herança comum com o Brasil e cinco países africanos...”. A lusofonia, mais do que essa herança, é, em liberdade, a possibilidade de um enriquecedor futuro comum, é um “bem comum”, é o nosso investimento colectivo. E foi sem dúvida, com este espírito do bem comum que Kruz Abecassis, em 1985 fundou a UCCLA – União das Capitais de Língua Oficial Portuguesa.

A concretização da UCCLA correspondeu assim à materialização de uma ideia que desejava articular duas realidades extremamente importantes: a língua comum – o traço de união entre os diversos povos e Estados – e uma realidade político-admi-

* Secretário-Geral da União das Capitais de Língua Oficial Portuguesa e membro da Comissão de Acompanhamento do IICT.

nistrativa com uma importância crescente, a das cidades. É por estas e pelo que as une, a Língua, que passa o ideal da cooperação para o desenvolvimento.

Somos hoje mais de 200 milhões de cidadãos que falam a mesma língua, patrimônio indestrutível da nossa unidade. Para além de um bem comum é uma riqueza que temos que fazer valer neste mundo globalizado.

Ao cabo de vinte anos a UCCLA entrou num novo ciclo. Estamos agora a preparar um grande salto na vida da UCCLA. Este tem que ser determinado e seguro: da cooperação meramente bilateral vamos passar por uma reestruturação onde a UCCLA se vai converter numa Agência de referência na Cooperação Intermunicipal, apostando essencialmente no contributo para a redução da pobreza nas cidades lusófonas. Cidades sem miséria é o nosso slogan.

Para finalizar relembro BM quando referia que a História de Portugal e da língua portuguesa “precisam de futuro” e este está, em grande parte, fora das nossas fronteiras, nos povos com quem interagimos e que adoptam, enriquecendo-a, a nossa língua comum. **NE**

Ciclo de Conferências
Jorge Borges de Macedo: da História como Problema –
Comunicações

A História Económica na Obra de Jorge Borges de Macedo**

O CONTRIBUTO DE Jorge Borges de Macedo (1921-1996) para a história económica é aqui equacionado a partir das três obras principais que nos legou nessa área: *A Situação Económica no Tempo de Pombal: Alguns Aspectos* (1951), *O Bloqueio Continental: Economia e Guerra Peninsular* (1962) e *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* (1963). Nestas obras, tentarei descortinar o seu contributo próprio para a historiografia portuguesa e aquilo que julgo ser o seu “programa metodológico”, o qual, por sua vez, permite tecer algumas considerações sobre o legado científico do autor.

Na minha leitura, a história económica tem, na obra de Borges de Macedo, um papel de precoce possibilitadora daquilo a que o historiador definirá mais tarde como *formalização concreta*. Como tentarei defender, Macedo não só quis evitar uma história politicamente comprometida como, depois, fugiu sempre a adoptar qualquer teorização *a priori*, fazendo essas opções de fundo com a sua opção inicial pela história económica. Recorde-se que, nas primeiras décadas do século XX, a historiografia portuguesa estava muito marcada por leituras acentuadamente ideológicas do passado, que reflectiam tanto o confronto político extremado da época quanto o facto de não existir uma historiografia académica desenvolvida e mais assente na investigação profissionalizada. Encontram-se ecos dessa realidade nas referências de Macedo, em *A Situação Económica*, às divergentes leituras sobre a figura de Sebastião José de Carvalho e Melo, prejudicadas, segundo ele, pela projecção no passado de preconceitos presentes e pela superficialidade da investigação.

Apesar do nosso historiador ter sido influenciado (e formado) pelas concepções correntes na época em que estudou na Faculdade de Letras de Lisboa, a verdade é que o seu primeiro livro já testemunha um exercício de procura de um caminho próprio. Assim, sendo verdade que os instrumentos analíticos do marxismo tinham, na década

* Técnico editorial, mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras de Lisboa e antigo aluno do Professor Jorge Borges de Macedo na licenciatura em História e no Mestrado de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** A comunicação teve lugar no Gabinete de Estudos Olisiponenses em 30 de Março de 2006.

de quarenta do século XX (em que Macedo se formou), amplo prestígio nos meios intelectual e académico, estranho seria que o então jovem historiador lhes tivesse sido imune. O marxismo era já visto por grande parte da intelectualidade e dos universitários como o digno sucessor (até porque, em grande medida, continuador) do positivismo; a implícita epistemologia objectivista deste último e os seus (pre)conceitos holísticos eram apropriados pelo marxismo, mas com a vantagem de serem articulados numa “filosofia da história” mais elaborada e de maior potencial explicativo. Esta influência, que o próprio Macedo não teve problemas em reconhecer no prefácio de 1981 à reedição de *A Situação Económica*, não deve, no entanto, conduzir a conclusões precipitadas. É claro no texto original de *A Situação Económica* que a obra resulta pouco ou nada marcada pelo vocabulário marxista e pode, também por essa razão, ser lida nos nossos dias sem a impressão de estar datada – ao contrário do que acontece com trabalhos posteriores de outros historiadores marcados por aquele vocabulário.

Ora, isto é tanto mais interessante quanto Macedo decidiu enveredar pela vertente económica da história, o que o poderia ter levado a uma escrita menos distanciada do vocabulário marxista. Acontece, no entanto, que a sua intenção declarada em 1945 (publicada em 1951) de evitar resolver os problemas historiográficos através da “redução da sociedade a um esquema”, levava-o a considerar que a “explicação concreta de uma sociedade só pode ser dada com razões também concretas, inscritas no próprio meio que só a sua análise permite encontrar”. E ia mais longe: «De nada serve falar em abstracções como o factor “económico” ou o factor “grande homem” para explicação, sem enunciar como actuam e como se fundem com a sociedade. O problema, portanto, está em saber quais são os factores concretizáveis no conjunto da sociedade» (prefácio à 1.ª edição de *A Situação Económica*). Eis aqui logo declarada a sua opção pelo *concreto*, frente aos “esquemas abstractos”, nos quais parecia já incluir as interpretações gerais derivadas do marxismo. Esta ideia de *concreto*, ou de encontro dos “factores concretizáveis na sociedade” foi então operada num estudo voltado para aquilo a que se pode chamar a “civilização material”, usando o termo consagrado numa famosa obra de Fernand Braudel. Para contornar a inflação de ideias e de interpretações esquemáticas, Macedo optou por pesquisar as condições materiais de sustento e manutenção dos grupos sociais e das instituições para, dessa óptica, tentar perceber as escolhas políticas da época. Pretendia, deste modo, criar uma base empírica sobre o passado com capacidade de autonomia (e de maior alcance científico) relativamente aos esquemas ideológicos que supriam as deficiências da investigação.

Foi assim que, em *A Situação Económica*, Borges de Macedo deitou por terra as velhas polémicas em torno de Pombal (grande reformador ou grande conspirador), apurando as causas próximas das suas medidas na circunstância histórica a que pertenceram, bem como a sua concreta possibilidade de implementação; e, com este exercício metódico ao longo de pouco mais de cem páginas, o historiador foi podendo concluir que Pombal, além de ter estado profundamente condicionado pelo meio no pensar e no agir, foi muito mais pragmático, improvisador e errático do que julgam sempre os “poetas da história” em relação aos grandes políticos do passado. A tentativa pombalina de centralização do poder, que Macedo não nega, aparece nesta obra como esforço de tornar mais eficientes as embrionárias e casuísticas capacidades administrativa e militar da Coroa – e não como manifestação de um plano “iluminista” de reforma da sociedade. Enquanto actor político, o “grande homem” não está só esmagado pela circunstância, ele muitas vezes não consegue ou não quer ver para lá da circunstância. Interessou também ao autor identificar o grupo actuante que explica Pombal enquanto actor histórico destacado que não podia agir isolado até subir ao poder – aqui apareceu uma futura linha de investigação sobre a identificação de “grupos” a que Macedo voltará.

A investigação que desenvolveu para a sua tese de doutoramento mostrou que Macedo não deu por concluído, com *A Situação Económica*, o seu esforço de esclarecimento sobre os “factores concretizáveis da sociedade” na segunda metade do século XVIII. Nos *Problemas de História*, o historiador realizou em boa medida o trabalho que várias vezes, em *A Situação Económica*, considerou ser território a desbravar pela investigação. Neste sentido, as duas obras completam-se inequivocamente, estando anunciado na primeira todo o programa de trabalhos e esboçadas as grandes linhas de análise – por exemplo, sobre a verdadeira natureza do “surto manufactureiro” sob Pombal –, encontrando-se na segunda quer uma ampliação do tempo histórico em estudo quer uma investigação mais sistemática da “civilização material”. Para esse redobrado esforço de apreensão dos “factores concretizáveis”, o historiador trouxe ao crivo da investigação, pela primeira vez, fontes cujo potencial não tinha ainda sido despistado (por exemplo, os registos da décima) e, de forma não menos inovadora, considerou também os condicionalismos geográficos (nomeadamente os custos de transporte) na análise da penetração das relações de mercado pelo território do reino.

Nos *Problemas de História*, essa ampliação do objecto de estudo permitiu a Macedo apresentar um tratamento coerente de um *continuum* temporal que liga o governo do conde da Ericeira sob D. Pedro II até às vésperas das invasões francesas sob o príncipe

regente D. João, passando assim por todo o século XVIII e os reinados de D. João V, D. José I (incluindo o governo de Pombal) e D. Maria I. Neste trabalho, desde logo, é facultado ao leitor um quadro bastante conseguido e razoavelmente completo sobre as (até então) obscuras condições materiais da sociedade portuguesa de Setecentos – curiosamente, será completado, décadas depois, pela tese de José Manuel Tengarrinha (*Movimentos Populares Agrários*, orientada por Macedo), mais centrada nos problemas da economia agrária, aspecto fundamental que os *Problemas de História* não puderam abarcar.

Por outro lado, o nosso historiador questionava já no seu doutoramento a visão – de longínquas raízes e próspero futuro – que entre nós sempre insistiu em ligar a fraca industrialização fabril à inserção do País no mercado mundial. Já em 1963 Macedo chamava atenção para o facto de o mercado interno ser diferenciado e absorver diferenciadamente a oferta industrial estrangeira (o que sempre permitiu a existência de uma protecção natural parcial para a produção interna). Neste sentido, também considerou que a eficácia dos arranjos mercantilistas e proteccionistas deveria ser situada pelos historiadores nesse contexto, devendo-se a sua prioridade política mais a preocupações fiscais do que os engenhosos propósitos de “industrialização”. A isto acrescia o facto, devidamente realçado pelo historiador, de serem as ligações externas da economia portuguesa fundamentais para o seu próprio sustento e desenvolvimento – como eram os casos perenes do sal e das culturas vinícola e frutícola –, devendo os alegados efeitos perniciosos da “dependência externa” ser examinados com a devida ponderação da natureza recíproca das relações comerciais.

Em *O Bloqueio Continental*, estes problemas foram trabalhados no período das invasões francesas e das guerras napoleónicas – prolongando mais um pouco a baliza temporal terminal dos *Problemas de História* –, propositadamente entrosados com as questões políticas e de alinhamento de Portugal no contexto da rivalidade entre as grandes potências. Macedo quis aqui, claramente, voltar às suas preocupações em *A Situação Económica*, utilizando os “factores concretizáveis” para expor as insuficiências das explicações ideológicas, que teimavam em ocupar o vazio de uma investigação historiográfica pouco consolidada. Neste caso, a atitude dos grupos sociais e do poder político constituído perante acontecimentos de grande carga simbólica – a revolução de 1789 e a sua exportação por Napoleão –, que inspirara sempre leituras tão apaixonadas quanto o governo de Pombal, deveriam ceder perante considerações de outro tipo. Macedo expô-las: a complementaridade comercial desenvolvida com a Inglaterra e a importância da procura inglesa para as culturas de exportação

da nossa agricultura impediam que se pudesse considerar, por mera questão de sobrevivência, o corte desses fluxos, como pretendiam os franceses; a permanência massiva e desobediente desses fluxos sob a ocupação francesa do nosso território demonstrou o carácter vital daquela complementaridade comercial; o papel do Brasil enquanto sustentáculo da nossa rendosa actividade atlântica só podia também manter-se na complementaridade comercial desenvolvida com o mercado inglês; e estas realidades não podiam ser ignoradas pelos decisores políticos, fadando ao fracasso as ideias dos proponentes de um alinhamento continentalista. Neste seu estudo de 1962, podem identificar-se predisposições de análise que serão plenamente desenvolvidas na sua *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força* (1987).

Borges de Macedo colocou ainda a questão tecnológica no fulcro da reflexão sobre o atraso relativo da industrialização fabril portuguesa. Nos *Problemas de História* surge claro que é o salto tecnológico dado pela indústria inglesa no início do século XIX, mais do que as opções políticas domésticas, que colocam o parque industrial português em perigo. Mas a natureza do problema – a redução de custos de produção que permite baixar preços ao consumidor – era eminentemente económica e de difícil resolução “política”. A problemática tecnológica, ligada sobremaneira à problemática dos preços, relativiza a eficácia da substituição de importações, desiderato da crença desenvolvimentista das “políticas industrialistas”. Estas questões só serão aprofundadas na historiografia económica (e relativamente ao século XIX) a partir dos anos oitenta, com os trabalhos de Jaime Reis, David Justino, Pedro Lains e Fátima Bonifácio.

Macedo voltará a explorar as potencialidades da questão tecnológica num ensaio de 1979 (“A problemática tecnológica no processo da continuidade república – ditadura militar – Estado Novo”), chamando atenção para o impacto do motor de explosão e da circulação rodoviária no século XX, mais uma vez querendo trazer à superfície “factores concretizáveis” num período histórico para o qual superabundam esquemas ideológicos de leitura do passado. O mesmo, julgo poder dizer-se, entre a sua produção historiográfica mais tardia, do interesse por Fontes Pereira de Melo e Duarte Pacheco (enquanto ministros das obras públicas), a quem dedicou estudos biográficos. Um exercício de natureza um pouco diferente está patente nos ensaios “Para o encontro de uma dinâmica concreta na sociedade portuguesa” (1977) e “Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses: ensaio de formalização concreta” (1990), nos quais Macedo aborda o problema da definição de grupos sociais e de interpretação dos seus “interesses” e da sua actuação – questões em boa medida articuladas com a história económica. O cuidado que pro-

pôs na definição desses grupos actuantes a partir do encontro de interesses concretos e verificáveis tornou esses textos, sobretudo o segundo, numa oportunidade de explicitação do seu método historiográfico, a que chamou apropriadamente *formalização concreta*.

Para evitar a queda do trabalho historiográfico na mera (e ilusória) descrição, impõe-se, para Macedo, uma formalização mínima do discurso do historiador, que permita situar os dados transmitidos em tendências *constantes* (isto é, duradouras) e *linhas de força* (relações ou características gerais emergentes do conjunto de dados reunidos). Esta *formalização* decorre da procura e do contacto com os “factores concretizáveis” da época em estudo e recusa a teoria como ponto de partida. Comungando tal recusa com a generalidade dos historiadores, em geral avessos à teorização *a priori* assumida, Macedo supriu a sua ausência com um implícito conceito de *cultura*, de ampla natureza antropológica, que funcionava como matriz integradora das suas considerações historiográficas; esse conceito, aliás, encontrou outra expressão nas suas conhecidas alusões à *diferencialidade* portuguesa. No que à história económica diz respeito, essa ausência de uma referência teórica *a priori* comporta riscos, nomeadamente se considerarmos que a teoria económica nos elucida mais do que embaraça na selecção e interpretação dos dados históricos identificados como económicos. Esta questão, que está já para lá da obra de Macedo, não deve, no entanto, fazer esquecer o seu papel na elucidação da pertinência da história económica para a compreensão do passado. **NE**

Comentário: Diferencialidade e Competitividade à Luz da História

NA SUA COMUNICAÇÃO interpretativa de trabalhos de meu pai sobre a história económica portuguesa de setecentos, o Dr. Luís Aguiar Santos defendeu uma abordagem fiscal que começo por aplaudir¹. Esta abordagem assenta no estudo de instituições monetárias e orçamentais pela evolução das quais me tenho interessado². Assim, em meados do século XVIII, um inspector de finanças francês, o Sr. Bertin, visitou Portugal e notou uma capacidade contributiva por cabeça que era metade da holandesa e inferior à inglesa, mas superior à francesa, espanhola e prussiana. No mesmo sentido, a Coroa Portuguesa faliu apenas uma vez antes das invasões napoleónicas, o mesmo que a Prússia, ao passo que a Espanha e França faliram cinco vezes³.

A diferença com Espanha é tanto mais notável quanto é certo que reflecte sobretudo as receitas do porto de Lisboa e dos monopólios comerciais, porquanto ambos os reinos praticavam o encabeçamento dos impostos locais⁴. Portugal percebeu desde cedo a importância da moeda estável e comestível como forma de se diferenciar da vizinha Espanha, mas essa reputação foi destruída pela guerra civil e a monarquia constitucional mal tivera tempo de recuperar depois da adesão ao padrão ouro quando foi declarada a inconvertibilidade do real em 1890, o que limitou seriamente o recurso ao crédito externo, mas permitiu evitar a banca rota no século XX, tendo-se tornado possível regressar ao mercado internacional nos anos 1960 e restaurar a convertibilidade nos anos 1990⁵.

* Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

¹ Estes trabalhos foram enaltecidos por último por Maria do Rosário Themudo Barata, *Elogio do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo (1921-1996)*, Academia Portuguesa de História, 2004, pp. 22 a 37.

² Jorge Braga de Macedo, Barry Eichengreen e Jaime Reis (1996), organizadores, *Currency Convertibility: The Gold Standard and Beyond*, Londres: Routledge (há tradução portuguesa, Banco de Portugal) e Jorge Braga de Macedo, Álvaro Ferreira da Silva e Rita Martins de Sousa (2001), "War, taxes and gold: the inheritance of the real", *Transferring Wealth & Power from the Old to the New World*, organizado por Michael Bordo e Roberto Cortes-Conde, Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 187-228.

³ Jorge Braga de Macedo, "Liberdade financeira e cooperação inter temporal", *Cadernos de Economia* n.º 74, 2006.

⁴ "War, taxes and gold", *Op. Cit.*

⁵ Jorge Braga de Macedo (2000), "From the real to the euro, via the escudo", trabalho apresentado numa conferência sobre Portugal Atlântico no Centro Cultural Português, em Paris, Maio.

O papel dos militares no liberalismo, recordado pelo Dr. José Brissos na sua comunicação à mesa redonda *Jorge Borges Macedo: Saber Continuar* mostra bem que nem continuidade nem ruptura são conceitos abstractos mas antes manifestações concretas da defesa da independência política, essencial à cultura nacional na visão que dela tem o Prof. Borges de Macedo⁶. Na verdade, a diferencialidade portuguesa assenta na economia e na cultura mas ao contrário de outras experiências nacionais e europeias, sempre exigiu independência política⁷.

Essa exigência é a regra última de luta dialéctica entre povos e elites que se querem transformar aristocracias.

Por isso o conceito de diferencialidade pode servir para continuar o estudo das constantes e linhas de força da história diplomática portuguesa até à actualidade, como foi feito em “A Experiência Histórica Contemporânea”, 1994, reeditado em *Saber Continuar*.

Depois, passando das receitas fiscais para as despesas militares, a comunicação sugeriu-me uma continuidade entre o século XVIII e XIX que parece mais forte do que as mudanças do regime monetário, político e fiscal. Pombal fomentou a indústria nacional no quadro da aliança inglesa com o objectivo de manter a capacidade contributiva e assim poder resistir às ameaças das grandes potências continentais, desde logo em termos militares. A aliança tentada com a nobreza vai neste sentido. Os graves custos económicos da inconvertibilidade, das invasões napoleónicas, da ida da Corte para o Brasil e da perda do monopólio comercial levaram as elites a pôr o problema do atraso económico peninsular, um tema recorrente até hoje, exacerbado pelo confronto entre os dois vizinhos ibéricos.

Em particular o desenvolvimento económico manteve-se como o garante essencial da independência política ao longo do século XX, especialmente nas alturas que se conseguia comunicar a “diferencialidade portuguesa”. O receio de que as baixas taxas de crescimento dos últimos anos comprometam o objectivo da convergência

⁶ “Liberalismo: Ideologia e História – lendo Jorge Borges de Macedo”.

⁷ Jorge Borges de Macedo, “As condições da esperança”, 1978, p. 44; “Política, Nacionalidade e Conquista da Cultura”, 1994, p. 129 e “A Experiência Histórica Contemporânea”, 1994, reeditado em Jorge Braga de Macedo, organizador, *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar* Lisboa: Instituto Diplomático, 2005, colecção Biblioteca Diplomática série A no 1, citados *ibid.* em Jorge Braga de Macedo “A herança de Jorge Borges de Macedo: uma escolha familiar” e “Por onde vai a diferencialidade portuguesa?” *Negócios Estrangeiros* n.º 9.1, Março 2006, pp. 38-53.

abraçado por Portugal há vinte anos tem levado a esforços de fomento empresarial por parte de sucessivos governos e de colaboração estratégica entre órgãos de soberania. Apesar de não terem tido até agora efeito visível, tais esforços são compatíveis com uma procura de diferencialidade embora os contornos da luta dialéctica entre povo e elites deixam por vezes transparecer a “estranha condição” expressa por Jorge Borges Macedo acerca dos Lusíadas e da história quando autores estrangeiros enaltecem mais o rigor histórico de Camões do que os nacionais.

Julgo assim que pode utilizar o conceito de diferencialidade. Numa das suas obras (“As condições da esperança”), o historiador escreveu “A nossa cultura e a nossa gente sempre se realizaram nessa busca de diferencialidade pelo particular”.

Sendo especialista em história religiosa, relembro ainda os conceitos de infra-estrutura e superestrutura, na linha do que tentei no *Comentário a Marcos 1, 12-15*⁸. **NE**

⁸ Os Evangelhos 2006 Comentados, pp. 66-69, citado no “Agradecimento”. Ver ainda *Saber Continuar* e o “Depoimento Final”.

Jorge Borges de Macedo e a História da Cultura ou “A Imensa Diversidade do Humano”**

O TEXTO QUE agora se apresenta corresponde, no essencial, ao resumo das ideias centrais apresentadas na conferência realizada na Biblioteca Municipal Central integrada na homenagem a Jorge Borges de Macedo que a CML em boa hora decidiu empreender.

Uma justificação para a magreza do texto que ora se apresenta. Um conjunto de infortúnios de ordem pessoal e de ordem informática tornaram impossível recuperar o ficheiro informático que continha o texto original deste trabalho. Junte-se a isto uma atribulada sucessão de acontecimentos que impediram a localização da cópia em papel do mesmo trabalho. A tarefa de o refazer, no contexto actual, revelou-se mais difícil do que suporíamos.

Cabe agradecer ao Professor Doutor Jorge Braga de Macedo e ao Dr. Álvaro de Matos a infinita paciência com que esperaram por um texto que, depois de ter visto a luz do dia, se sumiu pelos mistérios da tecnologia. Mas “é preciso saber continuar...” como diria o grande historiador e pedagogo que é homenageado neste volume. Assim faremos.

Jorge Borges de Macedo não nos deixou nenhum texto central no que diz respeito às problemáticas que giram em torno da história da cultura como nos deixou no que se refere à história da economia, um dos seus temas de eleição. Apesar disso, a sua obra vastíssima oferece-nos um conjunto de ensaios que iluminam e apresentam novas perspectivas no estudo histórico dos fenómenos culturais portugueses. Realcemos algumas das dimensões que foram objecto de tratamento e comentário na referida conferência.

Uma das dimensões essenciais do pensamento de JBM prende-se com a metodologia. A recusa das generalizações e a necessidade de buscar o concreto, numa dialéctica entre o concreto, entre o particular efectivamente vivido na e pelas sociedades, e o geral, é uma das características que perpassam pelos textos que o historiador nos

* Professor na Escola Profissional do Alto Alentejo (EPRAL), em Évora, e antigo aluno do Professor Jorge Borges de Macedo na licenciatura em História e no Mestrado de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** A comunicação teve lugar na Biblioteca Municipal Central, Palácio Galveias, em 11 de Abril de 2006.

deixou sobre esta temática. Uma ideia que assume o seu papel de trave-mestra do ponto de vista da metodologia da história e do inquérito que a sua obra fará de diversos temas da história de Portugal.

Buscar, no debate efectivamente vivido na sociedade portuguesa, quando confrontada com as propostas que lhe chegavam da Europa, as respostas que a sociedade e a cultura portuguesa encontravam para estas solicitações, é uma das linhas de pesquisa mais interessantes que encontramos nos textos de Borges de Macedo.

Uma das ideias centrais prende-se com o papel justificativo da independência nacional desempenhado pela matriz cultural, nas suas múltiplas expressões plásticas, literárias ou ensaísticas. Ao mostrar a existência de um núcleo peninsular dotado de mecanismos de construção cultural próprios e que o distinguiam do resto da Península, a cultura portuguesa, na multiplicidade de obras e autores, contribui para o desenvolvimento dessa especificidade portuguesa, contribuindo para a afirmação da independência nacional.

Mas cultura portuguesa, no dizer de JBM, não se esgota, nem assume uma dimensão particularista. Pelo contrário, participa e contribuiu para a dimensão cultural que a Europa possui. Quer pela sua abertura aos contributos intelectuais, artísticos ou outros que nos chegam da Europa Central e que, por via das características da sociedade portuguesa, permitem um debate e uma apropriação específica, onde jogam um papel importante a capacidade de recuo e de reflexão mostrada pelas elites intelectuais do país.

Ao lado desta capacidade de recuo e de debate sobre as propostas que chegam, existe uma contribuição própria dos portugueses para o acervo cultural europeu, com particular destaque para os Descobrimentos.

Na visão de JBM, cabe aos portugueses trazer para o debate a “dignidade” do real. Tornar a realidade objecto com dignidade suficiente para ser sujeito de reflexão, será um dos contributos mais relevantes da cultura nacional para o pensamento europeu. Outras culturas, a partir deste ponto, dariam o passo seguinte, a “matematização” desse mesmo real, agora dignificado pela experiência, quantas vezes de sobrevivência, dos navegadores portugueses.

Outras temáticas existem na obra que Jorge Borges de Macedo dedicou a este campo historiográfico. Entre muitos outros, destacamos dois textos que consideramos fundamentais, quer pela novidade que trazem no momento em que são produzidos, quer pelas potencialidades e pelas vias de investigação e pesquisa que propõem.

Referimo-nos a dois textos que devem ser lidos em paralelo: “Estrangeirados. Um conceito a rever” e o artigo “Vias de Expressão da Cultura Portuguesa no século XVIII”,

apontam para a necessidade de olhar para as condições concretas da cultura portuguesa no que diz respeito à noção, mais política, que propriamente científica, que fazia do Portugal do século XVIII um deserto cultural, onde as elites culturais portuguesas se encontravam afastadas do que o pensamento europeu na altura produzia. JBM demonstra que tal posição, em face da realidade concreta da sociedade portuguesa da altura, não era sustentável: as elites existiam, conheciam os textos e as obras que se produziam na Europa culta do tempo e aproveitavam desse conjunto o que interessava à cultura portuguesa. Os estrangeirados, ou as reformas de Pombal não nasciam, desta forma, num deserto cultural, dominado pela Inquisição e por uma mentalidade retrógrada que recusava o Iluminismo. Os homens da Ilustração portuguesa existiam e acompanhavam os debates do seu tempo. Uma posição inovadora e que contrariava o que a historiografia tradicional afirmava, numa generalização, mais político-ideológica que assente no contexto real da sociedade portuguesa.

Outros temas são tratados por JBM. Por exemplo, o recuperar a figura de Rebelo da Silva, um dos primeiros historiadores a apresentar uma visão global da História de Portugal, onde os factores económicos não eram descurados. Pela primeira vez, o século XVII português era visto a uma outra luz, afastando as teses decadentistas que se tinham tornado a visão “oficial” deste período.

Alexandre Herculano é igualmente objecto de um luminoso ensaio. Neste, o grande historiador do século XIX português é apresentado não como um derrotado, o homem que se retira para o exílio interno de Vale de Lobos, mas como um exemplo de luta e da transformação da historiografia portuguesa num objecto científico, ao invés de uma arma de luta política.

Outros temas são objecto da reflexão deste historiador num labor intenso, que passa pelo estudo dos Lusíadas, pelo papel de Camões no imaginário político e cultural do século XIX, entre outros.

Em suma, estamos perante uma visão da cultura portuguesa onde a tónica central se prende com a sua capacidade de seleccionar, a partir dos debates contemporâneos, que não passavam ao lado das elites intelectuais portuguesas, o que se podia combinar com a tradição cultural existente no país. A esta capacidade de resistência à uniformização reside a faceta mais importante e mais responsável da cultura portuguesa. A sua especificidade assume um carácter mais importante do que à primeira vista seríamos tentados a pensar: no fundo, ela é uma componente central da independência política do país.

Mas isso será objecto de outro trabalho.**NE**

Jorge Borges de Macedo: Entre a Europa e o Atlântico**

IMPÕE-SE COMEÇAR POR louvar a iniciativa da Hemeroteca de Lisboa, em realizar este ciclo de conferências, numa justa (apesar de singela) homenagem ao conhecimento, à capacidade intelectual e, neste caso, antes de mais, à influência que o senhor Professor Doutor Jorge Borges de Macedo sempre deixou nos seus alunos.

É deste modo, manifestando a minha saudade e contínua gratidão, que julgo ser meu dever começar estas breves linhas sobre um – apenas um – dos campos da História onde Jorge Borges de Macedo manifestou o seu profundo saber e nos deu (e, na verdade, continua a dar) o privilégio de ler e de aprender com os seus textos, os campos da História da Diplomacia e da História das Relações Internacionais.

Procurarei ser breve, até porque, convenhamos, para falar sobre o tema a que me propus, existirão com certeza outros, antigos colegas e/ou alunos, que o fariam muito melhor¹. Talvez por isso, antes de mais, eu entenda esta participação no presente ciclo de conferências como uma oportunidade, que não podia deixar de aceitar, para manifestar um agradecimento público a Jorge Borges de Macedo, por tudo aquilo que as suas aulas e os seus escritos representaram (e representam) para este seu *afortunado aluno*.

Não tenho, portanto, está qualquer pretensão em apresentar, neste espaço, uma análise de carácter académico. Pretendo, acima de tudo, recordar para agradecer – agradecer o privilégio que nos deu de partilhar o seu conhecimento e até a sua simpatia, um conhecimento, uma sabedoria, uma dimensão intelectual, que fazem de Jorge Borges de Macedo, uma personalidade complexa, sem dúvida, mas, por isso mesmo, ninguém terá dúvidas, um dos principais historiadores portugueses, não apenas do seu tempo, mas de todos os tempos.

* Professor na Universidade da Madeira e antigo aluno do Professor Jorge Borges de Macedo na licenciatura em História e no Mestrado de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** A comunicação teve lugar no Gabinete de Estudos Olisiponenses, em 20 de Abril de 2006.

¹ A este respeito vide *Estudos de Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, J.V. Serrão (org.), Lisboa, INIC, 1992, p. 622 ou, mais recentes, *Jorge Borges de Macedo: legado bibliográfico*, 2 vols., Lisboa, C.H.U., 2005 e *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, Jorge Braga de Macedo (org.), Lisboa, MNE-ID, 2005, p. 254.

- I. No que diz respeito ao tema que aqui nos trouxe – a produção de carácter historiográfico relacionada com a História da Diplomacia e com a História das Relações Internacionais – é conveniente começar por situá-la no âmbito geral da obra².

Assim, a partir de um *corpus* formado por mais de 300 textos (321), publicados entre 1940 e 1995, sem contar, como é evidente, com as intervenções não publicadas, com os textos de carácter didáctico, nem com a sua vasta colaboração em Dicionários e Enciclopédias, ou com a sua participação em programas radiofónicos ou televisionados, tendo em conta, portanto, apenas monografias e artigos publicados em revistas e outras publicações periódicas, é possível estabelecer os seguintes quatro parâmetros gerais:

1. desses 321 textos, 58 (18%) remetem-nos para uma produção historiográfica directamente relacionada com as **Relações Internacionais e a História Diplomática portuguesa**;
2. destes 58 textos (no campo das Relações Internacionais e/ou da História Diplomática Portuguesa), 27 (47% ou 8% do total) são dedicados a temas directamente relacionados com a **Europa ou com as relações e a presença de Portugal na Europa** (e vice versa)³;
3. daqueles 58 textos, 11 (19% ou 3% do total), dizem respeito a assuntos directamente relacionados com o **Atlântico**, enquanto 6 (10%) abordam especificamente as **relações anglo-portuguesas**⁴;
4. os restantes 14 textos (24%) abordam temas diversos ou análises globais, as quais, na maior parte dos casos, constituem a base dessa obra de referência *História Diplomática Portuguesa – constantes e linhas de força* (1987).

- II. Numa perspectiva cronológica, torna-se evidente que a atenção de Jorge Borges de Macedo começou por estar ligada ao Atlântico, espaço essencial na vida portuguesa – algo que hoje muitos parecem querer esquecer – Oceano que surge não só como

² Neste caso baseámo-nos na pesquisa realizada e apresentada por José Brissos, Ana Isabel Cunha e Ana Garcia, publicada em 1991, sob o título *Jorge Borges de Macedo – Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*. A este levantamento, acrescentámos a produção historiográfica posterior.

³ Desde o primeiro desses textos, data de Abril de 1948, “A Revolução de 1848 em Portugal”, *Vértice. Revista de Cultura e Arte*, até aos seus ensaios reunidos em *Portugal – Europa para além da circunstância*, publicados em 1988.

⁴ O primeiro foi publicado em Março de 1948, no caso um texto sobre a presença portuguesa na rivalidade anglo-francesa no tempo do Marquês de Pombal, na *Vértice. Revista de Cultura e Arte*, n.º 55, não podendo passar sem uma referência especial *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, 1.ª ed. de 1962, com 2.ª rev. e act. de 1990 e uma terceira edição de 2006.

a via de comunicação directa com o Brasil (do século XVIII) e com a Inglaterra, mas também como a garantia da independência e da sobrevivência de Portugal. Um espaço essencial para a afirmação de Portugal no Mundo Ultramarino e na Europa, pois como Jorge Borges de Macedo por várias vezes nos lembra, foi exactamente pela sua dimensão atlântica que Portugal se afirmou na Europa ou, por outras palavras, a integração europeia portuguesa só tem sentido pela sua sustentação atlântica, tendo por base uma realidade que, numa perspectiva histórica, como veremos mais adiante, se começou a construir muito antes da adesão à então Comunidade Económica Europeia.

Um olhar para o Atlântico que começou pela Ilha da Madeira, primeiro com uma recensão crítica de *Un carrefour de l'Atlantique – Madère (1640-1820)*, de Albert Silbert, apresentada em Fevereiro de 1954; depois, com *O Açúcar na Madeira nos fins do século XV. Problemas e produção e comércio*, publicado em 1962, em colaboração com Virgínia Rau; por fim com os “Dados sobre a emigração madeirense para o Brasil no século XVIII”, uma comunicação apresentada em 1963, no *V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*, em Coimbra, publicada em 1965.

Ainda nos anos 60, surgiu, como já referimos, a primeira edição d’*O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, culminando então este olhar para o Atlântico com “Les routes portugaises de l’Atlantique”, publicado em 1969, em colaboração com o comandante Teixeira da Mota e o historiador Frédéric Mauro, nas *Actas do Colóquio Internacional de História Marítima*, realizado em Sevilha, dois anos antes. Foi na parte que lhe coube no texto em causa, com o título de “O ciclo do ouro brasileiro, 1700-1800”, que Jorge Borges de Macedo definiu as quatro grandes rotas portuguesas durante o século XVIII: a) a rota do Brasil; b) a rota da Europa atlântica; c) as rotas do Mediterrâneo e da África do Norte; d) a rota da América do Norte.

Seguiu-se um período, no início dos anos 70, em que se verificou uma viragem para as questões da Teoria da História, para os problemas da História Política e da Administração, embora também, durante esta fase, se tivesse debruçado especificamente sobre as relações luso-britânicas, como foram os casos dos artigos “Portugal e o Duque de Wellington”, publicado na *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, IV, n.ºs 35/36, Set./Dez. 1970; “Uma tomada de posição: Portugal na História Económica inglesa”. A propósito do livro *The Portugal Trade*, de H.E.S. Fisher”, no *Diário de Notícias*, n.º 38.171, de 15 de Junho de 1972; e de “A propósito do centenário da Aliança Luso-Britânica. A historiografia britânica sobre Portugal”, publicado na revista *Palestra. Revista de Pedagogia e Cultura*, n.º 42, 1973.

A partir de meados da década de 70 apresentou de uma série de textos sob o título de “Constantes e linhas de força da História Diplomática portuguesa. Estudo de geopolítica”, publicados com regularidade na revista *Nação e Defesa*, a partir de 1978 e durante os anos 80. Foram estes os textos que, mais tarde, constituiriam a essência de uma das suas principais obras, *História Diplomática Portuguesa – Constantes e Linhas de Força* [1987]⁵.

É por esta altura, em finais dos anos 70, que se verifica a sua viragem para a Europa, ou se preferirmos, a intenção de realizar uma abordagem regular e sistemática da então emergente questão europeia na política portuguesa, motivada não só pelos problemas em torno do processo de integração de Portugal na C.E.E., mas também pela necessidade de (re)afirmação do país no espaço continental europeu.

Foi neste contexto que publicou no *Boletim Democracia e Liberdade*, n.º 9, em Fevereiro de 1979, isto é, a sete anos da adesão, o texto “Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia”, que ainda hoje se revela essencial, seguindo-se, passados dois anos, em 1981, “Mercado Comum. Uma experiência nova para Portugal”, *n’O Dia*, n.º 1647, de 10 de Junho de 1981, texto este reeditado em 1983, no livro *Os Portugueses no Mundo*, mas agora sob a significativa forma de uma interrogação.

Eram estes textos, na sua essência, duas chamadas de atenção, dois alertas, para a histórica dimensão europeia de Portugal, que então se parecia ignorar e esquecer. Daí, talvez a necessidade que sentiu em publicar, em 1985, “O contributo histórico de Portugal para a formação do património cultural europeu”, de novo no *Boletim Democracia e Liberdade*, n.º 34, e, no ano seguinte, “A adesão de Portugal ao Mercado Comum: antecedentes históricos”, em *A adesão de Portugal à C.E.E.*, 1986.

Aliás, sem surpresa, o ano de 1986 (o ano da adesão, como se sabe) assistiu à publicação de outros dois textos de carácter semelhante: “O espírito da Europa”, no vol. XVI da *Didaskalia. Revista da Faculdade de Teologia de Lisboa*, e “Portugal e a Europa. A responsabilidade política do desenvolvimento”, *Semanário*, n.º 131 [Dossier], 24 de Maio de 1986.

A partir de então, consumada que estava a integração, havia que analisar e preparar os múltiplos e complexos desafios que se anteviam, não apenas para Portugal, mas também para a (nova) Europa comunitária. Em 1987, publicou “Ensino e Cultura. Preparar o Desafio Comunitário”, no n.º 1 dos *Cadernos do Instituto de Estudos*

⁵ O primeiro texto da série foi publicado no n.º 2, de Novembro 1976.

Políticos, e, ainda nesse ano, “Europa: que geopolítica?”, no n.º 1 de *Portugueses. Revista de Ideias*, aparecendo, em 1988, “Portugal na perspectiva estratégica europeia”, em *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais* (n.º 4).

A partir dos anos 90, ultrapassada que estava a fase inicial da adesão, assistimos na obra de Jorge Borges de Macedo à consolidação e ao reforço das ideias de (re)afirmação da Europa no Mundo e de Portugal na Europa. No primeiro caso, com “A Europa como grandeza história”, na sequência das “Semanas de Estudos Teológicos da UCP”, realizadas em 1989, cujo texto foi publicado em *Corpo e Espírito da Europa – Europa. A dimensão ética* (1990), ao lado, curiosamente, de um cardeal chamado Joseph Ratzinger; no segundo caso, com “Portugal na nova distribuição das forças europeias”, *Nação e Defesa. Defesa Nacional. Anos 90. Debate Público*, n.º 4, de Setembro de 1990.

Ainda durante os anos 90, não se devem esquecer tanto o importante ensaio “Portugal: um destino histórico”, publicado pela Academia Portuguesa de História, em 1990, nas *Actas das 1.ªs Jornadas Académicas da Espanha e de Portugal* (realizadas em Maio de 1988), como “O carácter europeu dos descobrimentos e o sigilo nacional na sua realização”, em Jaime Cortesão – *Um dos grandes de Portugal* (1994).

Como facilmente se percebe, basta-nos uma rápida retrospectiva da vastíssima obra historiográfica de Jorge Borges de Macedo para que se destaque, de imediato, aquela que foi uma das suas principais características e preocupações, enquanto historiador: a necessidade – constante – de mostrar que a História só tem sentido quando responde aos anseios do tempo em que é escrita, isto é, quando ajuda a compreender e a encontrar respostas às dúvidas do presente. Ou, por outras palavras, parafraseando Winston Churchill: “quanto mais para trás olharmos, mais para a frente veremos”. Isto é algo que se torna particularmente evidente nos textos sobre História da Diplomacia e História das Relações Internacionais.

Por isso mesmo, a obra de Jorge Borges de Macedo, o seu modo organizado, estruturado, coerente e eficaz de analisar e apresentar a História, as suas concepções de geopolítica, pensadas no sentido mais lato possível, deviam ser, pela sua dimensão benigna, uma leitura obrigatória, em particular para todos aqueles que desempenham funções com responsabilidades executivas, legislativas e judiciais. Ajudá-los-ia, com certeza, a conhecer melhor Portugal – e todo o Mundo que o rodeia.

- III. No que diz respeito aos conteúdos, consideramos que há um texto essencial de Jorge Borges de Macedo, ao qual já fizemos referência no ponto anterior, que nos guia por quase toda a sua produção historiográfica ou ensaística posterior, no campo que aqui nos interessa, trata-se de “Uma perspectiva portuguesa para a integração euro-

peia”, publicado pela primeira vez em 1979, no Boletim *Democracia e Liberdade* (n.º 9), reeditado em 1988, em *Portugal-Europa para além da circunstância*, uma circunstância que confirma a profundidade da sua análise e a sua actualidade, aliás, a mesma com que ainda hoje o lemos.

É neste texto que Borges Macedo começa por dar um renovado sentido à “**consciência europeia**” que identifica na História de Portugal, cujos conteúdos, persistência e eficácia demonstra nela terem existido quase sempre, em consonância com as “**características específicas da Pátria própria**”. Identifica, assim, na História de Portugal, um “**sentido do europeu**”, uma “**vocação europeia**”, revelada em diferentes dimensões, a qual, se admite que nem sempre foi uniforme, nem teve nexos imediatos, foi invariavelmente alimentada por factores seleccionados pelo próprio corpo nacional, desde a canalização dos anseios de independência (nos séculos XII a XIV), até aos desejos de restauração (no século XVII), passando pela política de casamentos e de expansão (dos séculos XIV a XVI).

No fundo, aquilo que identificou como a “**carnação europeia a orientar as [nossas] relações internacionais**”, enquanto se prosseguia na conquista de pontos de apoio insulares, atlânticos e na costa africana. Ou seja, Borges de Macedo deixa claro que o avanço português no Oceano esteve longe de significar um afastamento dos interesses europeus, porque, na verdade, essa “**era a forma portuguesa de interpretar**” (aqueles interesses), ganhando então o Estado, ao longo da História, com a perspicácia de um escol dirigente, uma elite que não podia deixar de estar sensível à Europa, exactamente por estar consciente dos interesses da Nação.

Note-se a ideia, que lhe foi tão cara, de que a consciência nacional conservou sempre um escol, uma elite que “**recebe, estuda e transforma**” os dados europeus em “**elementos de interesse nacional**”, porque tem a *obrigação* e o *dever* de o fazer, para bem servir a comunidade. Nesta perspectiva, portanto, os territórios portugueses no Mundo, segundo Borges de Macedo, não tornaram Portugal antagónico ou estranho à sua situação europeia, antes pelo contrário, contribuíram para “**umenta[r] até as suas condições de intervenção e [fortalecer] a sua consciência europeia**”⁶.

⁶ “Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia”, *Democracia e Liberdade*, n.º 9, 1979, pp. 11-24. Apresenta como exemplos a atitude portuguesa nas lutas europeias durante os séculos XVIII e XIX (a Guerra Sucessão de Espanha, 1697-1714; as lutas entre a Inglaterra e a Espanha, 1739-47; a Guerra dos Sete Anos, 1756-63; o bloqueio continental, decretado em 1806 por Napoleão), sem esquecer o comportamento de Portugal perante os diversos ajustamentos políticos internacionais que depois se verificaram durante os séculos XIX e XX.

Este foi um dos tópicos centrais da sua produção historiográfica, na temática que nos interessa: por um lado, demonstrar a relevância de Portugal nos **“sucessos fundamentais relativos ao equilíbrio europeu”**, destacando o facto disso se verificar **“dentro do constante desenvolvimento da importância do oceano Atlântico na vida internacional”**, associando, assim, a influência do Oceano às condições europeias e à dinâmica das suas sociedades; por outro lado, relevar a capacidade portuguesa de *conservar e apurar* a consciência europeia, **“em novos sentidos e condições”**, ou em apenas uma palavra, essa capacidade intrínseca de **“ajustamento”**, realizado sem colocar em causa a preservação da autonomia cultural, política e administrativa, mantendo sempre (nos últimos três séculos e meio) uma capacidade de **“canalizar e definir a sua própria experiência e de exprimir os objectivos específicos da sua nacionalidade”**.

Foi deste modo que, durante os séculos XIX e XX, atento e **“aprendendo as diferentes alternativas europeias”**, Portugal encontrou forma de realizar uma **“volição própria”**, dirigindo então a sua política a uma área africana, (re)criando, com isso, uma zona atlântica ampla, num movimento que para Jorge Borges de Macedo foi pensado em função daquilo a que chamou uma **“tarefa nacional europeia”**, concretizado num momento em que também as outras potências o faziam.

Aliás, a respeito das relações entre Estados e da diplomacia portuguesa, Borges de Macedo não tem dúvidas de que esta nunca foi – nem poderia ser – **“ideológica”**, encontrando assim no **“primado europeu”** a revelação da **“essência fundamental da política”** de Portugal, sem que tal implicasse, saliente-se, a exclusão de considerações relativas ao Novo Continente ou a África. Daí a sua preocupação – constante – em demonstrar que a defesa de **“interesses próprios”** não significava a indiferença pela Europa, mas sim a assunção da consciência de uma existência que se insere – sempre se inseriu – em **“três vias”**, dentro das quais se definiram, ao longo da História de Portugal, resistências e ofensivas: a *via atlântica*, a *via peninsular* e a *via continental*.

Estudar o processo de constituição do espaço político português e a aquisição da sua **“maturidade institucional”**, tendo em conta aquelas três vias, foi outro dos seus grandes objectivos, e fê-lo, procurando, em simultâneo, compreender a capacidade que Portugal teve para canalizar as referidas vias em seu benefício. Nunca escondeu, portanto, que só interessava considerar ou discutir a **“óbvia integração”** de Portugal na Europa (C.E.E.) se nela o país continuasse a figurar como uma **“entidade distinta e específica”**, sem **“internacionalismos, nem utopias”**. Neste sentido, tendo existido sempre a independência de Portugal com **“alcance europeu”**, quando

essa independência deixasse de existir – se essa independência deixasse de existir – era porque nem Portugal, nem a Europa teriam forças para “**defender e manter, na melhor situação, as suas zonas nevrálgicas**”, isto é, as costas atlânticas portuguesas, tão “**essenciais para a Europa**”.

Eis a “**verdade geopolítica**”, que Borges de Macedo tanto se empenhou em estudar, resultado da histórica “**relação recíproca**”, entre a “**vontade portuguesa**” (de independência) e a “**vantagem europeia**” (dessa mesma independência). Uma *vontade* e uma *vantagem* que considerava só fazerem sentido desde que se expressassem através de um exercício de “**mútua compensação**”.

Um binómio, esse “**equilíbrio das ponderações**”, que sempre ajudara a resolver as situações tensas na História de Portugal. Mas escreveu-o, no entanto, alertando, para a circunstância de que apenas se deveria usar dessa histórica capacidade de mútua *compensação*, se, ao mesmo tempo, o país (o seu escol) soubesse recusar a “**diplomacia ideológica**” e não perdesse a “**noção realista do valor das suas posições**”, isto é, sem as subalternizar, nem as exorbitar⁷. Neste contexto, a integração europeia não poderia deixar de ter consequências na sociedade portuguesa. Borges de Macedo afirmou-o no final dos anos Setenta, para logo acrescentar que, historicamente, a concorrência “**nunca foi um elemento negativo para os Portugueses**”. Pelo contrário, em seu entender sempre funcionou como factor “**estimulante e dinamizador**”, na cultura, na vida social e económica, e até nas relações internacionais.

Aparece-nos, deste modo, uma escrita que configura, no que diz respeito às relações entre a Europa e o Atlântico, um apelo múltiplo, que tem Portugal como *pedra-de-toque* e como *eixo*, pela função que o nosso país deteve (e deveria continuar a deter), tanto na definição e exploração daquele espaço marítimo, como no estabelecimento das relações entre a Europa continental e o Atlântico Sul. Mas estamos também perante um apelo à pluralidade e ao debate, neste caso, um apelo, acima de tudo, aos valores (da cristandade) e às capacidades morais e analíticas (da Universidade).

Tudo isto, na essência, para que se possa continuar a construir uma Europa que é também atlântica ou, se preferirmos, que deve ser *necessariamente atlântica*, aberta ao desenvolvimento das relações com um espaço vasto e que, desde o século XVI, se

⁷ Em seu entender, só por duas vezes esse *equilíbrio* não se verificara: a primeira, em 1580, quando não foi possível ao escol nacional encontrar um “**ponto de convergência**” entre as “**necessidades europeias e a independência**”; a segunda, entre 1974 e 1976, quando Portugal “**abandonou a capacidade de negociar**”, colocando o processo da independência do Ultramar “**fora da intervenção portuguesa**”.

tornou um “**estímulo significativo**” para a realidade europeia, em todos os seus sentidos. Por outro lado, uma Europa a que só interessa, para ser eficaz, a “**unidade harmónica da confluência**”, por ser uma Europa que se fez, numa constante recusa de qualquer “**unidade coactiva do poder**”⁸.

Ficavam assim definidas as linhas mestras de uma *União Europeia* que, neste sentido, constituía, nas palavras de Borges de Macedo, uma “**nova percepção da política externa**”, que passava também, inevitavelmente, por uma “**nova consciência de Europa**”, cuja génese, a este respeito, se podia encontrar na Segunda Guerra Mundial. Esta foi, no entanto, salientou o professor, uma evolução política que fez emergir diferentes exigências, impondo a consulta permanente e a coordenação de nações e comunidades, para resolver aquilo a que chamava, desde os anos 80, de “**questões de urgência decisiva**” – da segurança pública à defesa do ambiente, passando pelo crime organizado e pelos riscos atómicos.

Daí, pode destacar-se, a sua habitual perspicácia e clareza de pensamento, primeiro, ao concluir que a “**internacionalização proteccional**” seria uma das exigências indispensáveis, depois, ao afirmar, no campo do pensamento e da cultura científica, a necessidade de “**intercomunicação de resultados**” e de “**avaliação rápida das hipóteses de pesquisa**”. E a certeza de que, em qualquer dos casos, seria indispensável uma “**vigilância aceite, inter-Estados**”, embora, deixando o importante alerta de que essas formas de vigilância não se poderiam tornar únicas ou exclusivas, antes pelo contrário, deveriam poder “**rivalizar e vigiar entre si**”⁹.

No fundo, neste balanço, entre a Europa e o Atlântico, Borges de Macedo era alimentado pela certeza de que a civilização ocidental tinha uma “**verificação policêntrica e constante**”, que não se compadecia – jamais se poderia compadecer – com resultados imediatos e, muito menos, com “**aplausos iniciais e solenes**”. Era exactamente por isto que deixava bem vincada a sua preocupação, perante aqueles que entendiam que as posições adquirem legitimidade pelo número dos seus seguidores, esquecendo-se, desde logo, esses, que a capacidade de distinguir o bem

⁸ Cf. “O Atlântico Norte e os desafios do Sul – perspectiva histórica”, *Estratégia. Revista de Estudos Internacionais*, n.º 3, Lisboa, Primavera 1987, pp. 93-108.

⁹ “União Europeia: uma experiência de política externa” (1995), comunicação proferida no Colóquio levado a efeito no 50.º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, pelo Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Letras de Lisboa, cujo texto foi depois publicado em *O fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, António José Telo (org.), Lisboa, Cosmos, 1996, pp. 137-51.

do mal “**não pode estar sujeita a maiorias ou minorias**”, pois existiam valores que precisavam ser “**ressalvados e protegidos, para além de qualquer eventual audiência**”¹⁰.

Para o fundamentar, serviu-se então, nos anos 90, dos casos da diplomacia e da política externa da União Europeia, propondo que o seu âmbito fosse alargado de um modo considerável, continuando, assim, a preocupar-se com os aspectos essenciais (da estratégia à geoideologia), mas não podendo deixar de se interessar pela “**defesa das legítimas diferenças**”, pela qualidade de vida e pelas “**formas de encontro e desenvolvimento da pessoa humana**”. Uma política externa, portanto, que ia desde a verificação da qualidade dos produtos exportados e importados, até à protecção dos organismos “**que, idoneamente, defendem a sociedade que lhes diz respeito**”.

Ora, não sendo isto “**utópico ou distante**”, tinha de ser “**defendido em concreto e estruturado em confronto e verificação**”. Daí a necessidade do tratamento diplomático e da negociação, para que se assegurasse quer a manutenção da “**diferença entre as sociedades políticas**”, quer as diversas propostas de “**vivência e legítima expressão**”.

Assim se alertava para a importância da experiência das políticas externas dos diferentes Estados europeus, que deviam ser tidas em consideração, para que se pudesse garantir, na União Europeia, não só uma política externa, “**sem projecto de hegemonia interna ou externa**”, mas também o “**equilíbrio entre o poder de Estado e os direitos da pessoa humana**”¹¹.

- IV. Encontrando-se Portugal entre a Europa e o Atlântico, como poderia então o país contribuir para a prossecução da política externa europeia? Desde logo, seria fundamental, por um lado, que o seu escol tivesse consciência de que as relações internacionais, tendo “**exigências múltiplas**”, só podiam ser pensadas numa “**base de absoluto realismo e no cálculo hábil das forças efectivamente disponíveis**”; por outro lado, sabendo a nação resistir a todas as solicitações “**antiatlânticas**”¹².

¹⁰ *Idem.*

¹¹ *Ibidem.*

¹² *Estratégia*. Revista de Estudos Internacionais, n.º 4, Lisboa, 1987-1988, pp. 9-32 – associada a esta ideia, surgia, como é evidente, a noção de que Poder não é um “**mero inventário militar, mas envolve dimensões relativas à capacidade social e política, condições das suas elites e da comunidade como um todo para a análise das situações, recursos tecnológicos e humanos mobilizáveis**”.

Realismo e cálculo (aos quais depois juntou dinamismo) seriam, assim, para Borges de Macedo os factores essenciais para a inserção de Portugal no contexto internacional e, em particular, para a sua participação na perspectiva estratégica europeia. Só com aqueles poderia o país tirar partido de uma “**posição estratégica própria**”, decisiva a respeito de três pontos essenciais: nas hegemonias da Península e da Europa, no controlo da passagem para o Mediterrâneo e na hegemonia do Atlântico, o qual, na sua relação com Portugal, aparece definido como o “**pulmão oceânico**”¹³.

É a partir deste quadro que se considera que o ponto decisivo da política externa portuguesa seria, na estreita faixa continental europeia que lhe pertence, “**definir a sua independência no equilíbrio das duas posições [continental e atlântica] que estão sempre nas duas retaguardas [oriental e ocidental]**”. Para o concretizar, os políticos deviam fazer uso da *verdade histórica*, quer quando esta os alertava a respeito do “**irremediável carácter irregular**” do interesse da Europa pelo seu extremo ocidente (interesse/abandono), quer quando fazia emergir a noção de que Portugal, para a sua sobrevivência, “**não pode aderir a nenhuma solução externa exclusiva**”. Naquela irregularidade, aliás, residia um dos pontos fulcrais da mensagem do eminente historiador, ao afirmar que o país teria necessidade de a corrigir, devendo, para tal, manter sempre a sua “**permanente capacidade de escolher**”¹⁴.

Deste modo, (re)pensando Portugal, através da sua afirmação no Atlântico, Jorge Borges de Macedo demonstrou não só a *essência europeia* e o sentido europeu do *ser português*, como também deixou pistas, quer para afirmação de Portugal na União Europeia, quer para a definição do(s) contributo(s) possível(eis) que o país poderia facultar àquela organização supranacional. Fê-lo (re)afirmando o contributo de Portugal na formação de um património cultural e na definição de uma estratégia comum europeia, embora lembrando que a posição portuguesa foi sempre de “**reconstituição da Europa como entidade política e militar ponderável, mas não uniforme**”¹⁵.

Nunca deixou, deste modo, de ter presente aquilo que definiu como um “**destino histórico**”: a afirmação da independência, enfrentando o(s) atraso(s) – “**assimilando e prosseguindo**” – sem destruir a cultura e a vida comunitária nacionais,

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Ibidem.*

¹⁵ *Ibidem.*

sem estabelecer dependências que comprometam, preservando os valores, restaurando-os ou, quando foi caso disso, adaptando-os aos contextos. Eram estas as suas condições de felicidade, sempre entre a Europa e o Atlântico, ajudando a destruir desconfianças e alertando a nação para a imperiosa necessidade de acompanhar os desafios e os progressos tecnológicos¹⁶.

Revela-se, assim, Jorge Borges de Macedo, um *historiador necessário*, pelo seu conhecimento e pelo seu constante “**esforço de resgate do esquecimento**” (nas felizes palavras de Maria do Rosário Themudo Barata), mas também se manifesta pela sua actualidade e por uma particularidade ensaística, que os seus escritos comprovam: ter razão antes do tempo¹⁷. Talvez por isso, passados que estão vinte anos desde a adesão de Portugal à C.E.E./E.U., possamos terminar este agradecimento público, recordando, em toda a sua extensão, a pergunta do Mestre: “**Portugal, europeu. Sem dúvida. Mas só europeu? Mas que país europeu foi só europeu**”, por outras palavras, *alguma vez a Europa foi só Europa?*¹⁸. **NE**

¹⁶ A este respeito vide Portugal. Um destino histórico, sep. 1.^{as} Jornadas Académicas de História da Espanha e de Portugal (1990), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990, p. 263-318.

¹⁷ “Prefácio”, *Legado Bibliográfico do Professor Doutor Jorge Borges de Macedo*, p. xvi.

¹⁸ “Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia”, *Democracia e Liberdade*, n.º 9, Fevereiro 1979, pp. 11-24.

Da História Social em Jorge Borges de Macedo**

A PRIMEIRA QUESTÃO que se me pôs na realização desta conferência resultou do próprio título.

Reflectindo sobre ele, concluí que poderia ser abordado pelo menos de dois modos, a saber: ou fazia uma resenha exaustiva, devidamente comentada, das obras ou contribuições de Jorge Borges de Macedo no domínio da História Social; ou, sem deixar de focar os principais contributos do homenageado nessa especialidade, procurava simultaneamente compreender os pressupostos ideológicos e metodológicos que os nortearam. Foi esta última orientação que assumi, uma vez que, no meu entendimento, é tanto mais importante compreender esses pressupostos quanto é certo que houve uma evolução no pensamento historiográfico do ilustre professor. Evolução perceptível, por exemplo, nas suas três principais obras no domínio da História Económica, e essencialmente da primeira, *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, para as duas seguintes, *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular e Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Importa, aliás, referir desde já que nestas três obras há importantes contribuições para a História Social do país nos séculos XVIII e XIX, nomeadamente na primeira – por ordem cronológica –, que marcou uma viragem decisiva no estudo de Pombal e da sua época. Para além da evolução detectável, com especial incidência no domínio ideológico, há também, todavia, desde esse primeiro título e como procurarei demonstrar, constantes no pensamento historiográfico de Jorge Borges de Macedo. Ou seja, houve evolução mas simultaneamente constância de pontos de vista e métodos na sua carreira de historiador.

De resto, o próprio professor se encarregou, em boa medida, de esclarecer o que permaneceu e o que mudou na sua maneira de fazer história. Leia-se, por exemplo, o que escreveu no “Prefácio à Segunda Edição” de *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. Este prefácio é datado, convém referi-lo, de Outubro de 1981, mais de trinta

* Professor e Investigador e antigo aluno do Professor Jorge Borges de Macedo na licenciatura em História e no Mestrado de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

** A comunicação teve lugar na Biblioteca Museu República e Resistência, em 27 de Abril de 2006.

anos volvidos sobre a primeira edição do livro e cerca de quarenta sobre a sua apresentação em público, conforme o próprio autor reconhece. E aí se lê: «A atitude filosófica implícita no livro é essencialmente hegeliana, porquanto parte do princípio que há um processo dialéctico na definição das situações. Igualmente se liga com a leitura dos textos do “jovem Marx”, cujo interesse era, na altura, salientado por marxistas, já heterodoxos. Nesses textos, Marx parecia admitir ou admitia (problema ainda a esclarecer: inclino-me para a primeira forma verbal) a existência de soluções essencialmente alternativas quanto às soluções dialecticamente definíveis, sem que deixassem de ser evolutivas. Era um Marx sem Engels e anterior à *Crítica ao Programa de Gotha* que interessava ao autor. Sem deixar de ser hegeliano, mas sem ainda conhecer Schopenhauer, tendo já lido Ernest Mach e Berkeley, e tendo estudado, para o efeito, o *Materialismo e o Empiriocriticismo* de Vladimiro Ilich Lenine, estava esclarecido sobre a praxis diamática, espécie de semáforo filosófico entregue a Politzer, no Ocidente, para cartilhar o pensamento como um epifenómeno».

E depois de salientar a leitura de um certo número de obras estrangeiras e portuguesas, não marxistas na sua maior parte, Borges de Macedo considera que elas lhe forneceram os fundamentos epistemológicos do livro. Todas elas lhe permitiram fundamentar um princípio básico da pesquisa histórica, que se pode sintetizar na frase: “São os homens que fazem a sua própria história”. Especificamente as portuguesas que leu (Gama Barros, Alberto Sampaio, Basílio Teles, Paulo Merêa, Lúcio de Azevedo, Alfredo Pimenta, Veiga Simões, Mário de Albuquerque e Vitorino Magalhães Godinho) possibilitaram-lhe disciplinar a formulação de hipóteses, de modo a torná-las coerentes com a sequência histórica portuguesa.

Em todas estas confissões de Jorge Borges de Macedo se pode falar da influência de Hegel e da sua visão dialéctica da História, concebida segundo um ritmo triádico das situações: afirmação, negação e negação da negação, ou, numa linguagem mais popularizada, tese, antítese e síntese. Influência também, na sequência de uma visão hegeliana de esquerda, de um Karl Marx enquanto jovem, que parecia admitir uma dialéctica histórica comportando situações alternativas, ou seja, o que poderíamos talvez definir como um determinismo histórico mitigado. E na sequência de Hegel e Marx obviamente que vinha a adesão ao denominado “materialismo histórico”, embora numa perspectiva heterodoxa, implicando a primazia dos aspectos materiais, económicos, da vida das sociedades – designadamente das suas “estruturas” económicas – e a subalternização da acção política individual, considerada impotente para influenciar significativamente uma evolução da História inelutável nas

suas grandes linhas. Esta última vertente das concepções do então jovem historiador permite compreender perfeitamente o propósito deliberado implícito – e algumas vezes mesmo explícito –, em meu entender, em toda a sua primeira obra: secundarizar o papel de Pombal na evolução económica portuguesa do período estudado.

Se no plano ideológico foram estas as influências que se fizeram sentir na primeira grande obra de Borges de Macedo, já no plano metodológico – mas com um nexos evidente com a ideologia –, para além da obra de alguns autores portugueses (salientamos Veiga Simões e Vitorino Magalhães Godinho), uma influência também confessada no já referido parágrafo foi a dos fundadores da chamada Escola dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre. “Queria evitar a história-tribunal”, escreveu o professor, que também considerou que a recolha de documentos lhe parecia uma tarefa importante, como trabalho, “mas relativamente secundária, como método”. Confessou ainda que se achava, na altura, “impregnado das regras de Marc Bloch”, expressas na sua obra *Caractères Originaux de l’Histoire Rurale Française*, e nas suas advertências quanto à formulação de hipóteses para as situações conjunturais, “só aceites quando apoiadas nas exigências estruturais”.

Todas estas influências, quer ideológicas quer metodológicas, não impediram que as páginas de História Social inseridas na primeira e mais conhecida obra de Jorge Borges de Macedo apresentassem características próprias, características estas que se manterão, na minha perspectiva, até ao final da sua vida. Para corroborar esta asserção transcrevo novamente palavras suas, do mesmo prefácio que venho citando: “No que se refere à história social (...) não podia deixar de interessar a definição dos grupos sociais que intervieram no processo pombalino. Desde logo, pareceu que delimitá-los, em abstracto, pelo modo de produção, como o materialismo histórico estipula, só conduzia à reprodução psitacista de uma dinâmica antecipada. Os grupos concretos interessados no reforço do poder do Estado e numa política comercial que aumentasse as disponibilidades e a qualidade dos artigos eram os empresários do comércio colonial, os contratadores de serviços e de artigos sujeitos a privilégio, nomeadamente os tabaqueiros. Acrescentava-se, por outras razões, o funcionalismo, especialmente o judicial. Para todos estes, o abaixamento do poder ou da capacidade do Estado afectava a sua solvência e a sua vida: com o Estado fraco, o contrabando era mais fácil, a cobrança mais difícil e o desrespeito endémico das instituições mais viável. Por sua vez, com o seu enfraquecimento, o Estado perdia dinheiro, pois, nessas condições, os contratadores ofereciam rendas menores pelos contratos”. Temos aqui o que entendo ser uma das constantes da obra de Jorge Borges de Macedo: a rejeição da aplicação mecânica de modelos abstractos à realidade social, como era então

voga nos meios historiográficos de influência marxista. Mesmo aderindo a uma concepção global da sociedade inspirada no materialismo histórico, fazia-o com independência intelectual e utilizando critérios muito pessoais na abordagem da problemática histórica.

O que Borges de Macedo sempre defendeu e aplicou foi a análise do concreto, confrontando sempre as hipóteses de trabalho com os dados obtidos por uma pesquisa documental rigorosa e tanto quanto possível descomprometida, ou seja, não conduzida por preconceitos ideológicos. Esta análise do concreto, do que pode ser verificado pelas fontes, documentais ou outras, permitiu-lhe nomeadamente, na elaboração de *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, fugir a certos “clichés” de alguma historiografia da época pombalina, que vê no marquês o homem da “Burguesia” e o inimigo da Nobreza. Pombal foi sim, como pôde demonstrar e outros estudos o confirmaram, o homem duma certa “burguesia”, principalmente o grupo ligado ao Contrato do Tabaco e outros comerciantes monopolistas. Jorge Borges de Macedo descreveu o ataque de Pombal à pequena burguesia, nomeadamente os chamados “comissários volantes” – profundamente implicados no comércio do Brasil –, e a oposição que o ministro de D. José teve de enfrentar, no início da sua governação, da maioria dos comerciantes de grosso trato (negociantes) de Lisboa, agrupados num organismo corporativo, a “Mesa do Bem Comum dos Mercadores” ou “Mesa do Espírito Santo dos Homens de Negócio”. Por outro lado, apoiado em documentação vária, apresentou a tese de que o objectivo da política pombalina de reforço do Estado e disciplinação dos grupos sociais não visava limitar os privilégios e influência de toda a Nobreza – à qual, de resto, Sebastião José pertencia –, mas somente de uma fracção da Alta Nobreza, fundamentalmente a Nobreza ligada aos altos cargos do Ultramar. Daí a sua afirmação: “O ataque do Marquês a uma facção da classe nobre não atacava a raiz da classe, a sua posição económica-social no Estado, antes as fortalecia com as leis sobre o luxo, sobre o morgadio, etc.”.

Além desta constante metodológica, podemos encontrar outras desde a primeira obra. A atitude filosófica evoluiu, pois esbateram-se progressivamente as influências marxistas, até ao seu desaparecimento: leia-se, por exemplo, o prefácio de *O Bloqueio Continental – Economia e Guerra Peninsular*, estudo editado em 1962, onde se faz a apologia das histórias nacionais, pelo seu carácter concreto e pela sua contribuição, “no plano da experiência directa”, para o conhecimento do passado humano, e o modo como se justifica a pertinência dos estudos de história económica e social, alertando-se “para o debate bizantino dos predomínios explicativos” das divisões da história, divisões úteis no plano metodológico, mas “artificialmente construídas”. Jorge

Borges de Macedo foi abandonando uma perspectiva predominantemente materialista da evolução humana, mas manteve-se fiel a uma concepção dialéctica da História, em sentido amplo. Abro os meus apontamentos da disciplina de Teoria da História, leccionada pelo professor no ano lectivo de 1971/1972, e leio a seguinte afirmação, retirada da aula de 18 de Fevereiro de 1972: “A realidade humana não é estável, é essencialmente móvel”. E de seguida, da aula de 25 do mesmo mês: “Estudamos o passado em termos de situação – é uma história dialéctica, assente no estudo das forças em presença. À História cabe a análise da sociedade humana em termos de tensão e de evolução”. Cabe aqui referir, na sequência deste aspecto, que as três principais e mais conhecidas obras de Borges de Macedo se debruçam sobre temas e problemas que se situam em épocas de grandes transformações e mudanças.

Talvez, todavia, a grande constante da obra de Jorge Borges de Macedo seja a sua fidelidade – mesmo que crítica, pois o professor não era homem para seguidismos incondicionais – à metodologia e às concepções historiográficas da Escola dos *Annales*. A influência de Bloch, Febvre e, numa última fase, Fernand Braudel, persistiu ao longo de toda a sua carreira como historiador. Esta influência aproximou-o dos herdeiros da Escola dos *Annales*, os homens da chamada “História Nova”. Basicamente, no domínio metodológico, esta corrente historiográfica defende que tal como procedem os cientistas das chamadas “ciências duras” (física, química, biologia, etc.) o historiador deve investigar arquitetando hipóteses, que submete em seguida à verificação e que rectifica frequentemente. Ora, na aula de Teoria da História de 10 de Maio de 1972, anotei o seguinte: “A actual metodologia histórica abandonou as velhas regras formuladas pelo positivismo histórico (Langlois e Seignobos). Essas regras ainda permanecem, mas apenas como instrumento de trabalho especializado no domínio da erudição e da pesquisa documental”. E também este outro ensinamento: “O questionário do documento é o primeiro princípio fundamental da metodologia histórica, implicando uma fase de apresentação e outra de crítica”. E algumas linhas adiante: “Depois da fase investigacional, dos questionários e busca documental, impõe-se a reconstituição histórica. Esta é fiscalizada pelo documento: o historiador não pode ultrapassar o documento, no sentido de o negar ou de contrariar os seus dados. Mas ultrapassa-o enquanto tem de ligar os dados documentais, de reconstituir o todo a partir de dados em si desconexos. A reconstituição implica, portanto, algo de arbitrário, de pessoal”. E depois de referir o anacronismo como uma ameaça latente na reconstituição histórica, Jorge Borges de Macedo apontava a descoberta da problemática como outra dificuldade dessa mesma reconstituição. Nesta recorre-se a um mecanismo de simplificação histórica trazido

da sociologia. Trata-se de definir esquematicamente cada época ou cada sociedade, descobrindo as forças e elementos fundamentais que a constituem. Formulam-se então hipóteses, constroem-se modelos, que depois se confrontam com a realidade, ou seja, com a documentação e os seus dados. Aqui o uso dos modelos permite, nomeadamente, o emprego de métodos matemáticos, estatísticos e analíticos.

Não por acaso, Jorge Borges de Macedo intitulou a sua tese de doutoramento *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. É revelador da sua adesão ao conceito da “história-problema”, obra de analistas e não de narradores, que implica também o recurso a outras ciências sociais, numa prática de interdisciplinaridade.

Toda a utensilagem mental que venho descrevendo influenciou a sua obra nos mais diversos domínios e designadamente na História Social, onde há a salientar essencialmente os artigos que escreveu no *Dicionário de História de Portugal*, publicado sob a direcção de Joel Serrão, sobre vários grupos sociais e profissionais: *Almocreve, Barqueiro, Burguesia – na época moderna, Caminheiro, Carreteiro ou Carreiro, Nobreza – na época moderna, Porto, Motim do (1757), Povo – na época moderna*. Particularmente importantes são os artigos sobre a Nobreza e a Burguesia na época moderna, que procuram analisar o relacionamento entre as duas Ordens, diferente no caso português do de outros países europeus. Jorge Borges de Macedo procura apreender a evolução dessas Ordens entre os séculos XV e XVIII, salientando os seguintes aspectos:

- a existência em Portugal da figura do cavaleiro-mercador;
- a existência de várias nobrezas, designadamente uma nobreza de função (Nobreza de Toga);
- o predomínio numérico da nobreza não titular;
- as discussões (frequentes, principalmente a partir do século XVIII) em torno da categoria e privilégios do nobre;
- a fragilidade (nomeadamente numérica) e dependência da grande burguesia portuguesa;
- o peso numérico da pequena-burguesia, que resiste nomeadamente às medidas que Pombal tomou contra ela;
- a nobilitação dos grandes negociantes, núcleo essencial da grande burguesia, o que leva à absorção desta pela nobreza;
- a consequente heterogeneidade da burguesia portuguesa e a dificuldade da sua afirmação como grupo social autónomo;
- e portanto a dependência da burguesia, o que se nota designadamente na sua incapacidade de afirmação política.

Destaco sobre o assunto estas palavras de Jorge Borges de Macedo: “Quando surgem na Europa os grandes problemas da Revolução Francesa ou de uma transformação industrial, a burguesia portuguesa tem de improvisar uma ideologia de empréstimo para mascarar uma dependência real, em relação às classes que efectivamente dirigiam o Estado”.

Este estudo mostra todas as características anteriormente apontadas do pensamento historiográfico do ilustre professor, designadamente a sua exigência de rigor na formulação e comprovação de hipóteses, o que o levava à busca do concreto através das fontes disponíveis e ao afastamento da aplicação acrítica de modelos abstractos pretensamente aplicáveis a toda a realidade. Consequentemente penso também poder referir o que denomino “anti-dogmatismo” de escola, pela independência que Jorge Borges de Macedo sempre revelou relativamente a todas as correntes e modas historiográficas, procurando aproveitar delas o que lhe parecia mais útil para o esclarecimento da “problemática” de qualquer época ou tema, mas não se deixando aprisionar por regras ou teorias rígidas. Isto apesar das influências já referidas e em meu entender indiscutíveis, que todavia nunca lhe roubaram ou limitaram o acerado espírito crítico e a sua penetrante capacidade de análise. **NE**

Jorge Borges de Macedo, Historiador e Ensaísta**

Introdução CONHECEMOS HOJE UM pouco melhor a obra de Jorge Borges de Macedo (JBM). Este ciclo de conferências, iniciado no passado dia 30 de Abril, intitulado, acertadamente, julgamos nós, *Jorge Borges de Macedo: da História como Problema*, em muito tem contribuído para isso.

Na primeira comunicação, Luís Aguiar Santos mostrou-nos o contributo de JBM para a renovação da história económica, com as suas obras *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, *O Bloqueio Continental* e *Problemas da História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Mas mostrou-nos sobretudo a necessidade de revisitarmos, duma forma crítica, esta mesma produção historiográfica, pois não só subsistem muitas das ideias-feitas e lugares comuns que julgávamos desmontados com JBM, como, não raras vezes, somos confrontados com o aparecimento de novos trabalhos sobre estas mesmas questões e período, mas que de novo nada trazem, antes constituindo, nalguns casos, um retrocesso comparativamente com o já conhecido e publicado.

Raul Rasga, na segunda comunicação, tratou da historiografia cultural de JBM, não menos importante que a económica, ou outra qualquer. E concluiu pela existência de uma historiografia atenta ao concreto, baseada no rigor científico, igualmente demolidora para com as ideias-feitas e os lugares comuns ou as visões estritamente ideológicas do passado. E que valoriza uma cultura portuguesa que reelabora o que se faz “lá fora”, por outras palavras, uma cultura que não está isolada da cultura europeia; pelo contrário, está a par do que se discute na Europa, acompanha os debates contemporâneos, utiliza argumentos da cultura europeia, reelabora esses mesmos argumentos, adequando-os à realidade nacional e, desta forma, resiste à normalização.

* Director da Hemeroteca Municipal de Lisboa e antigo aluno do Professor Jorge Borges de Macedo na licenciatura em História e no Mestrado de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi também assistente de Jorge Borges de Macedo na cadeira de História Económica I na Faculdade de Ciências Económicas e Empresarias da Universidade Católica Portuguesa, nos anos lectivos de 1994-1995 e 1995-1996.

** A comunicação teve lugar na Hemeroteca Municipal de Lisboa em 4 de Maio de 2006.

Paulo Miguel Rodrigues, na terceira comunicação, ocupou-se dos trabalhos de JBM na área das relações internacionais e da história diplomática que, segundo cálculos do próprio, representam entre 18 a 20% do total da sua produção historiográfica. Os trabalhos sobre o Atlântico, realidade a partir da qual Portugal se afirmou no mundo, começam por dominar, mas depois, a partir da década de 80, surge o interesse pela Europa e as relações de Portugal com a Europa, interesse que corroboramos, como adiante se verá. Entre os aspectos coincidentes com as outras análises, destaque para a luta contra o preconceito, a desconstrução dos mitos na historiografia portuguesa.

Carlos Cunha, na quarta comunicação, abordou o social na produção historiográfica de JBM, não sem antes falar nas influências teóricas e metodológicas e nas constantes da sua obra. Das influências, registe-se Hegel, na sua visão dialéctica da história; Marx, numa dialéctica que comporta situações alternativas; o Materialismo Histórico – influências que depois se vão esbater a favor da Escola dos *Annales*, nomeadamente em Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel. Das constantes, assumem particular relevância a rejeição de JBM pela aplicação mecânica/automática de modelos abstractos à realidade social; a valorização do concreto baseada na verificação documental rigorosa; o predomínio da história-problema na reconstituição do passado, com recurso à interdisciplinaridade; a formulação de hipóteses adequadas ao concreto. Os seus estudos de história social contribuíram decisivamente para um renovado olhar sobre a sociedade portuguesa, numa história que queria evitar a história tribunal.

A comunicação que aqui trazemos, a última, pretende uma análise mais global da actividade de JBM como historiador, fixando os aspectos estruturais da sua obra histórica; pretende ainda revisitar a produção ensaísta de JBM, menos conhecida do público; e terminará com uma reflexão final sobre o seu significado histórico e cultural. Mas comecemos primeiro com um breve apontamento biobibliográfico, para melhor se contextualizar o autor e a sua obra.

1. Apontamento Biobibliográfico

1.1. Vida pública: aspectos mais significativos

Jorge Borges de Macedo nasceu em Lisboa a 3 de Março de 1921. Seu pai, José de Macedo, foi secretário-geral do Partido Republicano Radical e um defensor da solu-

ção federalista com as colónias, nomeadamente com Angola¹. Macedo licenciou-se em 1944 na Faculdade de Letras de Lisboa em Ciências Histórico-Filosóficas com a tese *A Situação Económica no Tempo de Pombal – Alguns Aspectos*, estudo que, depois de publicado, em 1951, “passou imediatamente a constituir uma obra de referência sobre o governo e o tempo do Marquês de Pombal”². Em 1957 entrou na mesma faculdade como assistente da Professora Virgínia Rau na cadeira de Teoria da História e do Prof. Manuel Heleno na cadeira de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Um ano depois tornou-se bolseiro do Centro de Estudos Históricos do Instituto de Alta Cultura, iniciando então os estudos sobre a problemática da indústria portuguesa, que viria a constituir o objecto de análise da sua tese de doutoramento. Doutoramento que se realizou em Junho de 1964 com a defesa da tese *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, onde o historiador examina longa e analiticamente os factores internos e externos que presidiram ao desenvolvimento da indústria, e que constitui, segundo alguns autores, o seu trabalho de maior de maior fôlego³. Obtém nas provas 19 valores. Três anos depois, em Junho de 1967, Macedo obteve o título de professor agregado de História. Em 1969 vamos encontrá-lo como catedrático da Secção de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A seguir ao 25 de Abril de 1974 foi saneado desta faculdade, com a sua reintegração no ensino superior a acontecer pouco depois, em 1977, a convite da Universidade Católica Portuguesa, para a docência das cadeiras de História Económica e História Diplomática. No ano de 1980 regressou à Faculdade de Letras como regente da cadeira de História Contemporânea de Portugal. É durante este período que Macedo readquire a sua notoriedade pública como historiador, resultado também da sua actividade como comentador de política internacional. Os seus trabalhos respondem então às múltiplas solicitações que lhe são feitas, versando os mais diversos assuntos. Em 1990, a convite do Secretário de Estado da Cultura,

¹ Esta solução é defendida no estudo *A Autonomia de Angola*, “o resultado do provavelmente primeiro encontro significativo da tradição portuguesa republicana-socialista-federativa que até então se ocupara em primeiro lugar da organização interna do país, ou da federação ibérica ou europeia, com a experiência africana”, nas palavras de Hermínio Martins. V., do autor, e para uma análise mais detalhada do projecto de José de Macedo, “O Federalismo no Pensamento Político Português”, in *Penélope*, Lisboa, N.º 18, 1998, pp. 13-49.

² Jorge Pedreira, “Macedo, Jorge Borges de (Lisboa, 3-3-1921 – Lisboa, 1996)”, in *Dicionário de História de Portugal* (Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Vol. VIII, Supl. F/O, 1.ª Edição, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, p. 405.

³ É o caso de Jorge Pedreira, *Ibidem*, p. 405.

Pedro Santana Lopes, foi indigitado para director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, função que desempenhou até ao seu falecimento. No dia 3 de Março de 1991 Macedo jubilou-se como professor catedrático da Universidade de Lisboa. Durante a cerimónia foi ainda homenageado com o colar de Grande Oficial da Ordem de Santiago de Espada. Morreu a 18 de Março de 1996, com uma obra notável a todos os títulos e com vários projectos e trabalhos por acabar.

1.2. Bibliografia essencial

É vastíssima a obra de Jorge Borges de Macedo. Ao todo engloba aproximadamente 400 títulos, ou talvez mais⁴! Destacamos aqui aqueles que, em nosso entender, nos parecem incontornáveis e, por isso mesmo, mais relevantes. Algumas destas obras constituem verdadeiras traves-mestras da historiografia portuguesa, a saber: a já citada tese de licenciatura *A Situação Económica no Tempo de Pombal. Alguns aspectos* (1.ª edição, Porto, 1951), ainda hoje de leitura obrigatória para o estudo da realidade económica e social do Portugal setecentista, juntamente com a sua tese de doutoramento sobre *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII* (1.ª edição, Lisboa, 1963), “estudo que marcaria profundamente a compreensão da indústria portuguesa no século XVIII e início do século XIX”⁵; *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular, 1803-1813* (Lisboa, 1962), pelo alargamento do objecto de estudo a matérias até aí muito pouco consideradas, como a história militar; a reedição da *História de Portugal*, de Luís Augusto Rebelo da Silva (Lisboa, 1971), outro trabalho de referência e para o qual Macedo escreveu uma notável introdução que coloca aquele historiador oitocentista no panorama cultural do liberalismo; a excelente síntese que é o estudo *Estrangeirados. Um conceito a rever* (Braga, 1974), “em que relativiza o significado das posições dos estrangeirados (e neste sentido se distancia da tradição historiográfica que, retomando os problemas colocados por esses autores, vai da geração de 70 a António Sérgio, Jaime Cortesão e Vitorino Magalhães Godinho)”⁶; os trabalhos *Um ano de luta*

⁴ A bibliografia activa mais completa de Jorge Borges de Macedo encontra-se na obra, já aqui citada, *Jorge Borges de Macedo – Itinerário de uma vida pública, cultural e científica*, 1991. Não inclui, infelizmente, todos os trabalhos do autor, nomeadamente alguns que se encontram dispersos por variadíssimas publicações periódicas, bem como os trabalhos publicados entre 1991 e 1996, pelo que seria de todo o interesse, como um indispensável instrumento de trabalho, uma reedição actualizada e aumentada desta obra.

⁵ Álvaro Ferreira da Silva “História Económica”, in *Dicionário de História de Portugal* (Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Vol. VIII, Supl. F/O, 1.ª Edição, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 181.

⁶ Jorge Pedreira, *Op. Cit.*, p. 406.

pelo poder e a sua interpretação n'Os Lusíadas (Lisboa, 1976) e Os Lusíadas e a História (Lisboa, 1979), que reflectem uma maior atenção da sua obra aos aspectos culturais; o premiado *Alexandre Herculano. Polémica e Mensagem* (Lisboa, 1980); o livro *Constantes da História de Portugal* (Lisboa, 1981); a *História Diplomática de Portugal. Constantes e Linhas de Força* (Lisboa, 1987), por muitos considerada como uma das suas principais obras; o estimulante ensaio que é *Portugal, um destino Histórico* (Lisboa, 1990); a sua colaboração para o *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão, onde Macedo publicou um importante conjunto de artigos, a maior parte deles sobre temas centrais, como “Nobreza”, “Burguesia”, “Absolutismo” e “Tratado de Methuen”; e, por último, uma série de estudos, menos conhecidos, mas dos mais inovadores que escreveu, não só pelos problemas que levantam como pelo carácter pioneiro, ou polémico, das suas interpretações⁷. Concluída esta incursão biobibliográfica importa agora tratarmos da actividade de JBM como historiador.

2. Jorge Borges de Macedo, Historiador... Aqui, como se disse, procuraremos fazer uma análise global da produção historiográfica de JBM, fixando os aspectos centrais dessa mesma produção, que são os seguintes:

- i) desde logo, a diversidade dos temas tratados, pois tanto se debruça sobre a problemática económica como sobre a sociedade, a política, a tecnologia, a ciência, a filosofia, a arte, a religião, entre outras temáticas, num entendimento da história como disciplina que trata a globalidade da experiência humana passada;
- ii) a preferência pela inovação, presente em quase todos os estudos do autor, em detrimento dos caminhos já explorados;
- iii) desta última, resulta o esforço persistente para contrariar ideias-feitas sobre alguns problemas fulcrais da História de Portugal;

⁷ Estão neste caso os artigos “O aparecimento em Portugal do conceito de programa político”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XIII, Coimbra, 1971, pp. 375-423; “Para o encontro de uma dinâmica concreta da sociedade portuguesa, 1820-1836”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVII, Coimbra, 1977, pp. 245-62; “A problemática tecnológica no processo de continuidade República – Ditadura Militar – Estado Novo”, in *Economia*, Vol. III, n.º 3, Lisboa, Outubro de 1979, pp. 427-453; “Para um estudo estrutural dos movimentos revolucionários portugueses: ensaio de formalização concreta”, in *Estudos Portugueses. Homenagem a António José Saraiva*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 1990, pp. 193-213, entre outros.

- iv) a sua adesão “à história-problema, à teorização e ao elemento explicativo-superador da mera descrição”⁸, sempre suportada pela própria análise histórica, no quadro do que designava por “formalização concreta”⁹;
- v) a adopção de uma perspectiva aberta aos vectores políticos, socioeconómicos e culturais, procurando um quadro histórico matizado em vez das leituras estritamente políticas e diplomáticas que nos habituaram muitos anos de historiografia positivista;
- vi) do ponto de vista metodológico, importa destacar tanto o recurso a fontes de diversos tipos e pouco utilizadas como o recurso a historiografia de várias origens, nomeadamente anglo-saxónica;
- vii) o interesse por algumas das tendências historiográficas mais recentes, como a Nova História Económica ou a Arqueologia Industrial, por si teorizadas e divulgadas a outros historiadores e estudantes.

Tudo isto contribuiu para que Jorge Borges de Macedo – juntamente com outros historiadores, como Vitorino Magalhães Godinho, Virgínia Rau, Fernando Piteira Santos, Joel Serrão, Armando de Castro e Oliveira Marques – tivesse um papel fundamental, para não dizer primordial, na renovação que a historiografia portuguesa conheceu a partir dos anos 50, nomeadamente a história económica e social¹⁰. A sua acção centrou-se sobretudo no século XVIII, propondo uma nova interpretação económica da governação pombalina, examinando extensamente as condições internas e externas para o desenvolvimento da indústria portuguesa no século XVIII e início do século XIX e, como já se disse, refutando algumas ideias-feitas sobre este período,

⁸ José Amado Mendes, “A renovação da Historiografia portuguesa”, in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (séculos XIX-XX)*, s.l., Círculo de Leitores, imp. 1996, p. 298.

⁹ Adesão esta facilitada, sem dúvida, pela sua licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas.

¹⁰ Sobre o contributo destes historiadores para a renovação da historiografia portuguesa, ver José Amado Mendes, *Op. Cit.*, pp. 277-343, e ainda as *entradas* de Carlos Maurício e Álvaro Ferreira da Silva para os últimos volumes do *Dicionário de História de Portugal*, respectivamente “História – Da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra”, in *Dicionário de História de Portugal* (Coord. de António Barreto e Maria Filomena Mónica), Vol. VIII, Supl. F/O, 1.ª Edição, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 172-177, e “História Económica”, *Op. Cit.*, pp. 180-183. Sobre Macedo, em particular, ver, além destes textos, a *entrada* de Nuno Valério para o *Dicionário de História do Estado Novo* (Dir. de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito), Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 534, bem como a de Jorge Pedreira para o *Dicionário de História de Portugal*, intitulada “Macedo, Jorge Borges de (Lisboa, 3-3-1921 – Lisboa, 1996)”, *Op. Cit.*, p. 405.

como, por exemplo, as ideias de que as relações com a Inglaterra durante o século XVIII configuravam uma situação de dependência altamente prejudicial ao crescimento económico do país ou de que fora Pombal quem sacudira o jugo inglês e criara do nada a indústria em Portugal. Feita a análise global da sua obra ocupemo-nos agora da actividade de JBM com o ensaísta, menos conhecida do grande público, mas não menos importante, como iremos ver.

3. Jorge Borges de Macedo, Ensaísta... Da sua actividade como ensaísta, notória sobretudo a partir da década de 80, assumem especial relevância quer as reflexões sobre a Europa e as relações de Portugal com a Europa quer os seus escritos sobre a identidade nacional. Sobre as primeiras importa, para começar, reter o seguinte: JBM foi um dos historiadores portugueses que, a par da investigação histórica propriamente dita, mais reflectiu sobre a Europa e o papel de Portugal nessa mesma Europa. Esta problemática assume até uma certa centralidade numa produção que, a partir dos anos 80, se inclina para um pendor mais ensaístico. Ora vejamos: ainda em 1968 publicou “A cultura portuguesa no mundo contemporâneo: um problema geral”; nove anos depois, em 1977, saiu “Um desafio à cultura portuguesa”; em 1979, escreveu “Uma perspectiva histórica para a integração europeia”; no ano seguinte publicou “Aron é um pensador europeu”; em 1981, reflectiu sobre o “Mercado Comum. Uma experiência nova para Portugal”, texto que será reeditado dois anos depois; em 1985, escreveu “O contributo histórico de Portugal para a formação do património cultural europeu”; em 1986, debruçou-se sobre “A adesão de Portugal ao Mercado Comum: antecedentes históricos”, “O espírito da Europa” e ainda sobre “Portugal e a Europa. A responsabilidade política do desenvolvimento”, este último ainda reeditado em 86; o ano de 1987 foi bastante produtivo no que a esta temática diz respeito: publicou “O Atlântico Norte e os desafios do Sul – perspectiva histórica”, reeditado no ano seguinte e também em 1989, “Ensino e Cultura. Preparar o Desafio Comunitário”, “Europa: que geopolítica?”, “A Nação como instrumento e projecto de defesa”, “Política e Estratégia na relação Portugal-Espanha: um problema de hoje” e “Portugal na perspectiva estratégica europeia”; em 1988, acrescentou a esta bibliografia o trabalho “Hora portuguesa, hora europeia” e reuniu grande parte destes ensaios na obra *Portugal-Europa para além da circunstância*, que serve aqui como um dos principais suportes para esta comunicação; em 1990, deu a estampa “A Europa como grandeza histórica” e “Portugal na nova distribuição das forças europeias”; quatro anos depois, em 1994, numa tiragem particular de 200 exemplares, editou

“A Experiência Histórica Contemporânea”, um importante ensaio sobre o sentido e o fim do último quartel do século XX sem esquecer a evolução política portuguesa entre 1974 e 1994, reeditado em *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, numa edição organizada pelo filho, Jorge Braga de Macedo¹¹; em 1996 ocupou-se da “União Europeia: uma experiência de política externa”. De referir também *Portugal – Um Destino Histórico*, publicado em 1990, onde JBM desbrava “um problema [o destino histórico dos dois Estados peninsulares] que, embora visto em separado, jamais fora objecto de exame numa visão do conjunto hispânico”¹². É pois, aqui, que encontramos uma verdadeira doutrina sobre a razão de ser de Portugal, na visão histórica de JBM, que adiante desenvolveremos. Esta bibliografia leva-nos naturalmente a colocar a seguinte questão: porquê este interesse pela temática europeia e sua história? Trata-se duma pergunta de difícil resposta, pois não dispomos de um testemunho directo de JBM. Mas a resposta não poderá deixar de passar pelo entendimento peculiar que JBM tem da história. Isto é, para JBM, a história, neste caso, de Portugal, só ganhará sentido se situada num plano mais vasto, daí as inúmeras incursões pela história europeia e extra-europeia. E isto aplica-se, claro está, tanto à história de Portugal como à história de qualquer outro país europeu. A problematização e a compreensão do nosso passado requerem a comparação com a história europeia e a inclusão dos factos concretos nas “possibilidades globais efectivas”¹³: partir do geral/abstracto para o particular/concreto e, uma vez tratado o particular/concreto, regressar ao geral com interpretações novas, enriquecendo-o. Qualquer trabalho histórico deverá seguir esta lógica, começar sempre pelas tais “possibilidades globais efectivas”, “superiores aos factos concretos”. Este é um pressuposto teórico que atravessa toda a sua obra. O exemplo mais paradigmático do que se acaba de dizer encontra-se na *História Diplomática de Portugal – Constantes e Linhas de Força. Estudo de*

¹¹ Jorge Borges de Macedo: *Saber Continuar. A Experiência Histórica Contemporânea. Comemorações do Legado Bibliográfico* (Org. por Jorge Braga de Macedo), Lisboa, MNE/IDI, 2005 (Col. Biblioteca Diplomática – Série A), livro que, além de reeditar o texto “A Experiência Histórica Contemporânea”, publicado por JBM em 1994, reproduz as quatro comunicações referidas na mesa redonda *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (22 de Junho de 2005), que contou com intervenções de João Marques de Almeida, Ana Cannas, José Brissos e do autor desta comunicação.

¹² As palavras são de Joaquim Veríssimo Serrão, da Apresentação, in Jorge Borges de Macedo, *Portugal – Um Destino Histórico*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1999, p. 13.

¹³ Jorge Borges de Macedo, Prefácio da segunda edição a *Problemas de História da Indústria Portuguesa no século XVIII*, Lisboa, Quercó, 1982, p. 8.

Geopolítica¹⁴, onde a comparação com a realidade europeia e extra-europeia é uma constante. Esta condiciona o *processus* histórico português, mas também *recebe* dele vários elementos, sejam de natureza política e institucional, sejam de natureza económica e social, sejam ainda de natureza *civilizacional*. A realidade portuguesa é indissociável da evolução europeia e vice-versa. Há, portanto, uma interdependência que importa estudar, único caminho para compreender os factos que dela resultam. Vejamos de seguida as constantes e as linhas de força do pensamento europeu de JBM.

4. Da Europa e do Papel de Portugal... Que ideia de Europa tem JBM, quais as suas constantes e linhas de força? Nos textos que servem de suporte a esta comunicação, acima referidos, constatamos que as temáticas predominantes prendem-se com os seguintes aspectos:

- i) a questão das matrizes essenciais da Europa;
- ii) a problemática das relações entre Portugal e a Europa;
- iii) os desafios que se colocam às duas realidades.

A preferência de análise do historiador vai para os condicionamentos e expressões culturais, políticas e estratégicas da Europa. Mas antes de passarmos à *desmontagem* daquelas temáticas, importa primeiro reter o que JBM entende por Europa. Ora, para o historiador a Europa deve ser entendida como uma realidade que resulta duma convergência política e civilizacional. São estas as “duas dimensões que estabelecem os laços permanentes”¹⁵.

Estamos, portanto, perante dimensões que se interpenetram, daí resultando os tais laços permanentes. A suportar a convergência política temos aquilo que o historiador designa por “sobrevivência comum”. Sem esta, acrescenta, “nunca a Europa se poderia ter constituído ou ser concebida como uma área criadora, com uma homogeneidade que vai muito além da geografia”¹⁶. Por sua vez, esta “sobrevivência comum” deve ser entendida como o corolário lógico duma unidade de esforços face às ameaças externas que atravessaram a Europa, e que, como sabemos, foram várias¹⁷.

¹⁴ 2.ª Edição revista e ilustrada, Vol. 1, Lisboa, Lisboa, Tribuna da História, 2006.

¹⁵ Jorge Borges de Macedo, *Portugal-Europa para além da circunstância*, s.l., Imprensa Nacional-Casa da Moeda, imp. 1988, p. 14.

¹⁶ *Ibidem*, p. 14.

¹⁷ Por exemplo, as invasões bárbaras do século V ou a ameaça turca no século XVI.

A suportar aquela convergência política temos ainda o direito romano, a experiência mediterrânica, o Cristianismo, o equilíbrio entre o poder central e o poder local, e, por último, aquilo que JBM intitula de “vivência política, livre, constantemente vigiada, desenvolvida, verificada e aplicada”¹⁸, nos seus modos, em diferentes lugares. Isto é, também para o autor, na linha do alemão Karl Jaspers¹⁹, a especificidade europeia está intrinsecamente ligada ao conceito de liberdade²⁰, ainda que tal especificidade envolva outras dinâmicas.

4.1. As matrizes da Europa

Enumerámos assim as principais manifestações da unidade política que é a Europa. Mas a definição de Europa não se esgota aqui. Comporta também, como já dissemos, uma dimensão civilizacional, que incorpora a existência de um espírito europeu, uma vertente geopolítica, com um sentido muito especial, como iremos ver, e um património cultural europeu, isto é, uma cultura europeia. Estas são as matrizes essenciais da dimensão civilizacional da Europa. Importa agora discutir cada uma destas matrizes.

Do espírito europeu

Que significa então para JBM espírito europeu, visto como razão/factor fundamental da força europeia? Para o historiador, espírito europeu significa “unidade sem imposição da uniformidade”, “convergência dos esforços na diversidade das suas manifestações”, integração e não soma das partes²¹. Processo que, desde o século VII até à actualidade, tanto se realiza “na teorização global, condição da analítica teológica, como na disciplina e aprofundamento da observação”²². Por unidade na diversidade leia-se a procura de um equilíbrio, que será sempre precário, vigiado, medido, entre estas duas dimensões. A propósito, diz-nos JBM: “Não queremos atingir a unidade subalternizando a diversidade, nem queremos exorbitar da diversidade dis-

¹⁸ Portugal-Europa (...), p. 15.

¹⁹ Para Jaspers, a singularidade europeia reside em três grandes noções: liberdade, história e ciência. Ver, do autor, “L’Esprit Européen”, in *L’Europe? L’Europe* (textes réunis et présentés par Pascal Ory), s.l., Omnibus, 1998, pp. 525-551. Trad. por João Bénard da Costa: Karl Jaspers, “O Espírito Europeu”, in *O Tempo e o Modo*, Lisboa, N.º 3 (Março 1963), pp. 19-36.

²⁰ Este conceito será aprofundado quando nos debruçarmos sobre o património cultural europeu, sobre a existência de uma cultura europeia.

²¹ Portugal-Europa (...), pp. 15-16.

²² *Ibidem*, p. 16.

pensando a convergência onde todos nos encontramos, quer queiramos quer não”²³. Este equilíbrio traduz uma solidariedade assente em razões profundas, que passam, por exemplo, pela unidade geopolítica a que chegámos, mas esta só ganha operacionalidade quando respeita o “princípio da unidade voluntária”, o “direito ao crescimento em diferença”, numa palavra, a dignidade da pessoa, vista aqui como a conquista essencial do Cristianismo. Com efeito, é este que dá o passo fundamental de a declarar possível e necessária a todos os homens, qualquer que seja a categoria social ou, até, inteligência. A dignidade da pessoa, o direito à liberdade interior, respeitando a importância persuasiva do grupo, aparece assim como a primeira dimensão do espírito da Europa. Estamos novamente perante uma dualidade, intrínseca ao espírito europeu: de um lado, o grupo, o mundo exterior, o geral, o abstracto; do outro, o papel decisivo da pessoa, a coerência espiritual do homem, o particular, o concreto. O espírito europeu nasce e amadurece nesta dualidade. Tal como no plano político, não há fusão, mas sim duas situações que se realizam e conciliam, um equilíbrio entre o pessoal e o social, o indivíduo e a comunidade, que se manifesta na política, na filosofia, na teologia, na pedagogia, na ciência e na literatura. Esta dualidade, este equilíbrio, está presente em todas as culturas europeias, ainda que cada uma tenha a sua especificidade – na portuguesa, está presente, por exemplo, na estrutura da literatura medieval, n’*Os Lusíadas*, no romance. Esta dualidade, este equilíbrio, sofreu abalos, como o predomínio da generalidade e da abstracção que o iluminismo, o positivismo e o marxismo trouxeram à cultura europeia, como o abandono da exigência de globalidade crítica ou a revolta das massas contra a pessoa. Mas a tudo isto resistiu o espírito europeu, “com o seu dimensionamento do pessoal e do comunitário, do particular e do geral, na defesa da pessoa contra as massas e da proposta – mais ouvida do que se tem dito – a estas últimas, para passarem da multidão para o espírito comunitário que lhe é superior”²⁴. Luta que não tem sido fácil e que segundo JBM constitui “o drama do nosso tempo”. Luta que tem contado com o auxílio eficaz da cultura portuguesa na defesa da mensagem essencial do espírito europeu: o equilíbrio, como já se disse, da pessoa face ao colectivo, do particular e do global face ao geral e ao abstracto, do mecanismo da objecção face à pressão do sistema, da superioridade da verdade sobre este último. E isto sem abdicar da especificidade da sua dimensão. Portugal é, portanto, parte deste todo que se chama Europa.

²³ *Ibidem*, p. 16.

²⁴ *Ibidem*, p. 19.

JBM encontra aqui o *pretexto* para refutar a atitude que se instalou na sociedade portuguesa aquando da entrada de Portugal na CEE, em 1986, e que passou essencialmente pelo agradecimento e pela gratidão. Ora, para o historiador, a atitude deveria ter sido outra, uma vez que se tratou de um acto de justiça, e acrescentava: “Se tem algum sentido falar-se em Europa e se tem algum significado falar-se no seu espírito, quem deve estar grato pela nossa participação, juntamente com a Espanha, deve ser essa mesma Europa por termos entrado, ainda que tarde, numa instituição a que, para ser Europa, faltávamos indiscutivelmente, pelo menos, nós, os peninsulares. Assim como continuam a faltar outros povos que à Europa pertencem e ainda não estão incluídos numa comunidade que, para ser verdadeira e eficiente, tem de coincidir com o espírito profundo que dela deve emanar”²⁵ (a discussão tida sobre o alargamento a outros países e a sua posterior efectivação mais não é do que o reconhecimento disto). A integração de Portugal e da Espanha na Europa deveria ter sido entendida antes como uma reparação, ainda que tardia. Corrige uma situação que, a não ocorrer, “seria uma traição”. É um avanço “na reconstrução, na actualidade, de um todo que, no meio das divergências e confrontos, sempre foi um todo, sempre existiu como tal, sempre sobreviveu porque, como unidade ameaçada, assim se soube comportar”²⁶. A ausência destes dois países numa Europa de Pátrias e comunidades constituía um pecado de *lesa-política*, de *lesa-espiritualidade*, de *lesa-história*, que importava reparar. Com a entrada dos dois Estados peninsulares no Mercado Comum a ideia de Europa ganha credibilidade e operacionalidade, adquire um conteúdo mais estratégico do que mercantil, mais humano que industrial. Passa a significar uma comunidade “mais realizada com espírito comunitário e mensagem interpolítica e cultural” e menos contabilística. Dá um passo fundamental “no sentido do espírito da unidade renovada, do espírito de afluência, sem homogeneidade”, espírito que traduz a intrínseca dimensão da Europa.

Da vertente geopolítica

A dimensão civilizacional da Europa incorpora também uma vertente geopolítica, ainda que esta tenha aqui, como já se disse, contornos muito peculiares. Ou seja, na Europa, num espaço por excelência dividido em estados e nações, os conceitos pri-

²⁵ *Ibidem*, p. 13. Falamos aqui naturalmente do alargamento da Comunidade Europeia aos países do Leste.

²⁶ *Ibidem*, p. 15.

mordiais de segurança envolvem outra percepção de geopolítica. Esta ganha outro conteúdo e outro endereço que lhe limitam os seus projectos macrodimensionais, alimentados pela ideologia. Mas que conteúdo é este? A geopolítica “passa a dirigir-se à dimensão adequada à defesa de uma nacionalidade ou uma cultura, a uma concepção do homem que aí conseguiu desenvolver-se e tomou como seu. A geopolítica é pensada em termos de convergência, não em termos de causa. Na Europa é uma civilização, uma concepção de homem e de vida que tem de velar pelo seu espaço, de conceber a sua defesa, os riscos que nela podem surgir e os eventuais aliados que a podem garantir”²⁷. O espaço europeu é assim concebido como espaço-cultura, como um espaço que não se pode manter só como segurança, mas sobretudo como cultura e mundividência. Realidade que se alimenta de outros povos e culturas, através de diferentes processos de inclusão: veja-se o que aconteceu com a instalação dos bárbaros no Império Romano do Ocidente, sendo pouco depois assimilados na Europa clássica. Quando se fala em espaço-cultura fala-se, portanto, numa síntese que reúne várias dimensões intelectuais e institucionais que se consolidaram ao longo do tempo, desde a própria concepção do homem, que atingiu a sua máxima expressão no Cristianismo, até ao pensamento abstracto. Esta é a única concepção de geopolítica que pode interessar à Europa, que será naturalmente variável de época para época, seja em função do conteúdo e audiência da sua mensagem, seja na viabilidade da sua defesa, seja ainda na sua geografia.

Em suma, o espaço que a Europa comporta é essencialmente um espaço de mentalidade, “em que as matrizes se tornaram comuns nos seus fundamentos, sem prejuízo da especificidade interna das áreas culturais, que desenvolvem modalidades interessantes²⁸, sem deixarem de ser convergentes, na matriz original”²⁹. É em função disto que se pode definir para a Europa uma geopolítica.

Repetimos, “sem prejuízo da especificidade interna das áreas culturais”. Com efeito, sempre que a Europa foi confrontada com tentativas imperiais e unitárias conseguiu superá-las, e sempre a partir de condições geopolíticas que salvaguardaram o cerne do seu espírito de resistência e de mensagem: Europa, pátria da diversidade. Não é com aquele tipo de experiências que se consegue a unidade geopolí-

²⁷ *Ibidem*, p. 22.

²⁸ É o caso, por exemplo, da cultura portuguesa que, perante a convergência de todas as culturas de Espanha, soube preservar a sua especificidade, alcançando uma “definição superior numa língua, numa sensibilidade, num modo de expressão e vivência”.

²⁹ *Portugal-Europa (...)*, p. 23.

tica da Europa. Esta passa pela “unidade dos interesses das suas comunidades, culturas, formas políticas, quando essas comunidades, mais europeias do que a própria Europa, estão ameaçadas pelas polarizações imperiais”³⁰. O mesmo é dizer que reside naquilo que é o eixo essencial da coerência europeia: a cultura, a racionalidade e a vivência, exprimindo-se lado a lado com a formulação religiosa. Neste sentido, a Europa é insusceptível de uma unidade geopolítica. Mesmo no século XX, quando se viu confrontada com a guerra-fria, interessada numa concepção geopolítica de massas geográficas, permaneceu fundamentalmente como uma área de cultura, nações e civilização e não como uma definição estratégica. Como nos diz JBM, “comunidade de civilização, de espiritualidade e de cultura antecipadamente estabelecida (e resultante de uma herança cujos acidentes de formulação envolvem os mais diversos factores), a Europa, na gloriosa missão que lhe cabe, é uma unidade antigeopolítica. E não pode deixar de administrar nesse sentido a sua autonomia regional no mundo e a sua realidade específica. Cabe-lhe administrar e defender o espaço onde impera a sua cultura e ideal de vida, procurando os modos de tal ser conseguido”. A Europa não pode, portanto, assentar a sua defesa em conceitos diferentes destes, pois ao fazê-lo utiliza uma dimensão que não tem. Talvez isto explique, acrescentamos nós, as dificuldades que a Europa tem em constituir-se como uma área de defesa eficiente, com uma definição clara de geoestratégia. Quando se define como área geopolítica, enfraquece como racionalidade e espiritualidade, devido ao seu conteúdo eminentemente ideológico e espiritual – “sua permanente razão de ser”.

Do património cultural europeu

Espírito. Geopolítica. Encerramos este capítulo das matrizes da Europa com a problemática do património cultural europeu. Que concepção tem JBM de património cultural europeu? Para o historiador o património cultural europeu “é, sobretudo, um processo de integração cultural constante”. Um processo que dá e recebe cultura. Este património estabeleceu-se a partir do desenvolvimento de dois tópicos essenciais, “que é a certeza de que a razão nunca se define exclusivamente como uma expressão de coerência, mas muito mais como um instrumento de análise do real”. Para JBM, é a consideração deste último ponto que tem, no pensamento europeu, a função predominante.

³⁰ *Ibidem*, p. 25.

Determinado o tópico essencial, JBM avança para a explicação das várias dimensões que incorporam a cultura europeia. Começando pela política, entende que esta comporta um conceito diversificado de política, não de liberdade abstracta, mas “de liberdade com capacidade realizadora e correctora perante as alternativas reais percebidas pelo homem, envolvendo a intervenção da análise inteligente da situação, assim como a capacidade de escolha dos meios e a consciência dos resultados”. Este é o conceito de liberdade que se envolve no património europeu. O eixo das sociedades políticas europeias está aqui, ou seja, “no princípio de que compete ao indivíduo responsável estabelecer o caminho que entende dever seguir dentro das grandes normas”³¹, os direitos, responsabilidades e deveres ordenados pelas instituições políticas. Consequentemente, as razões de Estado, os regimes, os interesses particulares, de modo algum “podem desprestigiar de uma forma arbitrária o efectivo reconhecimento dos direitos humanos como condição para a legitimidade e finalidade do governo”³². Esta é a mensagem que o património europeu passa a proclamar, ainda que sujeita a um entendimento variável e discutível. Desta concepção de liberdade decorrem implicações muito importantes. A mais óbvia passa pela exigência da mobilidade social. Se a tradição política europeia assenta no respeito concreto pela liberdade íntima, resulta daqui que o ideal europeu não pode deixar de se exprimir numa sociedade móvel, em permanente justificação. A outra implica a secundarização das categorias sociais, feitas precárias na sua concepção. Desta forma garante-se o direito geral aos recursos de que as sociedades dispõem para os seus membros. Mergulham aqui as raízes da tradição europeia de justiça social. Seguidamente, JBM avança para as restantes dimensões da cultura europeia. Do ponto de vista do pensamento geral, o património europeu assenta na defesa da racionalidade, suportada pela prova. Na área da arte e da literatura, “no direito à apresentação primordial de propostas e à sua apreciação pela prática, ao direito à divergência para com o padrão estabelecido”. Na ciência, o património europeu assenta no direito à hipótese, “isto é, à exploração de caminhos, antes da sua demonstração, sem que esta deixe de ser primordial”.

Resulta daqui que as minorias têm um papel insubstituível no processo cultural. São elas que o alimentam com as suas propostas e com os caminhos que sugerem.

³¹ *Ibidem*, p. 28.

³² *Ibidem*, p. 29.

No caso português, cabe às elites nacionais encontrar uma “expressão sensível e própria na oportunidade europeia”. E sobretudo eficaz, “conscientes de que podemos e não dependentes e subalternos”³³. Consequentemente, o património europeu é confrontado com várias perspectivas. Para que elas ganhem sentido e finalidade vai ligar-se “a princípios racionais e axiológicos, a exigências de bem comum, a valores que têm de enformar tanto a sociedade como o homem particular e ao princípio da constante verificação”³⁴. O património europeu comporta, portanto, como condição essencial, o direito à divergência minoritário. No seu eixo “está essa crença de que a diversidade é uma condição para criar alternativas donde saem tanto as grandes como as pequenas mudanças exequíveis e cuja acumulação e encadeamento constituem um verdadeiro processo convergente de cultura”. Essa diversidade encontramos-na nas culturas particulares. Em suma, aquilo que caracteriza o património europeu é, não uma cultura unitária e dirigente, mas, pelo contrário, a diversidade de propostas possibilitadas pela atitude mental. A única unidade persistente é uma unidade de atitude, que permite uma evolução diversificada, mas confluyente.

4.2. Portugal-Europa, uma relação profícua e duradoura

Tratadas as matrizes europeias essenciais, importa agora discutir a problemática Portugal-Europa, as relações entre estas duas realidades intrinsecamente unidas. Começamos pela questão do contributo histórico de Portugal para a formação do património cultural europeu. Ora, segundo JBM, este contributo foi político, “humano” e cultural.

No campo político, Portugal reforçou na Europa a importância da diversidade. A sua sobrevivência política, como Estado independente e cultura diferenciada, mais não é do que uma vivência em diversidade que se cristaliza em unidade política. O seu destino histórico é o de “enfrentar o atraso em que o industrialismo colocou a nossa cultura que existe e a nossa vida comunitária que tem uma feição própria mas que não pode ter falhas de desenvolvimento”³⁵. O mesmo é dizer alcançar a paridade do desenvolvimento para a intensificação da nossa diferença acumulada e natural.

³³ Portugal – Um Destino Histórico, p. 85.

³⁴ Portugal-Europa (...), p. 30.

³⁵ Portugal – Um Destino Histórico, p. 86.

No campo das relações humanas, demos à Europa um entendimento muito próprio da nossa relação com o outro. Esta assentou no princípio cristão da unidade do humano, princípio que, dentro das circunstâncias da época (séculos XV e XVI), foi praticado com autenticidade e convicção. Aliás, fazia-se dele uma das formas de sobrevivência no contacto com outras civilizações. Por conseguinte, o outro apresentava-se ao europeu com a dignidade de outros homens. Não é nivelado. Pelo contrário, valorizam-se as culturas locais, “no propósito de as integrar nos valores comuns que definem o Homem”. Portugal dava assim à Europa um testemunho de diversidade, que não pretendia alterar. Apresentava outras civilizações, segundo os seus princípios orientadores e critério de vida. A única excepção prendia-se com o universo religioso. A única superioridade era religiosa. Temos, portanto, algo de semelhante ao contributo político: o respeito pela diversidade dos povos, pelas particularidades locais. O resultado final foi a confluência das culturas ocidental e oriental e, consequentemente, o alargamento, à escala mundial, dos processos de confluência cultural praticados e verificados nas áreas próximas do mediterrâneo que, como sabemos, constituem um ponto significativo do património europeu. Constituem-se assim no mundo moderno as primeiras realizações da confluência universal de estilos.

No campo da cultura, os portugueses exploraram a comparação entre os novos modelos e os seus costumes e modos, retirando daí consequências de maior interesse. O espírito de comparação funcionará como outra das forças motoras da formação do património europeu. Portugal deu assim “força ao desenvolvimento na cultura europeia do sentido da convergência e da audiência simultânea dos diferentes povos e culturas”, salientando o valor da complementaridade e da criatividade local. A cultura portuguesa pode, portanto, ocupar no património europeu a defesa da procura da diferencialidade, “essência do património cultural europeu”. As realizações científicas que levou a efeito foram importantes. No entanto, não são o aspecto mais relevante da cultura portuguesa. Aquilo que de essencial esta transmitiu ao património cultural europeu foi “a prática da minúcia necessária e adequada, como condição de sobrevivência”. Outras culturas transmitiram outras coisas. Deste modo, o património cultural europeu realiza-se pelas contribuições diversificadas dos vários particulares que nele se integram. E isto numa dinâmica de constante renovação, nunca direccionada num sentido único.

Outra questão que nos parece importante na reflexão de JBM prende-se com a existência de um sentido de consciência europeia na história de Portugal em consonância com as características específicas da “Pátria própria”. Note-se, no entanto,

que segundo o historiador este sentido do europeu não assumiu uma presença uniforme. Por outras palavras, “os factores europeus aparecem na medida própria em que são seleccionados pelo corpo social que lhe é anterior”³⁶. Para corroborar tal existência, JBM apresenta vários exemplos: temos, pois, um foco europeu na origem de Portugal, que está também presente na política de casamentos da dinastia de Avis, na Restauração ou no papel do Estado português nos sucessos fundamentais relativos ao equilíbrio europeu alcançados no século XVIII. E mesmo quando nos empenhámos na exploração da costa africana ou do oceano Atlântico isso não significou afastamento dos interesses europeus. Para JBM era “a forma portuguesa de os interpretar”.

Este sentido do europeu não se circunscreve à política, está igualmente presente no domínio da cultura portuguesa. Esta, ainda que diferenciada pela forma como relaciona os seus elementos constitutivos, estabelece caminhos com os modos gerais, problematizando-os e, deste modo, enriquecendo-os. O espírito europeu está presente, por exemplo, em autores como Garcia de Resende, Luís de Camões, Damião de Góis, Garrett, Eça, Pessoa, Almada, entre muitos outros.

Coexistindo com este sentido de europeu está, como já se disse, o corpo nacional, que lhe é não só anterior como primordial. Este corpo nacional manteve-se independente pela confluência de três vias, ainda que estas não expliquem tudo: a atlântica, a peninsular e a continental. A permanência de Portugal como Estado independente e como Nação decorre da unidade e da confluência destas três vias, da sua eficácia. Por outro lado, a Nação é essencial para que elas se possam exercer em unidade confluyente. Como legado deste processo fica uma maturidade institucional. Ora, para JBM, a integração de Portugal na Europa não pode ferir esta maturidade institucional, responsável pela constituição do espaço político português. Importa que figuremos nesta Europa como “uma entidade distinta e específica, sem internacionalismos e utopias”³⁷. O que para a Europa é vantajoso: as costas atlânticas entregues ao Estado Português são essenciais para a Europa. Há assim uma “relação recíproca entre a vontade portuguesa de independência e a vantagem europeia dessa mesma independência”. A integração europeia de Portugal só pode ser considerada dentro dos moldes dessa vantagem recíproca, nunca a partir de uma posição de

³⁶ Portugal-Europa (...), p. 71.

³⁷ *Ibidem*, p. 79.

dependência, sem capacidade de troca ou de alternativa. Só dentro dessa lógica faz sentido falar em integração europeia, até porque ela assegura o desenvolvimento e progresso da nacionalidade. Entende-se assim a Europa como solução para a sobrevivência nacional. Estamos, portanto, perante uma mútua compensação, mas Portugal só pode utilizá-la se preservar a independência política e económica. Como assegurar isto? Apurando e cultivando a consciência nacional.

Em suma, a adesão ou o apoio a instituições supranacionais só tem sentido quando essa adesão ou esse apoio não enfraquece nem agrava o país nem tira capacidade de correcção. Para JBM, a Europa que interessa é, não a Europa das regiões, “conceito essencialmente empobrecedor”, mas a Europa das pátrias.

4.3. Desafios Portugueses e Europeus

Das questões acima tratadas decorrem vários desafios, uns estritamente portugueses (se é que é possível sustentar esta afirmação), e sobre os quais nos vamos deter mais detalhadamente, outros mais europeus, devido essencialmente à sua amplitude. Relativamente aos segundos temas, por exemplo, a definição da Europa como área geopolítica, definição que, segundo JBM, a enfraquece como racionalidade e espiritualidade, “sua permanente razão de ser”. Ora, torna-se fundamental que isso não se traduza em fraqueza política, militar ou económica. Outro exemplo: dissemos acima que o património cultural europeu se realizava pelas contribuições diversificadas dos vários particulares que nele se integram. Como nos diz o historiador, “o património europeu nasceu e formou-se através da contribuição de áreas que vão de Creta à Grécia, aos Celtas, aos Romanos, ao Cristianismo e depois à França, à Espanha, à Alemanha, à Inglaterra, à Polónia, à Flandres, a Portugal, para só falar de Estados e sem esquecer outras riquíssimas culturas agora regionais”³⁸. Resultam daqui duas conclusões que não deixam de constituir dois desafios: por um lado, a necessidade de manter este cadinho de convergência que se chama Europa; por outro, não menos importante, a igual necessidade de manter as fontes de proposta das áreas de criação autónoma, isto é, as pátrias e as nações. Neste sentido, a Europa só poderá ser a Europa das Nações. O contrário poderá significar o fim da cultura europeia, pois esta só existe pelas contribuições dos vários particulares/culturas nacionais.

³⁸ *Ibidem*, p. 40.

Analiseemos agora os desafios que se colocam a Portugal. Um primeiro desafio tem a ver com as pressões inevitáveis que derivam directamente das características da civilização contemporânea. Estas pressões estão ligadas a grandes certezas do nosso tempo e impõem como pressupostos a unidade do espírito humano nas finalidades do seu exercício: o desenvolvimento tecnológico e científico. JBM não vai negar a utilidade prática e a força persuasiva deste fenómeno. O que interessa, na sua perspectiva, é uma maneira diferente de ver o mundo, que terá que ultrapassar a vantagem prática, fazendo-se acompanhar de exigências mais empolgantes para o Homem. Para o historiador, uma dessas exigências continua a ser a expressão nacional. Mas porquê esta outra maneira de ver o mundo? A resposta reside nos perigos da generalização, fundamental para a tecnologia. Generalização que leva quer à “trituração de alternativas de pensamento, antes de postas à prova”, quer à “sujeição das propostas tanto de ciência e de cultura como de sociedade, a conveniências médias e unitárias”³⁹. Numa palavra, ao empobrecimento conceptual e expressivo. À pressão das hegemonias culturais e ideológicas juntam-se agora, no campo da investigação, factores de uniformização. A cultura portuguesa, com as restantes culturas nacionais, está assim sujeita a esta pressão, que não deixa de ser legítima e urgente, pois a generalização é indispensável, como já se disse, ao processo científico e tecnológico. Como enfrentar a uniformidade da generalização, que afecta todos? A solução está, segundo JBM, nas “reservas de análise e interpretação” que a cultura portuguesa, como todas as culturas elaboradas, tem. Por “reservas de análise e interpretação” leiam-se formas ainda não exploradas, embora significativas, quer na sua definição quer na sua expressividade. É aqui que devemos recorrer. A procura e defesa do particular e a sua exploração consequente são, desta maneira, uma condição essencial para o homem. Consequentemente, “a resposta portuguesa, a ser válida, poderá ter alcance, tanto na defesa da própria comunidade como pela expressão que puder dar a um problema mais vasto”⁴⁰.

Outro desafio que importa discutir é o do desenvolvimento. O Mercado Comum constitui para Portugal uma dimensão nova e um desafio. Mas só será benéfico para ambos “se Portugal souber manter as suas prioridades e assegurar-se da sua condição de objecção que vá desde a posição geopolítica que é a sua à independên-

³⁹ *Ibidem*, p. 54.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 59.

cia económica e capacidade de negociação, face ao que não lhe convém”. Ou seja, se Portugal não prescindir da sua possibilidade de desenvolvimento próprio. O desafio não é novo, pois a concorrência internacional exigente atravessou a história recente de Portugal. A diferença é que agora vai exercer-se “dentro de um conceito de desenvolvimento económico interno paralelo, sem qualquer possibilidade de derivação para outra qualquer iniciativa, essa aleatória”⁴¹. A responsabilização do desenvolvimento é assim a grande novidade do Mercado Comum para Portugal, porque passa a ser acompanhado do risco político de subalternização, se o país não responder ao desafio e falhar. Aparentemente não falhou, ainda que o desenvolvimento não se esgote aqui.

Terminamos com a questão dos desafios do Atlântico Sul. Depois de fazer o delineamento histórico do Atlântico Sul face à Europa e do papel que, nessa dimensão, sempre desempenhou Portugal, JBM debruça-se sobre os seus desafios. Para o historiador, a zona de mais interesse para a Europa é o Atlântico Sul, tanto pelos seus antecedentes históricos como pela complementaridade funcional, relativamente ao Mediterrâneo e ao oceano Índico. O destino da Europa e do próprio Mercado Comum joga-se nessa área geográfica: “é aí que o desafio se vai definir, não por razões de estratégia tradicional (embora elas não possam deixar de estar presentes), na sua especificidade militar, mas nos aspectos muito mais significativos e prementes de selecção do modelo de desenvolvimento económico. Este tem de estar indissoluvelmente ligado à qualidade de vida, como vai ser em comparação com os outros”. Por sua vez, a viabilidade e operacionalidade deste modelo depende de várias coisas:

- 1.º Não pode dispensar a experiência alcançada noutras comunidades;
- 2.º Tem de estar dotado de *sensibilidade* para aproveitar a especial experiência das diversas áreas que compõem o Atlântico Sul;
- 3.º Não pode igualmente omitir a experiência em que assenta uma prática local comunitária e nacional de desenvolvimento, simultaneamente pessoal e colectiva, na harmonia conveniente entre a pessoa e o meio.

Para JBM, é esta a mensagem da Europa, “distante tanto do colectivismo nivelador (cuja lógica é o totalitarismo) como do individualismo (cuja lógica conduz à solidão e ao abuso da competência técnica)”⁴². Daqui decorre a seguinte questão,

⁴¹ *Ibidem*, p. 111.

⁴² *Ibidem*, p. 133.

que é a de saber o papel de Portugal neste processo. Portugal dispõe desde logo de propostas já experimentadas e indispensáveis para que sejam ultrapassadas as suas dificuldades. O seu exemplo e a sua experiência podem ser decisivos para convencer a Europa da insuficiência do económico e do tecnológico, caso pretenda estar no Atlântico Sul, seguindo um projecto de intensificação das relações humanas. Como refere JBM, “não é pelo económico ou pelo militar que se pode contribuir para transformar o Atlântico Sul numa zona de paz e progresso. Só pode ser-se bem sucedido nesse projecto quando se estabelecerem comunidades espirituais e humanas, não de igualdades abstractas, mas de consequências iguais para todos”⁴³. Portugal pode ainda dar à Europa uma dimensão superior ao seu limite geográfico, quebrando, deste modo, o isolamento no sentido do Atlântico. Pode ainda intervir criticamente nos processos seguidos nas relações da Comunidade ou nos estudos das relações Atlântico Norte-Atlântico Sul. Pode, por último, criar sólidas plataformas de entendimento. A presença útil de Portugal na Comunidade Europeia passa, portanto, pelo papel que esta atribuir ao Atlântico Sul.

5. O Problema da Identidade Nacional Tratemos agora das reflexões de JBM sobre o problema da identidade nacional, da maior actualidade, numa altura em que assistimos ao aparecimento, na sociedade portuguesa, de certos revivalismos iberistas. O que entende o historiador por identidade nacional? Nada como citá-lo: “Entendo por identidade nacional uma coincidência mínima dos comportamentos, na percepção de que os problemas que é necessário enfrentar se especificam no conjunto nacional e na certeza de que os projectos de vida colectiva se vão desenvolver no sentido de serem vividos, aplicados e verificados em comum”⁴⁴. Impregnando a identidade nacional – que precisa envolver um conceito presente – encontra-se o contexto insubstituível do passado, repositório das dificuldades e das soluções já concebidas. O passado dá assim legitimidade ao conceito de identidade nacional. Esta torna-se, consequentemente, a consciência pública e comunicada da nação, na sua história, na sua cultura, no seu território e na missão que o país desempenhou ou desempenha. Mas para JBM a identidade nacional não tem só conteúdo nacional-discursivo, mas também uma “expressão espiritual e subconsciente que se ajusta – humanizando-se –

⁴³ *Ibidem*, p. 135.

⁴⁴ “Não temos o direito de desistir”, in *Prelo*, N.º 1 (Out./Nov. 1983), p. 7.

às diversas tecnologias, sistemas e formas de governo e dissolve as persuasões ideológicas que se lhe opõem”⁴⁵. A identidade nacional ganha, portanto, uma dupla componente: ela é, simultaneamente, uma vivência e um projecto.

Definido o conceito JBM vai depois ocupar-se das suas especificidades, com algumas advertências, não menos importantes, a saber:

- 1.^a A força da identidade nacional não é constante ao longo da história nacional;
- 2.^a Esta força não é sempre igual em todos os grupos e organismos sociais, embora seja, em todos eles, “um elemento essencial que dá ordem e sentido à resposta portuguesa que tem acabado por vencer”⁴⁶;
- 3.^a A identidade nacional “não é um elixir ou um conjunto automático de soluções”; pelo contrário, “é um guia, um conselho, uma esperança, uma exigência de pensar, não vá supor-se que as soluções se deduzem no processo das ideologias”⁴⁷. As soluções requerem, antes, debates, propostas em confronto, choques de variável dureza, até se encontrar e adquirir força de aplicação. Processo que segundo JBM nos permite conservar a unidade e espírito nacional.

Outro aspecto importante na reflexão de JBM, que pode ser de grande utilidade para as Estados, prende-se com o receituário sugerido para os períodos ou situações de abrandamento da identidade nacional, o que passa pela análise das propostas à Nação no seu improvisado ou copiado, e pelo conhecimento do que somos e temos sido. Entramos, aqui, portanto, na terceira questão, atrás colocada, isto é, no **papel das elites**, aqui entendidas, como já se disse, como um conjunto de pessoas a quem recorreremos para salvar a colectividade, na formulação de propostas válidas e exequíveis com vista à resolução dos problemas do território nacional, neste caso ajustadas à escala de uma pequena potência. Por outras palavras, de que modo o escol actual tem usado os conceitos mais importantes da ciência e da cultura? A resposta passa naturalmente pela avaliação do seu papel nas situações de abrandamento da identidade nacional. Ora, nestas tem prevalecido sempre o geral, o abstracto, com manifesto desinteresse ou desconhecimento pela dimensão nacional. Como nos diz JBM, “só à custa dos próprios erros – e muito mais à nossa custa! – é que o economista encontra a dimensão nacional para as suas análises abstractas. Ora é esse o elemento basilar onde a cultura nacional

⁴⁵ *Ibidem*, p. 7.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 7.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 8.

tem indispensável significado, mesmo para as ciências exactas: não se trata de as nacionalizar; trata-se de as dimensionar e de aprender a agregar os elementos específicos, isto é, que nos definem”⁴⁸. O historiador alerta-nos aqui novamente para a importância do concreto, para o problema de escala e de conteúdo das “propostas apresentadas à Nação”: estas devem ser ajustadas à dimensão nacional, comportando, na sua formulação, sem dúvida alguma, o presente, mas também o passado, a experiência acumulada, “condição de verdade e de sucesso difícil”, porém uma exigência indispensável, facilitadora da própria acção da elite nacional. Como nos lembra JBM “as nações são conjuntos concretos e espirituais”. É certo que não podem deixar de pretender o sucesso material das suas propostas e formas de ser, em face de outras propostas e formas possíveis, mas estas têm de ser adequadas à dimensão nacional. As nações existem para receber dados gerais, mas existem sobretudo para criar a particularidade – o que para nós é uma grande vantagem, pois, segundo JBM, “o português tem uma verdadeira vocação de particularidade, sua forma de ser”⁴⁹. Substituíram-na, reconhece, no ensino e no discurso, por generalidades técnicas. Porém, a cultura portuguesa existe para promover a particularidade, para adequar e redimensionar as propostas de civilização, sempre gerais. É esta a sua função. A ciência é universal e não existe para as nações. Resulta daqui que tem de existir cultura para proceder ao ajustamento da ciência/técnica à realidade nacional, para atingir a dimensão própria e possível, sempre que for caso disso. Em suma: “assimilar não é só compreender: é, sobretudo, adequar, dimensionar os conceitos, de outro modo sofismáveis”⁵⁰. E esta é uma das principais tarefas das elites, desde que estas, como pessoas de qualidade a quem recorremos para salvar a colectividade, não se transformem em aristocracias. É fundamental que as elites permaneçam naquela categoria; é fundamental que cumpram o seu dever; é fundamental que defendam a nação. Como nos diz JBM, “se não esquecermos a responsabilidade, encontraremos as elites essenciais e teremos as aristocracias como circunstanciais”⁵¹, com aquelas em vigilância crítica, acrescentamos. Como se vê o desafio é enorme e continua válido. **NE**

⁴⁸ *Ibidem*, p. 8.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 9.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 9.

⁵¹ Cit. Jorge Braga de Macedo, “Para onde vai a Diferencialidade Portuguesa?” in *Negócios Estrangeiros*, 9.1 (Mar. 2006), p. 47. Segundo o autor, o “tema da luta dialéctica entre o povo e as elites vai na mesma linha de diferencialidade (...)”.

Mesa Redonda

*Jorge Borges de Macedo, 10 anos depois (1996-2006) –
Depoimentos no Gabinete de Estudos
Olisiponenses em 18 de Maio de 2006*

Resistir à Irrelevância

É-ME FÁCIL TESTEMUNHAR sobre o magistério universitário do Professor Jorge Borges de Macedo, porque a evidência deixa pouco espaço para dúvidas: foi o melhor professor do Departamento de História da Faculdade de Letras de Lisboa, entre as décadas de 60 e 90, do século XX. Em conteúdo científico, em didáctica de aula. Esta verdade simplificada, exige detalhe.

O professor fazia contraste de qualidade pelos conteúdos, factualmente seguros e objectivos, apresentados na sua multiplicidade dialéctica, teorizados em propostas de explicação, enquadrados em lógicas sedutoramente coerentes. Sentia-se que sabia, num estudo indagado e passado, e que convidava a sabermos mais. Ou de outra forma, desde que logicamente coerente e demonstrada.

A capacidade do mestre acontecia de forma natural. Era pontual, não gastava o tempo em conjecturas de palpite ou “fait divers” de ocasião. Começava a aula, recapitulando os traços essenciais que tinham sido referidos na aula anterior, enunciava o tema do dia, sintetizava o essencial abordado, em fecho de exposição. Tudo isto acontecia em termos de exposição oral magnífica, onde a sonoridade quase metódica da voz, a adequação exacta e criativa de cada palavra dita, faziam das aulas um momento único de satisfação substantiva. Insisto neste ponto: o professor Borges de Macedo exprimia-se em oralidade, acontecendo, então, momentos únicos de satisfação plena. Ninguém como ele teve uma oralidade tão esmagadora, isenta de qualquer dúvida ou reparo. Nela não acontecia nada gratuito, antes um encadeamento lógico, não gritado, às vezes até irónico, mas sempre deslumbrante pela qualidade, casamento perfeito entre conteúdo e forma.

Em meu parecer, mais do que aquilo que investigou ou escreveu, o seu discurso expositivo, marcou o paradigma de professor impossível de esquecer. Li uma vez que Proudhon atraía à Sorbonne alunos só para o ouvirem e assim perdurou, mais do que aquilo que escreveu. Para mim, tal é o caso do magistério de Borges de Macedo.

* Licenciado em História, Doutor em Estudos Portugueses, Professor Associado do Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing.

Depois, como avaliava os alunos. Quer nas provas escritas, quer nas provas orais, ficou dele uma imagem sem condescendência para insuficiências, impermeável a habilidades geradoras de cedências ou amaciadoras do critério. Não foi, de facto, fácil, perceber o objectivo da sua exigência, aparentemente intolerante. Começava na forma como o aluno se apresentava para ser avaliado, como era em termos de pontualidade, assiduidade, como dominava a matéria sob o ponto de vista dos factos, se era, ou não, capaz de os problematizar.

As questões colocadas em teste, eram sempre dirigidas à inteligência do aluno, à sua capacidade de síntese e de relação. Tinha de partir-se da memória, para lógicas de criatividade. Tudo porque Borges de Macedo considerava a Universidade uma instituição que tinha como tarefa fundamental, seleccionar os melhores e enquadrar as capacidades médias. Só assim se poderia garantir a continuidade de um projecto nacional independente.

O seu magistério universitário foi, assim, profundamente patriota e o seu grau de exigência, proporcionou a muitos, o conhecimento das suas possibilidades pessoais. Os seus critérios de exclusão não visavam o anulamento das personalidades, antes provocar no outro, a sua capacidade de reacção, capaz de fazer acontecer mecanismos de superação. Este critério aparecia mais perceptível nas provas orais: antes os alunos serem humilhados cá dentro, na Universidade, que lá fora, na vida civil e nos seus exames diários. Ser licenciado é uma responsabilidade conferida pela Universidade, que por ela responde. O que ela licencia, não pode ser pretexto de dúvida, antes uma segurança para todos. Borges de Macedo pugnou por isto. E por isto foi um dos grandes praticantes de avaliação contínua: o aluno está sempre e constantemente em avaliação, porque só assim se poderá construir um juízo de apreciação da sua essencialidade.

Termino lembrando a forma superior como comigo lidou, enquanto seu assistente. Certo que para ele fui despachado na sequência da sua integração subsequente ao saneamento post-25 de Abril. Porque não afecto ao poder partidário então reinante na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, julgando que me “castigavam”, atribuíram-me serviço docente como assistente ao professor temido. Acolheu-me com simpatia. Tinha sido seu aluno de boa classificação e só a exigência cronológica do serviço militar me tinha impedido de ter feito a tese de licenciatura com ele. “Cá vem o senhor ficar comigo. Eles a pensarem que assim me chateiam: retiraram-me a capacidade de escolha de assistente. Escolheram eles. Sem o saberem, escolheram bem”. Retomou-se uma ligação que o professor tudo fez para funcionar de forma

paritária. “Senhor professor: estava a pensar fazer isto assim...”; “O senhor Dr. é que sabe. E o que o senhor fizer, está bem feito, de certeza”. Respeito mútuo, confiança plena. E assim decorreram alguns anos do meu crescimento pessoal. “Doutoramento, sem dúvida. Mas, calma. Primeiro procure ser um bom clínico geral, depois sim. Mas olhe que esta maneira de ver as coisas, não se adequa aos dias que correm. Com o oportunismo à solta e galopante. Daí os frascos cheirosos, mas sem conteúdo, que enfeitam as prateleiras das novidades”.

A lucidez constante, a sua capacidade premonitória, o seu muito e diversificado saber, são características que sempre irão perdurar em quem o conheceu e institucionalmente privou. Ele a todos deu a capacidade de resistir à irrelevância. **NE**

Jorge Borges de Macedo – Um Esboço de Retrato Moral

AGRADEÇO AO PROFESSOR Braga de Macedo a oportunidade que me dá de falar de um amigo – de um grande amigo.

Conheci o Professor Jorge Borges de Macedo na Faculdade de Letras, no início da década de 60, quando frequentava o 1.º ano da licenciatura em História, tendo sido seu aluno na cadeira de Teoria da História. Impunha respeito pela sua robustez física, pela voz forte e profunda, pela proibição (excepcional em relação aos seus colegas) da entrada na sala de aula aos alunos atrasados depois de iniciada a lição. Acrescia ainda a dificuldade da matéria da cadeira para estudantes no início da Universidade, e a ironia subtil com que por vezes tratava as dificuldades de um ou outro aluno. A forma como percorria os corredores da Faculdade, de cabeça baixa sem olhar nem falar a ninguém até chegar à sala ou até regressar à sala dos professores no seu termo, era outra circunstância que acentuava um certo temor nos primeiros contactos pessoais.

Ao longo do ano tivemos todos a oportunidade de conhecer as suas excelentes qualidades de professor, exigente e verdadeiramente sábio, mas sempre amigo de ajudar e de se colocar ao nível da nossa ignorante inexperiência, chegando a emprestar-nos livros da sua biblioteca para apoio de trabalhos práticos.

Seguiram-se para cima de quarenta anos de colaboração, com períodos de maior proximidade e mais frequente convívio, intervalados de outros de maior distância, mas sempre de crescente amizade.

Não me podendo alongar muito, devido ao escasso tempo concedido, julgo importante destacar alguns pontos da personalidade do Professor Jorge Borges de Macedo, que poderá servir como ponto de partida para uma futura biografia crítica.

Em primeiro lugar o Professor Borges de Macedo era um homem de temperamento apaixonado – lembro como o Professor Cerqueira Gonçalves numa missa de sufrágio o qualificou como “homo dramaticus”.

* Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Professor do Instituto Superior de Línguas e Administração e antigo professor auxiliar convidado do Departamento de História da Universidade Lusíada.

E o traço dominante desse temperamento era a paixão pela Verdade. A essa paixão pela Verdade seguiam-se a paixão pelo estudo, a paixão pela História e a paixão pelo ensino. O amor da Pátria, nunca manifestado de modo directo, mas claramente visível na sua obra, levavam-no a sentir a necessidade de uma intervenção pública. Nela, como sempre, as suas extraordinárias qualidades de inteligência e de memória, e a capacidade impar de análise, problematização e interpretação das inúmeras questões que tratou, através de artigos de jornal ou de revista, conferências, participação em congressos, seminários, cursos e exposições.

É certo que, como todos nós, o Professor Borges de Macedo tinha defeitos. Não é deles que importa agora falar. Não posso todavia deixar de referir uma ideia frequentemente transmitida por pessoas que com ele contactaram ou conviveram no plano profissional, no sentido de que ele tinha aquilo que se pode chamar de mau feito. Mas o tal dito mau feito decorria da sua paixão pela Verdade e pela radical recusa da mentira a todos os níveis, da mediocridade carreirista, do interesseirismo e do compadrio, qualquer que fosse a sua origem. E essa posição radical assumida constantemente de modo frontal trouxe-lhe numerosos problemas e dissabores, de que lhe era muitas vezes difícil sair. A mesma paixão pela Verdade levou-o sempre a respeitar em absoluto o trabalho alheio, nomeadamente o dos seus colaboradores, dos quais nunca se quis servir em proveito próprio.

Pelo contrário, sempre foi generoso e amigo de ajudar os seus discípulos mesmo no que se referia a empregos que promovessem as suas carreiras ou resolvessem situações de aperto financeiro.

Aberto à crítica, deu-me algumas vezes para ler trabalhos seus em fase de elaboração, ou discutiui comigo ideias e projectos. Certamente que o fez também com outros amigos.

Outra característica da personalidade do Professor Borges de Macedo era a austeridade com que encarava a vida e o trabalho. A dedicação à Ciência era para ele vivida como uma autêntica missão, que exigia, se necessário, um total desinteresse material. Essa austeridade era acompanhada por uma relação de simpatia pelos seus colaboradores não docentes, mesmo os mais humildes, e uma fácil abertura às suas preocupações e problemas, com os quais se solidarizava na medida das suas possibilidades. Apesar da clara consciência de que pertencia a uma elite intelectual, manteve sempre interesse por níveis de ensino não universitário, nomeadamente pelo ensino profissional técnico ou militar, tendo colaborado em várias instituições com esses objectivos.

A posição ética em que se colocava manifestou-se também, e finalmente, no seu respeito pela lei, como base necessária da vida da comunidade em que se inseria. Isto ressalta também da sua obra por exemplo, nos trabalhos sobre *Os Lusíadas* e sobre a *Luta pelo poder na Índia*. **NE**

Jorge Borges de Macedo, o Desafio Permanente do Pensamento

FOI AO LONGO de mais de dois anos de sessões de trabalho intensas na preparação da tese de doutoramento com o Prof. Jorge Borges de Macedo que o cientista e a sua personalidade se nos abriram em toda a dimensão, em muitos aspectos inesperada. Melhor do que em artigos, livros ou conferências, assim foi possível ir ao âmago da gestação da sua formação histórica, da estrutura do seu pensamento científico e da invulgar vivacidade da sua inteligência.

A Universidade, como mundo complexo de relacionamento pessoal, muito teria a ganhar com a lição que nos ofereceu: o primado do científico como principal estruturante da convivência universitária, subalternizando, relativizando ou mesmo superando eventuais dessintonias ou desajustamentos idiossincrásicos. Sem que, com isso, fosse negado ou ocultado o valor da ideologia que – como o ouvi dizer várias vezes – é o motor de tudo. Desde que não encerrasse o pensamento em esquemas explicativos universais e estáticos e pondo-a sempre à prova perante a permanente mutabilidade do real. Para isso, era necessário ter os pés bem assentes no mundo em que se vive, sem recear que a casta Clio fosse conspurcada pelos contactos demasiado ardentes da ideologia e dos compromissos no presente. Daí, o empenhamento intelectual nas grandes questões do seu tempo sem que, ao mesmo tempo, perdesse o distanciamento crítico inteiramente livre perante tudo o que era vivo à sua volta.

Numa atitude militantemente anti-dogmática, tudo questiona, tudo põe em causa. Por isso, trabalhar com o Prof. Borges de Macedo nem sempre era cómodo, mas era seguramente muito estimulante. Quando pensávamos ter chegado a um ponto seguro, eis que levantava mais uma objecção que nos obrigava a repensar, deixando-nos insatisfeitos, com o reconhecimento de que era necessário passar a um patamar superior de reflexão. Daí, o seu constante desafio, aos limites, do conhecimento formalizado.

* Professor catedrático jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O que era impelido por uma imaginação vivíssima. Foi com ele que tive a plena noção da importância da imaginação para o ofício do historiador. Estávamos um dia em casa do embaixador de Portugal em Madrid e tínhamos na frente um magnífico quadro a óleo do movimento num porto do norte da Europa seiscentista, com os seus carregadores e armazéns, os seus barcos e mareantes, tudo sob o olhar atento de ricos comerciantes em pose correspondente. A Prof.^a Maria Helena Coelho e eu assim observávamos, sem uma palavra, quando de nós se aproximou o Prof. Borges de Macedo. E desde logo desenvolveu uma interpretação sobre o que estava para além da visão aparente, detectando movimentos no que parecia estático, surpreendendo realidades no que estava oculto, interpretando, enquadrando, tornando inteligível um universo logicamente articulado e dinâmico. Falava com entusiasmo, alargava o gesto, apontava pormenores despercebidos, dando a mais estimulante e fecunda lição que alguma vez recebi sobre o tema. “É a força da imaginação e do saber”, disse eu; “E da inteligência”, acrescentou a Prof.^a Helena Coelho.

Desse episódio ressaltava também a extrema atenção que sempre dedicava ao facto miúdo, à análise minuciosa, à cronologia rigorosa. Tanto pelo valor em si mesmas como pelo seu contributo para uma visão global. Daí, os vários debates que tivemos sobre o “fait-divers” como categoria histórica.

Em consequência, não se reduzia a uma visão estrutural de que estivesse ausente o Homem como agente central da História, quer na dimensão singular das grandes personagens quer nos amplos movimentos dos actores colectivos. Daqui decorriam, naturalmente, dois traços permanentes do seu pensamento histórico. Por um lado, a importância que atribuía ao contingente. A individualidade e a contingência numa permanente relação dialéctica entre o concreto, infinitamente rico e variado, e o abstracto, pobre e unilateral, que permitia e exigia reformulações constantes. Sendo, por isso, fortemente contrário às generalizações apressadas e redutoras no seu estágio de desenvolvimento abstractizante. E, por outro lado, a necessidade do uso de uma permanente metodologia interdisciplinar, onde estivessem presentes o económico, sem dúvida, mas também o social, o político, o cultural, o demográfico, o psicológico nas suas múltiplas dimensões, formulações e influências recíprocas.

A meu ver, nenhum outro historiador do século XX teve uma visão tão ampla e global da história portuguesa: da Pré-História à actualidade, estabelecendo nexos que entrelaçavam ora subtilmente ora mais fortemente as diferentes épocas e fases

do nosso passado, numa perspectiva sequencial, mas que sempre repudiava uma visão determinista e uma simples relação de causa e efeito tão ao gosto da historiografia tradicional.

E em tudo isto está presente o homem que, para além da aparente frieza do rigor e da exigência pedagógicas e científicas, desenvolvia afectos que, como dissemos de início, também podiam nascer do convívio no campo da ciência. **NE**

História: Domínio Irredutível do Concreto

PERSONALIDADE PÚBLICA CONTROVERSA, Jorge Borges de Macedo ocupa no século XX em Portugal um lugar proeminente na Historiografia e na Cultura. Professor da Faculdade de Letras de Lisboa entre 1957 e 1999, leccionou, investigou, orientou com exigência, abriu-se ao exterior e marcou gerações de alunos que o amaram e temeram.

Desde os primeiros escritos, a teoria ocupou um papel fundamental. “Sem teoria crítica, sem exame constante não há ciência possível” (*O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular*, 2.^a edição). Logo na primeira obra de fundo *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, publicada em 1951, mas escrita entre 1944 e 1950, a reflexão teórica permitiu-lhe ultrapassar o pombalismo e o antipombalismo da historiografia tradicional olhando para o país e as instituições económicas, sociais e políticas.

Leitor infatigável, leu na juventude, como ele próprio escreveu, o “jovem Marx”, Ernest Mach, Berkeley, Labriola, Croce, Sorel, Kautsky e principalmente Marc Bloch e Lucien Febvre. A breve trecho inflectiu no ideário político, mas a matriz, a arte de pensar perdurou largamente na dinâmica do seu pensamento. Usando as suas próprias palavras, manteve-se muito vinculado a uma matriz hegeliana, designadamente ao “princípio de que há um processo dialéctico na definição das situações”.

Conceptualizar, problematizar constituiu a marca distintiva da sua escrita e das suas intervenções públicas. Servindo-me dos versos do poeta: no que escreve ou fala, “está pensando”.

Jorge Borges de Macedo pertenceu à geração que despertou para a política e a cultura no final da Segunda Guerra Mundial, geração que integrou, entre outros, os historiadores Vitorino Magalhães Godinho, Óscar Lopes, António José Saraiva, Joaquim Barradas de Carvalho, Piteira Santos, Joel Serrão, Julião Soares de Azevedo. Lutavam e acreditavam que a democracia estava a chegar. No seu labor historiográfico procuravam romper as teias de uma historiografia nacionalista, asfíxiada pela palavrosa grandeza dos heróis, e voltavam-se para o estudo da civilização, da sociedade, da economia, da cultura. Para eles a economia não maculava.

* Professor catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Quando em 1949 Magalhães Godinho e outros fundavam em Lisboa a *Sociedade Portuguesa de História da Civilização*, ramo português da *Société Marc Bloch*, Borges de Macedo surgia como secretário. E em Janeiro de 1953, quando Jaime Cortesão regressou do exílio, foi ele que em nome do *Grupo de História* discursou no banquete oferecido ao grande historiador e político.

De 1947 a 1957 Jorge Borges de Macedo colaborou activamente nas revistas da Oposição: o *Diabo*, a *Seara Nova*, a *Vértice*, a *Revista Musical e de todas as Artes*, o jornal *Ler*, até na revista marxista inglesa *Past and Present*.

É um tempo de esconde esconde no país amordaçado. Com Vitorino Magalhães Godinho traduziu em 1947 *O Homem faz-se a si próprio* de Gordon Childe. Usou o pseudónimo Carlos Carvalho na tradução do livro de Henri Wallon e George Teissier, *O Racionalismo Moderno e as Ciências Biológicas e Psicológicas* e ainda o pseudónimo Albertino Gonçalves na tradução de *O Albergue Nocturno* de Máximo Gorki. Colaborou na redacção do *Panorama de Ciência Económica* de Erich Roll e Bertrand Nogaro, obra publicada pelas Edições Cosmos em 1950-1951 e que me chegou às mãos no final da década na fortaleza de Peniche. Participou nas conferências, dinamizadas por Bento de Jesus Caraça, na Sociedade Cooperativa Padarias do Povo, a Campo de Ourique, com a palestra *As Cooperativas e a Questão Social*.

No prefácio à 1.^a edição de *A Situação Económica no Tempo de Pombal*, Jorge Borges de Macedo expressa claramente o combate em que está envolvido quando, para escapar ao olho dos censores, esconde a frase bandeira: “São os homens que fazem a sua própria história, porém não a fazem arbitrariamente mas em condições dadas e herdadas do passado”. A frase vem sem aspas mas era um sinal claro. Na segunda edição, pôs as aspas mas não indicou o nome do autor nem da obra: Karl Marx, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*.

A intervenção pública foi uma constante da vida de Jorge Borges de Macedo. Vinha de fora do sistema. Em 1957, ingressou na carreira universitária, semeada de escolhos, mas que exerceu com êxito e grande brilho. Tornou-se membro activo de diferentes instituições científicas de Lisboa, Paris, Londres, S. Paulo, Rio de Janeiro. Os jornais e revistas em que colabora têm agora uma legitimidade institucional ou diferente coloração política.

Escreveu centenas de trabalhos, que incluem obras maiores, artigos, conferências, e tornou-se um dos intelectuais proeminentes, com altos e baixos, do antes e do depois de Abril de 1974. Pode dizer-se que viveu intensamente a História como disciplina e como tempo social. No prefácio à terceira edição de *A Evolução Económica*

no *Tempo de Pombal*, é isso mesmo que ressalta na frase: “A única fatalidade da História é só a que tem de haver vencedores e vencidos. Não se segue daí que estes últimos estejam em erro ou em culpa; pode significar que a sua mensagem foi ultrapassada pelos acontecimentos. E tem de esperar”.

A sua obra científica começa com a trilogia clássica *A Evolução Económica no Tempo de Pombal*, 1951, *O Bloqueio Continental*, 1962, *Problemas da História da Indústria Portuguesa no século XVIII* (1963). Perduram como obras indispensáveis para a compreensão da história do nosso século XVIII. Marcaram em força o advento da história económica, mas não isolada dos outros vectores, da história social e da história das mentalidades.

De 1963 a 1968 colaborou no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão. Entradas fundamentais como Absolutismo, Burguesia na Época Moderna, Capitalismo na Época Moderna, Comércio Externo na Idade Moderna, Junta do Comércio, Companhias Comerciais, Despotismo Esclarecido, Indústria na Idade Moderna, Tratado de Methuen, Relações com os Países Baixos, Marquês de Pombal constituem instrumentos preciosos para o trabalho de alunos e investigadores.

De 1963 a 1986 colaborou activamente na *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* com 191 entradas, de que destaco particularmente Europa (História), Historiografia, Portugal (História Política) e Portugal (História Política e Militar, do Domínio Espanhol à Actualidade). Participou ainda na escrita de outras enciclopédias e dicionários. Lembro os temas Absolutismo, Descolonização e Elite na *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* (1983 e 1984).

Não é possível em poucas palavras evocar um percurso científico e ideológico com o peso de cerca de trezentos títulos publicados. Inicialmente a história económica é predominante mas progressivamente ganham importância a história política, a história das mentalidades, a história social, a história global.

Destacarei agora alguns títulos, ainda que peque na escolha. A “Introdução” à *História de Portugal* de Rebelo da Silva, 1971, é uma síntese brilhante que prolonga a sua actividade de docente.

Nesse caminho, lembro também a «Tentativa histórica “Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal” e as insistências polémicas», inserta no tomo I da *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, de Alexandre Herculano, 1975. É um texto indispensável para a história das mentalidades no Portugal de Herculano.

Em 1979 publicou o livro *Os Lusíadas e a História*. Num dos três ensaios do volume, “Um caso de luta pelo poder na Índia e a sua interpretação n’Os Lusíadas”, publicado pela primeira vez em 1976, analisa o conflito que opôs Lopo Vaz de Sampaio a Pêro

de Mascarenhas na sucessão do governo da Índia. Num finíssimo exercício de interpretação histórica foca os acontecimentos à luz das diferentes concepções de poder e mostra como elas encontravam suporte na Corte portuguesa.

O ensaio “Damião de Góis et l’Historiographie Portugaise”, 1982, constitui um texto muito rico sobre o humanismo em Portugal.

Na *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Instituto de Defesa Nacional, 1987, usou o conceito de “nação situada” e concebe o Estado como um órgão de defesa de uma comunidade. A compreensão da história de Portugal não pode fechar-se dentro das fronteiras nacionais como mostra nesta longa história comparada.

Finalmente, o texto *Fontes Pereira de Melo*, separata, 1990. Constitui um contributo notável para a história do nosso século XIX.

Ficam de fora muitos outros títulos. E fiquei muito longe de traçar o perfil deste historiador e intelectual que marcou o seu século pela obra publicada e pelo magistério universitário. Qual dos seus alunos não recorda as suas aulas de História de Cultura Moderna?

Neste juntei palavras, certamente com algumas ideias, para responder à evocação de um colega mais velho que acompanhou desde a licenciatura todas as provas da minha carreira académica.

Termino com algumas notas, retiradas do texto “De um para Outro Tempo”, com que abre a segunda edição de *O Bloqueio Continental*, 1990. O autor compara a atmosfera que rodeou as duas edições, a primeira publicada em 1961, a segunda em 1990. E faz uma espécie de balanço e de advertência para o futuro.

Na época da primeira edição, reinava “o pleno orgulho hegemónico das elementaridades diamáticas. Hoje as simplificações da “praxis” enleiam os seus gramáticos e benévolos doutrinadores”. Sem dúvida. Mas foi também nessa atmosfera que produziu três das suas obras fundamentais.

A “luta contra a ideologia nas ciências humanas é uma batalha central”. Quem estará completamente imune?

É bem profunda a ideia de que “só a História pode proceder àquilo a que podemos chamar a revisão do conteúdo das abstracções, e proceder à sua reconversão, com novos dados e novas exigências”. E em grande medida, a “História como domínio irredutível do concreto responsável, obrigado por finalidade e definição do seu próprio objecto, ao campo do realmente acontecido, constitui, ao lado da arte e da vivência, a única forma científica e alternativa de, recriando o real, enfrentar o espírito de sistema e de ensinar a estabelecer as divergências irredutíveis”. **NE**

Depoimento Final

MODERAR UMA MESA redonda com alunos e colegas de meu pai obriga desde logo a um novo “Agradecimento” ao Dr. Álvaro Costa de Matos não só pelo convite como pelo sucesso dos eventos que idealizou entre 18 de Março e 18 de Maio de 2006. Quero recordar em especial o ciclo de conferências e o gosto que tive em comentar a primeira comunicação.

Felizmente, as expectativas que alimentávamos de publicar a obra em tempo útil confirmaram-se graças à generosidade do Instituto Diplomático que muito me penhora. O Prof. Doutor Armando Marques Guedes já acolheu nas colecções do Instituto a que preside o livro *Saber Continuar*, cuja apresentação no Arquivo Histórico Ultramarino se reproduz a seguir. Além disso aceitou publicar nesta Revista dois artigos, intitulados “Por onde vai a diferencialidade portuguesa?” e “Diferencialidade revisitada: a propósito dos lançamentos da 2.^a edição revista e ilustrada de *História Diplomática Portuguesa*”. Este inscreve-se num número especial de *Negócios Estrangeiros*.

A seguir aos reproduzidos nesta obra também se concretizaram outros eventos previstos na série “Saber Continuar” e que foram os seguintes¹:

1. *Globalização e Democracia*, Barry Eichengreen (inicialmente para coincidir com evento n.º 3), Banco de Portugal, 13 de Outubro de 2006.
2. *Portugal Liberal: Três ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo* (Álvaro Costa de Matos, António Castro Henriques, José Brissos), Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, 28 de Novembro de 2006.
3. *Problemas de História do Crescimento Económico Português* (Nuno Garoupa, José Tavares, Luís Brites Pereira, Luciano Amaral, Pedro Lains, Rita Martins de Sousa, Manuela Rocha, Ana Cristina Nogueira da Silva, José Luís Cardoso), Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa com o Instituto Superior de Economia e Gestão, 9 de Maio de 2007.

* Professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT).

¹ Sobre o anúncio destes eventos, ver *3 anos para a renovação do IICT*, Sofia Lopes org. – 2007 p. 348 (notícia de 22/06/05) e DVD “Avaliação, Desenvolvimento e Lusofonia”.

Só resta realizar mais dois eventos anunciados na mesa redonda que iniciou a série, um intitulado *Memórias e identidades lusófonas*, na Sociedade de Geografia de Lisboa, outro intitulado *Europa e a história das civilizações*, na Academia das Ciências de Lisboa.

De qualquer jeito, esta oportunidade de publicar intervenções, comunicações e depoimentos obrigou a uma pressão nos autores dos quatro depoimentos tanto mais imoderada quanto é certo que eu estava convicto de que já existiam textos em papel de todos, excepto de mim! A realidade era mais igualitária e todos tivemos de nos esforçar para cumprir o prazo. Isso levou-nos aliás a lembrar com saudade um hábito vincado de meu pai: nunca cumprir ordens de editores sem ter esgotado todas as alternativas.

Como na sua comunicação, que foi a última, o Dr. Álvaro Costa de Matos oferece comentários sobre as comunicações anteriores, entendi explicitar a dimensão espiritual que já aflora no “Agradecimento” e no “Comentário”, deixando assim o papel de moderador.

Esta obra ficou pronta para publicação no momento em que se inicia a terceira presidência portuguesa da União Europeia criada em Maastricht durante a primeira. Aproveitei assim uma estadia em Roma – onde me encontrava para comemorar com outros economistas o 50.º aniversário do Tratado – para rever e actualizar este depoimento.

Resistência e Fé Ao longo de uns dias inesquecíveis, o imperativo territorial ajudou-me a situar o evento na dimensão espiritual da diferencialidade portuguesa, tal como meu pai a entendeu. Claro que este entendimento do historiador maduro pode deixar na sombra a minha apreensão da sua própria vivência espiritual ao longo da nossa vida em comum.

Não é por acaso que, além de “bicho da cidade” (ver acima p. 15), meu pai se definia como um “resistente”. Para resistir ao preconceito e à “abstracção compulsiva”; valeu-lhe a independência e a pedagogia, certamente, e eu evoco isso mesmo na minha contribuição a *Saber Continuar*. Mas também lhe valeu a fé. Disso estou seguro: foi por essa via que eu próprio aprendi a subir ao concreto.

Nada melhor se me afigura agora para explicitar a dimensão espiritual desta homenagem a meu pai do que situar o seu depoimento conclusivo na minha própria tentativa de compreender o processo de desenvolvimento económico e suas implicações para o nosso país. Tentativa que envolveu uma passagem pela Comissão Europeia durante a qual apliquei raciocínios económicos a realidades tão díspares quanto a transição para o mercado da Polónia, Hungria e União Soviética e me foi dado trabalhar

com Jacques Delors que se tornou uma referência moral². Compreensão escorada pela Encíclica *Centesimus Annus*, que visitei de novo numa palestra na Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) em homenagem a João Paulo II, realizada em 3 de Maio de 2005, e numa comunicação ao Encontro de Palmela “2 amores, 2 cidades”, em 27 de Janeiro de 2007, adaptadas no que segue³.

Em 27 de Abril de 2001, na Academia Pontifícia das Ciências Sociais, o papa notou que “a economia de mercado é um modo de responder adequadamente às necessidades económicas das pessoas ao mesmo tempo que respeita a sua livre iniciativa mas deve ser controlada pela comunidade, o corpo social com o seu bem comum”. E que “é o bem comum universal que exige que mecanismos de controlo acompanhem a lógica inerente do mercado”. Expressou ainda o desejo de que “todos os elementos criativos da sociedade cooperem para promover uma globalização que esteja ao serviço da pessoa toda e de todas as pessoas” (sublinhado no original). Em 25 de Outubro de 2004, na apresentação do *Compêndio da doutrina social da Igreja*, o cardeal Martino enalteceu aqueles que “constituíram como que um *grande movimento empenhado na defesa da pessoa humana e na tutela da sua dignidade humana*” (itálico no original), citando o n.º 3 da *Centesimus Annus*.

Nesta categoria está certamente o movimento de Chiara Lubich (reconhecido por João XXIII em 1963, como o nome *Obra de Maria*). “Antecipando a globalização do final do milénio, o Movimento apresentava-se já como um sujeito social e eclesial naturalmente internacional, multicultural, multiétnico e multirracial”⁴. Quando trabalhava sobre a agenda do desenvolvimento global na OCDE, já depois da morte de meu pai, conheci Chiara Lubich e senti com ela a unidade do povo nascido do Evangelho.

² Ver por último a sua contribuição “uma economia à medida da pessoa” em uma *Sociedade Criadora de Emprego*, *Semanas Sociais Portuguesas*, Manuel Porto e Bernardino Silva, organizadores, Braga, 2007, p. 43-59.

³ “*Centesimus* catorze anos depois” disponível em <http://prof.fe.unl.pt/~jbmacedo>, começa por referir: “Em 16 de Outubro de 1978, no seu escritório de Yale, Carlos Diaz Alejandro (1937-85) anunciou-me que o novo papa era polaco e a 4 de Abril de 2005, dia da anunciação, terminei um texto sobre a herança de meu pai (1921-1996)”. E termina assim: “Catorze anos depois, vejo a *Centesimus Annus* como uma manifestação pioneira da esperança no desenvolvimento económico”. A minha contribuição para os *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa: 1992, pp. 613-622, que aprofundei em Edmond Malinvaud e Louis Sabourin, *Globalization: Ethical and Institutional Concerns*, Vaticano: 2001, pp. 223-267, reflectem o impacto da Encíclica. Participei numa celebração interdisciplinar do seu segundo aniversário na Universidade Católica Portuguesa (aliás a minha única intervenção académica nos catorze meses em que fui inquilino do Terreiro do Paço), na qual me inspirei para escrever a homenagem a meu pai.

⁴ Enzo Maria Fondi e Michele Zanzuchi *Um povo nascido do Evangelho: Chiara Lubich e os Focolares*, trad. portuguesa, 2004, p. 104.

Acrescento que a economia ajuda a compreender a falácia daqueles que, estando sempre a invocar a solidariedade, na realidade não são capazes de a praticar. Nesse processo, a economia assenta na ética e na história e, através do princípio da proximidade, projecta o bem comum global e europeu.

Unidade (ou Globalização Inclusiva) João Paulo II refere no seu testamento que «o período da chamada “guerra fria” terminou sem o violento conflito nuclear (itálico no original)», datando a mudança do “Outono de 1989”⁵. Pouco depois, treze economistas de renome receberam um questionário sobre a relação entre economia e ética, ou entre eficiência e equidade, com vista a avaliar o processo de transição do plano para o mercado, o diálogo Norte-Sul e a dimensão ecológica do desenvolvimento. As personalidades consultadas representam um leque (muito) diversificado de opções ideológicas, do catolicismo progressista de alguns ao agnosticismo conservador de outros. Todos reconheceram, porém, que a ética é essencial para a economia e que essa relação tem implicações decisivas para as medidas de política frente ao desafio da pobreza⁶.

As respostas, apresentadas a 5 de Novembro de 1990 num colóquio no Vaticano (no âmbito da preparação do centenário da Encíclica *Rerum Novarum*), também mostram que a interdisciplinaridade torna aquelas implicações de política tão claras quanto aparecem na Encíclica *Centesimus Annus* acerca da doutrina social da Igreja⁷:

59) “Para encarnar melhor nos diversos contextos sociais económicos e políticos em continua mutação, essa doutrina entra em diálogo com diversas disciplinas que se ocupam do homem [...] A par desta dimensão interdisciplinar, aparece depois a dimensão prática e em certo sentido experimental desta doutrina. De facto, ela situa-se no cruzamento da vida e da consciência cristã com situações do mundo e exprime-se nos esforços que indivíduos, famílias, agentes culturais e sociais, políticos e homens de Estado realizaram para lhe dar forma e aplicação na história”.

⁵ *Osservatore Romano*, edição semanal em português, 16 de Abril de 2005.

⁶ Dos 13, 6 são europeus, 4 americanos e 3 asiáticos, respectivamente Anthony Atkinson, Jacques Drèze, Hendrik Houthakker, Edmond Malinvaud, Horst Siebert, Witold Trzeciakowski; Kenneth Arrow, Peter Hammond, Robert Lucas, Jeffrey Sachs; Partha Dasgupta, Amartya Sen, Hirofumi Uzawa. Profissionalmente, 9 ensinam (3 em Harvard, 3 em Stanford, 1 em Chicago, 1 em Lovaina e 1 na LSE), 3 são investigadores (França, Alemanha e Japão) e 1 ministro do governo polaco. Arrow já recebeu o prémio Nobel, Lucas e Sen receberam-no depois.

⁷ Ignazio Musu e Stefano Zamagni organizadores do colóquio do Vaticano realçam isso mesmo na introdução e no prefácio das respectivas actas, intituladas *Aspectos Sociais e Éticos da Economia*, 1992.

Na mesma linha, Chiara Lubich resume a espiritualidade da unidade através da frase *Omnia vincit Amor*, que é um futuro melhor para cada homem⁸:

(53) “Não se trata do homem “abstracto”, mas do homem real, “concreto”, “histórico” [...]”.

Para o homem concreto, a solidariedade deve ter resultados. Ora essa necessidade de eficiência parece desesperante e por isso mesmo a principal implicação de política que retirei da ligação entre economia e ética é um apelo à esperança. Esta acaba sempre por ter uma expressão económica, entendida no sentido etimológico de “arrumar a casa”, que é afinal, em termos de política, “pôr ordem na cidade”. Esta insinuação etimológica aponta claramente para o elemento interdisciplinar. Além disso, realça que a análise interdisciplinar, ao buscar o concreto, não deve nunca abandonar o rigor do método.

Atino agora que a esperança no desenvolvimento global “vem directamente da civilização judaica, a passar para o cristianismo, em termos de responsabilidade pessoal que é o conceito de pessoa humana e o conceito de próximo... Envolve e desse modo altera, por completo, a relação de civilização”. Para meu pai, a dimensão humana concreta contrasta mais com *O fim da história* do que com *O choque das civilizações*. Mau grado a existência de “associações de malfeitores que têm a mesma civilização”, afirma: “o conceito de próximo tem uma noção mais ampla do que o conceito de civilização”⁹.

Proximidade (ou Boa Governação) Mesmo que a existência do “bem comum global” (já referido na secção 58 da *Centesimus Annus*) se torne mais reconhecida, as instituições globais não o poderão prover sem o apoio de entidades nacionais e locais¹⁰. Não há responsabilização democrática mas instituições globais, nem mesmo nas regionais: a legitimidade mantém-se primariamente nacional. Daí que a norma seja a governação nacional.

O princípio da proximidade tem implicações sociais decisivas para a provisão de bens colectivos através do imposto. Resulta que a integração da pessoa num grupo social

⁸ No mesmo sentido Carlo Maria Martini, *Sogno com un' Europa dello spirito*, Milão 1999, p. 283.

⁹ As citações são de “Política, Nacionalidade e Conquista da Cultura”, conferência ao Rotary Clube de Coimbra, proferida no Palace Hotel da Curia em 12 de Novembro de 1994, publicada em *Portugal no Mundo*, 1995, p. 124-125, ver ainda *Saber Continuar*, Op. Cit., p. 239. A encíclica *Deus é Amor* refere “o modelo oferecido pelo Bom Samaritano”, Edições Paulinas, 2006, p. 60.

¹⁰ Talvez por causa de posições contraditórias dos estados membros, a ONU, OMC, FMI e Banco Mundial são incapazes de cooperar entre si.

pequeno minimiza, através da responsabilização mútua, a evasão fiscal dentro desse grupo. A “pressão dos pares” é, deste modo, uma forma de integração social e cultural, uma forma de cidadania que legitima o tributo para financiar os serviços públicos. Só que, ao alargar o número de pares, perde-se integração social e cultural, ou torna-se menos concreta. A escolha colectiva oferece pois uma base forte para algumas das ideias contidas no capítulo V da *Centesimus Annus* sobre Estado e Cultura: é a nação-Estado enquanto espaço privilegiado para o consenso social.

Para sustentar o consenso, importa a credibilidade das políticas económicas. Esta é inseparável das expectativas acerca do futuro, mas também depende do passado, na medida em que envolve a aquisição de uma reputação. A boa reputação beneficia toda a sociedade, e também naturalmente quem conduz a política pública, mas, por isso mesmo, demora tempo a adquirir e pode rapidamente perder-se. A dimensão de esperança do particular humano exige a memória porquanto “O anti-presente está na história e é a condição do futuro livre”¹¹.

A eficiência exige a combinação entre mercado e plano, entre provisão pública e privada de informação. O resultado fundamental é que a combinação concreta deve adaptar-se à cultura, à nação-Estado e à respectiva política pública. A cidadania – atributo dos “pares” que partilham a cultura nacional – envolve, além do direito à justiça, uma quota de poder político e de recursos económicos. O desenvolvimento da cidadania, ou da sociedade civil, envolve pois o respeito concreto dos direitos humanos, que inclui a democracia e a solidariedade. Por isso se deve ter uma ideia concreta de democracia baseada na moralidade do sentimento de cidadania do pequeno grupo que cresce para a nação-Estado, mas que consegue manter a coesão do tecido social ao nível das famílias.

O proteccionismo pode contudo impedir que um Estado nacional atinja aquilo que a Encíclica chama a paz verdadeira, que é o desenvolvimento. Além deste perigo, refere-se no mesmo sentido, a destruição ecológica e a explosão demográfica. No longo prazo, economias mais abertas, beneficiando de mais concorrência e investindo abundantemente na criação de instituições, registam níveis menores de corrupção¹².

¹¹ Jorge Borges de Macedo, “Ciência Histórica e Conhecimento do Homem”, 1990 apud *Saber Continuar*, p. 236.

¹² Os resultados empíricos vêm reproduzidos em Malinvaud e Sabourin (2001) bem como no CEPR Discussion Paper n.º 2992, Outubro de 2001.

No curto prazo há políticas domésticas preferíveis à prossecução da globalização a todo o custo, mas o papel da pressão externa foi visto como potente nalguns casos, em especial, relacionados com a integração europeia¹³.

Conclusão (Unidade e Proximidade da Lusofonia) Mau grado a globalização que se reiniciou com o fim da guerra-fria, a *Centesimus Annus* permanece nova, e ainda mais no que tange à chamada constituição europeia, até pelas raízes do nome adoptado por Bento XVI. A interpretação funcional e não geográfica do princípio tomista da subsidiariedade foi acolhida na cooperação reforçada¹⁴.

A interdependência tem origem na economia, equivalendo a sensibilidade mútua no livro clássico de Richard Cooper. Chiara Lubich alargou o termo à filosofia política, com Benjamin Barber e o terceiro sector¹⁵. Esta interdependência comporta assim as parcerias público-privadas para o bem comum propostas na declaração de Monterrey sobre financiamento do desenvolvimento¹⁶.

Tal como na interacção entre unidade e proximidade operam os princípios petrino e mariano, na diversidade nacional concorrem princípios de bom governo essenciais ao desenvolvimento sustentado.

Além da manifestação pioneira da esperança no desenvolvimento económico que vejo na *Centesimus Annus*, para nós portugueses, especialmente na sociedade civil, a dimensão cultural tem um claro reflexo lusófono, mas que não tem tido o impacto desejável a nível empresarial, nem a nível do conhecimento. Oxalá seja possível, em conjunto, ultrapassar este estado de coisas através da consciência de que: “A actividade económica, em particular a da economia de mercado, não se pode realizar num vazio institucional, jurídico e político. Pelo contrário, supõe segurança no referente às garantias da liberdade individual e da propriedade, além de uma moeda estável e serviços públicos eficientes” (*Centesimus Annus*, n.º 48).

¹³ Ver *op. cit.* nota anterior e desenvolvimento no relatório que entreguei ao Secretário-Geral da OCDE em Dezembro de 2003. Também *Parcerias público-privadas e integração económica na África austral*, 2.ª edição, 2005, onde se calculam indicadores de governação lusófonos.

¹⁴ No preâmbulo do Tratado Constitucional escreve-se que “Os povos da Europa, estabelecendo entre si uma união cada vez mais estreita, decidiram partilhar um futuro de paz, assente em valores comuns”. Ver ainda o Título III, Competências da União, Artigo I-11, Princípios fundamentais e o Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Ver o n.º 48 da *Centesimus Annus*.

¹⁵ Respectivamente *Economics of Interdependence* 1965 e *A place for us*, 1998. Assim se celebrou o Dia da interdependência (Filadélfia, Roma) e se refere a cidadania global. Ver ainda a minha entrevista ao Boletim Construir da Paróquia de Colares, de Julho de 2007.

¹⁶ Ver trabalhos citados na nota 13.

Admito que possa ter utilidade partilhá-la aqui inspirando-me da luminosa interpretação da Carta aos Hebreus oferecida por Bill Tompson na Catedral Americana de Paris em 23 de Janeiro de 2007, que traduzo livremente: “Precisamos de dirigentes com confiança suficiente na sua mensagem e no seu papel para pronunciar palavras que não são bem vindas e para fazer isso com autoridade – não com poder autosuficiente mas como criados de Deus e da Sua igreja. Também precisamos, como cristãos e como comunidades, de estar prontos a ser retirados da nossa zona de conforto pelas palavras da escritura, pelos que nos dirigem e uns pelos outros”. Aí salienta que, além de Filho, Jesus é Rei e Sumosacerdote e insiste que “o discernimento de que fala o texto desenvolve-se não na base de reflexão intelectual e leitura profunda mas de boas práticas. O nosso senso moral não é afiado na sala de aulas mas no negócio da vida. E, como tudo o que aprendemos pelo treino e pelo exercício, implica tentar, tropeçar e levantar-se para tentar mais uma vez e mais outra”¹⁷. **NE**

Roma, 1 de Julho de 2007

¹⁷ Acrescento que esta interpretação é consistente com a que atribui a Cristo uma estratégia de “igualitarismo religioso e económico que negava ao mesmo tempo as normas hierárquicas e patronais da religião judaica e do poder romano” (John Dominic Crossan, *Jesus: A Revolutionary Biography*, 1995). Resulta de ambas a pujante humanidade de Jesus, esteio da inserção do protagonista principal no ritual eucarístico (Scott Hahn, *The Lamb’s Supper The Mass as Heaven on Earth*, 1999). Desenvolvo estes aspectos num comentário a Marcos I, 12-15 reproduzido em *Os Evangelhos 2006 Comentados*, Lisboa: Firmamento, p. 66-69.

Lançamento no Arquivo Histórico Ultramarino
em 15 de Fevereiro de 2006

Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar. A Experiência Histórica Contemporânea. Comemorações do Legado Bibliográfico,
Jorge Braga de Macedo (org.), Lisboa, IDI-MNE, 2005

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros
Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Senhor Presidente do Instituto Diplomático
Senhor Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical
Minhas Senhoras e meus Senhores

COMEÇO POR AGRADECER a oportunidade de poder, publicamente, manifestar a admiração que sempre tive por Jorge Borges de Macedo, meu Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, imediatamente após o seu doutoramento, em 1964. Desde “Teoria da História”, logo no primeiro ano, passando por “História de Portugal” e “História da Cultura Moderna e Contemporânea”, até ao seminário e orientação da minha tese de licenciatura, foi com ele que aprendi a pensar História. E ensinou-me da melhor forma possível de levar alguém a fazer qualquer coisa: fazendo-o. Isto é, ensinou-me a pensar, pensando a História numa perspectiva de questionamento permanente, carregada de perguntas numa complexa teia em que encontramos o cruzamento das várias perspectivas – demográfica, económica, social, política, cultural, religiosa – sem nunca perder de vista o homem, as sociedades no concreto, os actores individuais ou colectivos do drama humano. Nas aulas, no seminário, nas reuniões, a experiência histórica era-nos apresentada de forma meticulosa, assente na consulta das fontes, não como um saber estático, já feito, antes como um conjunto de problemas sobre os quais se levantavam hipóteses interpretativas, sem preconceitos, sem preocupação de modas ou convicções instaladas, contrariando teses estabelecidas, guiando-se pelo seu próprio raciocínio. As conclusões só podiam ser heterodoxas e polémicas, elas próprias em construção. Um pensamento incansável, em constante busca e permanente construção,

* Professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora no Centro de História da Universidade de Lisboa.

“que concebe, revê, verifica e corrige as perspectivas que constrói”¹. Borges de Macedo sabia e disse-me muitas vezes que “a esperança de verdade é mais importante do que esta”.

Sempre procurou ver o homem em alternativa e debate e não como uma necessidade. Isso implica o conhecimento de vencidos e vencedores, razões de confronto e resistências, numa constante exploração dos possíveis de cada momento, no encontro e compreensão das soluções que foram sendo dadas no decorrer de um processo que está longe de ser linear e de ter uma só sequência. Dentro de cada contexto, as decisões são tomadas não só em consequência dos antecedentes, mas também como criadoras de soluções, ou seja, o real é o possível ocorrido. Não está sujeito ao determinismo. Por isso, Borges de Macedo percebia, como ninguém, que a dificuldade da historiografia é menos a de encontrar respostas do que a de fazer perguntas. Paul Veyne comparava o físico a Édipo – “a esfinge interroga, ele deve dar a boa resposta” – enquanto o historiador é como Perceval – “o Graal está lá, diante de si, sob os seus olhos, mas só será seu se ele pensar pôr a questão”².

As questões levantadas por Borges de Macedo foram sempre estimulantes, polémicas, provocadoras. Abro o meu caderno das aulas práticas de “Teoria da História”, dia 25 de Novembro de 1964. A aula começou com a indagação: “Há alguma vantagem em analisar o pensamento, que é um acto presente, pela via histórica?” Percorri, novamente os meus apontamentos das aulas de “História de Portugal”. Na primeira página, o programa tal como o professor o anunciou, na aula de 4 de Novembro de 1968: “Estruturas do regime absolutista e sua evolução interna; estrutura da sociedade portuguesa e evolução dos diversos grupos sociais; evolução da política externa, análise das suas raízes e seus resultados; estrutura económica, evolução dos seus recursos e modo como foram usados”. O que estava em causa era perceber como um determinado conjunto social, uma nação, um país, foi mantendo, ao longo do tempo, uma persistente capacidade em mobilizar os diferentes recursos civilizacionais para superar os desafios postos à comunidade como um todo, ainda que sentidos de modo desigual pelos diferentes grupos. A vida nacional era-nos apresentada em si mesmo, de dentro para fora e não de fora para

¹ Jorge Borges de Macedo, “Ciência Histórica e Conhecimento do Homem”, *Igreja e Missão* (Sep.), Ano 41, N.º 143-145, Janeiro-Setembro, 1989, p. 4.

² Paul Veyne, *Como se escreve a História*, Lisboa, Edições 70, 1987, pp. 128 [1.ª Éd. du Seuil, 1971].

dentro, na originalidade do seu próprio modelo, como um persistente conjunto em que mesmo as propostas externas eram inevitavelmente aferidas e temperadas pela ponderação da experiência, apesar do entusiasmo com que alguns grupos as recebiam. Por exemplo, mostrou como o liberalismo, enquanto corrente diversificada de opinião, embora dispusesse de um corpo doutrinário elaborado noutras culturas, acabou por inserir-se, como proposta, nos debates nacionais sobre a reforma do regime absoluto. A minha tese de licenciatura, por ele orientada entre os anos 1969-71 – *A polémica sobre a Inquisição. De finais do século XVIII a 1821* – vai nesse sentido.

Tal como mais tarde o fez em *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força* (1987), partia do conceito geo-político de “nação situada” como indicador para uma história comparada quanto às condições e formas de sobrevivência dos pequenos Estados, mais sensíveis à alteração das situações internacionais que, frequentemente, os põem à prova. Ligava a política externa à história da sociedade como um todo, aos seus mecanismos de selecção e verificação, abrindo, assim, novas direcções de pesquisa que seguiu através da orientação de várias teses de licenciatura em História Diplomática. Foi o caso, entre outros, de Pedro Canavarro (1965), com um trabalho sobre as relações com a Dinamarca, de Pedro de Vasconcelos e Castro que estudou o Bloqueio Continental (1968), de Augusto Monteiro (1969) ou de Fernando de Castro Brandão (1968) que se interessaram pelas relações com a Espanha, na segunda metade do século XVIII, princípios do século XIX. Mesmo nas dissertações de Maria do Rosário Themudo Barata ou de Manuel Côrte-Real (1967), ambas relativas ao século XVI, a primeira sobre Rui Fernandes de Almada que desempenhou missões na Flandres e no Império, a outra sobre a feitoria portuguesa na Andaluzia, embora sob a orientação de Virgínia Rau, o contributo de Borges de Macedo foi muito para além do apoio bibliográfico. Aliás, isso ficou bem patente no Prefácio de ambas as publicações, no agradecimento público a quem acompanhou de perto a investigação e nunca se escusou em prestar os seus conselhos e sugestões, problematizando as questões e ajudando na compreensão dos factos analisados. Mesmo na minha tese de doutoramento, apresentada já bastante tempo depois da sua morte, a marca do mestre está patente na exigência metodológica em determinar o universo sócio-cultural do diplomata estudado – Duarte Ribeiro de Macedo – na integração do caso particular no contexto nacional, e por sua vez, este, num quadro de referências à escala do império português face às tentativas hegemónicas das potências continentais e/ou aos apetites das potências marítimas.

Nos meus apontamentos de “História da Cultura Moderna” leio, por exemplo, a propósito do Renascimento:

“Uma coisa é a sensação de mudança, outra o alcance dessa mudança. No Renascimento essa sensação vai-se articular com aspectos sociais, políticos e culturais que a alargam e aprofundam. De facto, diversos problemas se põem: Até que ponto a mudança não é só de ideologia? Essa sensação é acompanhada por uma estruturação científica ou por uma aparelhagem mental diversa das anteriores? Não se estará a colocar num período privilegiado uma mudança, um movimento que durou séculos e que das essências levou à aceitação dos esquemas matemáticos? A continuidade abrange domínios não a totalidade do real em evolução. As questões fundamentais são: O que mudou? Como mudou? Podemos ainda acrescentar uma pergunta secundária: Quando mudou? Trata-se de mudança em si mesma? Mudança pela mudança? Ou antes, desejo de inovar, de fazer melhor? Sentido crítico? Não interessa tanto o que mudou ou quando mudou, mas sim como foi possível a mudança. Não tanto o produto, mas sim o processo, um processo que rompe com barreiras e tutelas ancestrais”.

Escusado será dizer que as suas aulas constituem a matriz sobre a qual estruturei os meus programas da cadeira de “História da Cultura Moderna”, agora semestralmente leccionada. Tenho procurado “saber continuar” a pensar e a fazer História aplicando as propostas metodológicas daquele que foi um dos maiores historiadores portugueses de todos os tempos, tendo desempenhado um papel primordial na renovação que a historiografia portuguesa conheceu a partir dos anos 50 do século passado. Também no Centro de História da Universidade de Lisboa, onde durante largos anos Borges de Macedo desempenhou as funções de Secretário, as mesmas que recentemente me foram atribuídas, tanto os meus colegas com eu esperamos saber continuar a fazer aí uma oficina de investigação.

Chegamos, assim, ao que interessa. *SABER CONTINUAR* foi o título escolhido para a obra que hoje se apresenta, o que implica a referência a dois pontos fundamentais que, por sua vez, constituem a 1.^a e a 2.^a parte de um livro que vem acompanhado (ou será vice-versa?) de um DVD, que para além do livro propriamente dito, inclui os vídeos relativos aos debates da mesa redonda realizada na Faculdade de Letras, a 22 de Junho de 2005 e à sessão de 12 de Abril desse ano, que apresentou o Catálogo do Legado Bibliográfico cuja base de dados também aqui se inclui. Na 1.^a parte do livro encontramos a publicação de um texto de Borges de Macedo, escrito em 1995, intitulado “A Experiência Histórica Contemporânea” e que hoje se afigura mais oportuno que nunca.

Bom senso e sentido de oportunidade não se ensinam, mas a ideia de que para além da circunstância existe a noção pragmática de prioridades estratégicas que aplicamos ao conhecimento concreto dos recursos disponíveis num determinado momento foi uma das lições que aprendi com ele. Na 2.^a parte, o leitor encontra a edição das comunicações e respectivos comentários que constituíram a já referida mesa redonda, ponto de partida para uma série de iniciativas que visam transmitir às novas gerações as propostas metodológicas de Borges de Macedo, como um pensamento vivo, que se interroga e que apesar de todas as vicissitudes da *fortuna* (bem infelizes algumas delas, diga-se de passagem, sobretudo o seu “saneamento” entre os anos 1974 e 1980) nos dá, na generosidade e grandeza de alma da oferta do seu Espólio e Biblioteca à Faculdade de Letras, mais uma lição, desta vez uma lição de vida.

Começo por aqui. E começo pelas palavras do Filho ao interpretar a herança do Pai (Jorge Braga de Macedo, comunicação na sessão de 12 de Abril, pp. 227-254), evocando em três pontos, e cito, “o equilíbrio entre política nacional e amor ao próximo procurado por alguém que funciona em três tempos, passado presente e futuro – pela integridade e a pedagogia contra o pré-conceito”.

Pela “integridade”, na medida em que Borges de Macedo “nunca se satisfiz com visões parcelares, por mais rigorosa que parecesse a análise, nem com falsas sínteses” (p. 232). Para Borges de Macedo, a compreensão das acções do homem, na sua complexidade, não pode dispensar o seu contexto, percebido na dimensão em que se realizou, na dinâmica da transformação que não pode dispensar a anterioridade nem o consequente. Sempre chamou a atenção para que “sem a explanação do processo humano, na sequência em que ocorreu – o tempo – pouco se poderá perceber o que o homem realizou, e pode ou pensa realizar”³. O conceito de evolução implica o dinamismo de uma sociedade em mudança e permite colocar o conhecimento do homem em três dimensões: a consciência da situação, o seu processo de ajustamento, as intenções e atitudes prospectivas. O tempo é, pois, a condição necessária para esse conhecimento que é duplamente indirecto: como produto mental e como reconstrução a partir dos dados alusivos ao já conhecido e que por eles indirectamente se reconstitui.

Pela “pedagogia”, na concepção de uma História que é um verdadeiro exercício de crítica rigorosa e de exame racional. Do ponto de vista pedagógico, Borges de

³ Jorge Borges de Macedo, “Ciência histórica e conhecimento do homem”, *Igreja e Missão* (Sep.), Ano 41, n.º 143-145, Janeiro-Setembro de 1989.

Macedo acentuou sempre a importância de uma cronologia rigorosa em termos das finalidades culturais e críticas do estudo da História, acompanhada pela percepção da complexidade do todo social em evolução. Não se trata de saber mais factos ou de tornar a História mais pesada, mas sim de fornecer mais recursos para que se possa proceder a um renovado trabalho de espírito crítico, estabelecendo novos ajustamentos e relações. O seu objectivo, no fundo, é a construção de um pensamento autónomo não esquecendo que umnexo lógico e abstracto é insuficiente para a abranger a possível realidade do já acontecido. De facto, só a “vigilância do concreto”, como lhe chamava, permite separar a História das ideologias⁴. O passado só pode contribuir para compreender o homem se tiver em conta a diversidade das soluções e dos resultados. Borges de Macedo ensinou que a problemática histórica é constante e aberta. Em nada altera o que já passou, apenas muda a nossa interpretação e compreensão da realidade. Não pode, pois, servir para uma justificação ideológica do presente, nem ser apresentada num rigoroso e exclusivo encadeamento causal, sem alternativa, numa evolução legitimada e determinada pela actualidade.

“Contra o pré-conceito”, na medida em que o enunciado anterior evidencia bem as preocupações metodológicas de Borges de Macedo relativamente à História, “a única ciência a precisar de reconstituir os próprios factos que, depois, lhe compete interpretar ou integrar”⁵. Para isso, parte de uma concepção de cultura de base antropológica, que afasta as generalidades abstractas, os modelos preconcebidos que têm implícita a concepção de que o homem actua sempre segundo finalidades e meios bem definidos quando, no fundo, “é ele próprio que os cria, concebendo uma – entre várias – eficácias”⁶. Para Borges de Macedo, os modelos só valem quando dispõem de tempo histórico, sendo, sobretudo, um processo de aplicação, verificação e aprofundamento. Não dispensam a metodologia específica da averiguação dos factos, antes tentam superar a sua insuficiência com um instrumento de formulação de hipóteses e de organização dos conjuntos humanos. Estes só ganham sentido e operacionalidade numa perspectiva diacrónica. Por um lado, o passado, o saber herdado, a experiência acumulada são indispensáveis na realização do presente.

⁴ Jorge Borges de Macedo, “O Ensino Liceal de História e as Exigências Universitárias”, Sep. da revista *Palestra*, n.º 37, 38.

⁵ Jorge Borges de Macedo, “Ciência Histórica e Conhecimento do Homem” (...), p. 29.

⁶ Jorge Borges de Macedo, “Ciência Histórica e Conhecimento do Homem”, Sep. de *Igreja e Missão*, Ano 41, N.º 143-145, Janeiro-Setembro, 1989, p. 12.

Por outro, a componente prospectiva permite abalçar para várias previsões. Em Borges de Macedo, as questões são enunciadas não a partir de ideias simples, como a da evidência de uma ruptura política, mas procurando nexos de continuidade estrutural.

Na segunda parte do livro que hoje aqui nos reúne, encontramos os textos das quatro comunicações apresentadas na mesa redonda. Razões de carácter metodológico e pedagógico levam-me a começar por referir a terceira, de Ana Cannas, Conceição Casanova e Pedro Pina Manique, “É preciso sabermos ter memória”, enunciado de Borges de Macedo que considerava a História como expressão superior da memória e seu acto consciente. Os autores expõem as acções desenvolvidas no âmbito da preservação do património histórico do IICT bem como da sua informatização para que seja acessível, nomeadamente à comunidade científica internacional. As suas bibliotecas e arquivos, bem como o acervo científico de carácter museológico, exigem o estabelecimento de prioridades que passam pela avaliação da memória institucional e do complexo de conhecimentos não oficiais, nomeadamente espólios de cariz privado, e pelo processo de inventário do Arquivo Histórico Ultramarino. Em anexo, o projecto “Ciência nos Trópicos” ambiciona promover o diálogo interdisciplinar e proporcionar os meios, parafraseando Borges de Macedo, para que “gente de capacidade de hipótese” torne vivo o que foi. As restantes três comunicações constituem outras tantas propostas interpretativas da sua obra.

José Brissos, em “Liberalismo: Ideologia e História – Lendo Jorge Borges de Macedo” (pp. 201-214), mostrou como a problemática do Liberalismo tem uma presença altamente significativa na investigação de Borges de Macedo, embora não se encontre exposta numa obra especificamente pensada e organizada para o efeito. Através da leitura de textos de diferente natureza, dispersos no tempo, sobre essa temática concreta, a proposta de José Brissos contribui, corajosa e decisivamente, para delinear o itinerário intelectual de um historiador, um percurso “em que a maturação das ideias se faz por posições e afinamentos sucessivos”, uma obra que vai evoluindo à medida da evolução da própria vida – como disse Rosário Themudo Barata no seu comentário – um pensamento vivo que constantemente se interroga. Simplificando, encontramos uma primeira fase, que corresponde, grosso modo, aos anos 40 e 50, em que a análise proposta para o liberalismo oitocentista – com a sua variante republicana – não se encontra ainda plenamente diversificada e livre dos condicionalismos sociológicos da época. A partir dos anos 60 podemos identificar uma nova fase no questionário do historiador, em que o tema, embora disperso por

múltiplos segmentos de análise, vai ganhando unidade teórica e conceptual acabando por se transformar numa das suas áreas preferenciais de pesquisa. Esta evolução decorreu de um profundo e renovador conhecimento da chamada época moderna (séculos XVII e XVIII, inicialmente a sua área de investigação), ultrapassando a visão corrente largamente imbuída de critérios ideológicos e marcada por realidades sociológicas importadas de outras sociedades. O “inventário de problemas”, como Jorge Borges de Macedo gostava de dizer, mostra que a implantação e desenvolvimento do Liberalismo em Portugal foi objecto de um amplo inquérito que forma um todo coerente.

João Marques de Almeida, com “As implicações de *História Diplomática Portuguesa* para a análise da política externa” (pp.107-116), assinala a dimensão conceptual subjacente ao estudo de Borges de Macedo: um modelo de ordem internacional que é uma síntese entre realismo e liberalismo. Por um lado, as relações de poder ou “confronto de hegemonias”, uma definição realista do sistema político europeu como uma geopolítica de nações em que interessa aos pequenos Estados uma política de alianças que possa funcionar como travão às potenciais hegemonias europeias; por outro, a dimensão normativa e institucional de modo a mitigar a importância das relações de poder normalmente prejudiciais aos pequenos Estados e daí a importância do “conceito de equilíbrio”, ideia central do pensamento liberal. Mas para além da dimensão conceptual, os objectivos centrais da ordem política europeia (impedir a emergência de um poder imperial e garantir a independência dos pequenos Estados) e as duas correntes da política externa portuguesa (entre o equilíbrio de poder das grandes potências continentais, Espanha e França, e a aliança com a potência atlântica que é a Inglaterra) são apresentados em concreto para o período que vai até ao Congresso de Viena.

Para Álvaro Costa de Matos mereceu especial atenção um conjunto de ensaios, publicados entre 1967 e 1987 e reunidos sob a designação *Portugal-Europa para além da circunstância*. No estudo apresentado, “A ideia de Europa em Jorge Borges de Macedo: constantes e linhas de força” (pp. 127-163), traça um apontamento bio-bibliográfico do qual me permito destacar o elenco das características que distinguem a historiografia de Borges de Macedo: a diversidade dos temas tratados (economia, sociedade, política, ciência, tecnologia, filosofia, arte, religião, teoria da história); a inovação em detrimento de teses estabelecidas e caminhos já explorados; a luta contra ideias feitas; a proposta de uma história-problema em que a formulação de hipóteses explicativas e a teorização supera a mera descrição, mas tendo como base uma sólida

análise histórica; a construção de uma perspectiva aberta aos vectores políticos, sócio-culturais e económicos; o recurso a fontes de natureza muito diversificada; o contacto com a historiografia de diversas origens, nomeadamente anglo-saxónica e o interesse pelas tendências historiográficas mais recentes.

O autor salienta a posição de Borges de Macedo relativamente à Europa, entendida como uma realidade que resulta de uma convergência política e civilizacional que nunca se fez por unanimidades, mas antes no diálogo e no consenso possível. A sua dimensão civilizacional incorpora uma vertente geopolítica e um património cultural: o “espírito europeu” significa “unidade sem imposição da uniformidade”, “convergência de esforços na diversidade das suas manifestações”, integração e não soma das partes, o “direito ao crescimento em diferença”, a dignidade da pessoa como conquista essencial do cristianismo, respeitando a importância persuasiva do grupo no equilíbrio entre o pessoal e o social, o indivíduo e a comunidade.

Contudo, a parte substancial do livro (e respectivo DVD) que apresentamos é, sem dúvida, o ensaio intitulado “A experiência histórica contemporânea”. Dividido em duas partes – a primeira com reflexões de carácter geral sobre “O sentido e o fim do último quartel do século XX. Experiência e Crise (1974-1995)” (pp. 27-57); a segunda sobre “A experiência histórica portuguesa contemporânea (1974-1994)” (pp. 59-100) – encontro nelas a chave para a compreensão das duas décadas que mudaram o mundo nos finais do século passado. É que, e de acordo com Borges de Macedo, “as questões do desenvolvimento não são só económicas, nem só sociais, nem só de cultura. Precisam da dimensão política”. Começa assim:

“O último ano do terceiro quartel do Século XX assiste à entrada do exército vietnamita em Saigão, no Vietname do Sul, e ao arrear da bandeira portuguesa em Luanda. Na sua inconfundível diversidade, os dois factos são as duas faces de um processo idêntico (...). Para fins propagandísticos, deu-se-lhe o nome ofensivo de “descolonização” ou de “luta contra o colonialismo”. No entanto, o conteúdo do termo não é muito claro. Assim como não é muito fácil analisá-lo, em profundidade, sem considerações sociológicas, religiosas, geopolíticas e económicas, além de culturais e de civilização”.

Posto o problema, está lançado um desafio em que a inteligência da análise política se alia, por vezes, a uma incontida ironia. Borges de Macedo pondera, por um lado, o primeiro grande insucesso militar e político sofrido pela maior potência do mundo contemporâneo numa altura em que a mesma é acusada de ser uma civilização sem cultura, não por falta de gente culta, mas sim pelo ostensivo poder material do homem. Por outro, observa que o fim do poderio colonial português revelou que o seu império “não económico” não estava preparado para esse mundo

novo. A mudança política não levou à paz, mas sim à guerra civil porque uma das partes não teve meios para negociar. A política é sempre o verdadeiro nervo da guerra, por muito económica e social que ela se apresente. Ora, a diplomacia portuguesa não dispunha de recursos militares de negociação, não para recusar independências, mas para garantir os legítimos interesses nacionais em jogo. “Quer se goste, quer se não goste” – diz Borges de Macedo – “há na crise uma responsabilidade colectiva que não pertence nem só aos militares, nem só aos políticos. Pertence ao país. Quanto melhor a assumirmos, melhor a poderemos vencer”. Aquilo a que chama a “doença infantil” do triunfalismo – ligada à evidente falta de preparação política actualizada, além de estar contaminada pelo mais evidente “oportunismo exibicionista” – não percebeu que era um erro empenhar, a fundo, na descolonização, os próprios militares. E Borges de Macedo não resiste à ironia: “A inteligência devia ser considerada um luxo burguês”.

A maior potência do mundo e uma pequena potência nas margens do Atlântico, que tinha iniciado no longínquo século XV a chegada da mensagem ocidental às “longes terras do mundo”, protagonizavam o mesmo “facto” civilizacional, a mesma realidade diplomática e militar enquanto a pressão do petróleo e as várias assimetrias faziam emergir um mundo diferente, “sem graça, ruidoso, ostensivo”. Um mundo em que a raiz dos seus problemas e equívocos se encontra numa sociedade egoísta e solitária, construída numa quase completa indiferença pela essência do humano (que só pode partir do respeito pelo próximo, por si mesmo e pelo lugar onde vive – a Terra), embora guarde em “casas de virtuosas intenções” – como Borges de Macedo chama aos museus – as obras-primas da cultura de milénios da humanidade.

O esquema da reflexão apresentada segue uma linha cronológico-temática em que os problemas são equacionados na sua complexidade estrutural e sincrónica sem perder de vista as circunstâncias conjunturais da sua evolução. Os actores individuais que contribuíram para a mudança, as datas dos principais acontecimentos históricos e até a percentagem dos votos obtidos pelos partidos políticos portugueses nos diversos actos eleitorais do período em apreço são-nos apresentados com decida e pedagógica minúcia:

- A era Reagan em que os EUA retomam planos de hegemonia espacial;
- Um Mikail Gorbachov que recua, pelo menos, à morte de Brejnev (10-11-1982);
- A situação africana tendo apenas uma coisa como certa – o respeito pela natureza variável do humano não se inventa no abstracto. “Os povos só aprenderão à sua própria custa”, assimilando as novidades à sua maneira;

– As razões asiáticas, séria advertência face à errada convicção de que a eficácia material se coloca acima de qualquer outra. “Dentro de certos limites, as diferenças de capacidade militar são a mais enganadora das superioridades!” – exclamou Borges de Macedo – «uma cultura diferente é uma “arma” insuperável».

Num primeiro período (1975-1985) de “dissonâncias agravadas”, dominado por lutas regionais, pouco generalizáveis, em que as ideologias políticas, os conflitos sociais ou os sectarismos religiosos não passam de uma pequena área – a expressão “os políticos podem não fazer nada, mas circulam” capta bem o sentido da época – em que a tendência para a diversidade se vai acentuando, paradoxalmente, em Portugal, vemos militares e políticos investirem na unicidade sindical, “interferência insuportável da política sobre o sindicalismo”. A eleição de João Paulo II (16-10-1978) foi o grande acontecimento da unidade espiritual num mundo em choque e em luta.

Quando os sete países mais industrializados declararam que a segurança mundial era indivisível e só devia ser considerada de maneira global, uma campanha mundial à volta do desarmamento nuclear (proposto pela URSS) suscitou manifestações que envolveram mais de dois milhões de pessoas nas principais capitais europeias. “Quem as instiga? Quem ganha com isso?”, pergunta Borges de Macedo. Nesta fase da História, a Europa aceitava a situação de choque entre as duas grandes potências nucleares e a CEE pensava criar meios para chamar a si a colaboração do Terceiro Mundo. “Havia que resolver a situação das diversas civilizações de modo próprio e criar um ambiente de solidariedade e segurança”. O ponto de vista comum era de que o problema da segurança no Mundo não era só militar ou diplomático, nem mesmo só económico ou político, mas havia também a necessidade de pôr o problema com parâmetros morais. As incansáveis viagens do papa chamavam a atenção para o facto essencial de que “nenhuma solução do problema humano pode evoluir bem se não tiver um suporte de espiritualidade e caridade”.

Borges de Macedo observa que o preço da “exportação do socialismo” não só se apresentava altamente dispendioso, como inútil. Em África já se vislumbravam os erros do “socialismo africano”. Apesar de tudo, a Europa resistia melhor às doenças do último quartel do século e a configuração da União Europeia ia-se ampliando com a entrada de Portugal e Espanha, enquanto os EUA reconheciam que a tarefa de “polícia do mundo” tinha que ser assumida à escala mundial. A 8 de Dezembro de 1987, Reagan e Gorbachov assinavam o primeiro grande acordo para o desarmamento nuclear. Mas falha o GATT. A Europa não aceitava as exigências dos EUA para renunciar às subvenções agrícolas. O pensamento político regressa lentamente às

nações. Com a queda do muro de Berlim (10 de Novembro de 1989) a transformação do mundo europeu oriental apresentava-se em toda a sua expressão.

A invasão do Kuwait (2 de Agosto de 1990) foi um desafio à ordem mundial. Desencadeou-se uma guerra marcada, com máquinas de filmar à espera. Ganhou-se a guerra, mas a vitória não teve consequências políticas. “Ter-se-á ganho a paz?” Esta lacuna levou à derrota do discípulo de Reagan, George Bush, e à vitória de Bill Clinton (que Borges de Macedo considera, depreciativamente, “uma segunda via de Jimmy Carter”) e regressa-se ao mundo complicado, difícil... O equilíbrio europeu agravou-se com a dissolução da antiga Jugoslávia, ao longo de 1991. Também a URSS se começou a desintegrar. O regresso às pátrias iniciais torna-se uma realidade. Boris Ieltsine é eleito por sufrágio universal (12 de Junho de 1991). A CEI (Comunidade de Estados Independentes) fica estabelecida no final de 1991. O papa vem advertir que as injustiças sociais progrediram e agravaram-se desde há 100 anos, e também no final de 1991, o sínodo dos bispos terminava por um apelo à “nova evangelização”.

Quanto ao caso português, Borges de Macedo desenvolveu cinco pontos dominantes que mergulham em longos antecedentes:

O movimento militar que depôs o Estado Novo.

A descolonização e a tentativa de implantação de uma “democracia popular”, modelo já então posto de parte na prática política moderna.

A resistência nacional que impôs uma democracia política efectiva.

A ligação à Europa Ocidental sem perda de consciência do papel atlântico.

O estabelecimento de um governo democrático de maioria.

Entre todas, saliento duas questões:

As razões de aproximação à Europa vistas na perspectiva do que lhe acrescentamos em termos da nossa dimensão geográfica, estratégica, social, cultural, política e económica. Trata-se de “completá-la, completando-nos a nós mesmos”. O espírito de nacionalidade obriga os europeus a saberem-se diferentes. O voto de renovação interpretativa que cada comunidade lhes dá é o “segredo” da sua constante renovação. Uma forma de integração diferenciada é de extraordinária importância para Portugal que sempre teve grande dificuldade na divulgação da sua cultura, não por falta de qualidade, mas pela pobreza de meios para se difundir. Aliás, a história do século XX português acompanha a evolução da vida europeia nos seus momentos fundamentais. Não é possível tirar dessa história uma imagem de subserviência sequer comparável à que se verificou nos países do Leste europeu. De acordo com Borges de Macedo, “qualquer que tivesse sido a influência dos acontecimentos

mundiais e da guerra-fria, em Portugal só intervieram os portugueses. E mesmo com o 25 de Abril e a descolonização, apesar de tudo, a situação interna nunca nos saiu das mãos”.

A Evolução política no post-25 de Abril, de uma 1.^a fase (situada entre o golpe de Estado até à entrada em vigor da constituição de 1976) passando pelos primeiros governos constitucionais, a Aliança Democrática e o Bloco Central (ou seja, uma 2.^a fase, de acordo com a periodização proposta) até ao que Borges de Macedo chama de “República bifronte” (uma 3.^a fase, o início de uma nova experiência histórica) com um presidente eleito pelos votos dos socialistas, comunistas e republicanos de esquerda e um governo maioritário do PSD.

E registo algumas notas:

- 1.^a – Borges de Macedo considera que as votações portuguesas revelam sentido de Nação e sentido de responsabilidade colectiva, “responsabilidade do país real, distante dos delírios voluntaristas que não raro têm procurado manipular a vontade nacional”.
- 2.^a – A ideia de que a resistência ao totalitarismo e o acolhimento caloroso aos retornados constituiu a primeira derrota dos radicais face à sociedade portuguesa. O aviso português seria percebido em toda a sua profundidade, doze anos depois, na Europa Oriental.
- 3.^a – As considerações sobre o socialismo na medida em que os seus resultados práticos como sistema económico nunca foram convincentes: o socialismo não é um modo de produção. Tinha o prestígio da indispensável justiça social, mas ficava mais protegido por um estado forte e justo do que pela estatização dos meios de produção que davam excessivo valor político ao poder económico (onde a corrupção se revelava inevitável).
- 4.^a – As observações contundentes sobre as diversas posições políticas nas eleições presidenciais de 1986 na medida em que correspondiam mais um estilo de vida do que um nível de rendimento: o Professor Freitas do Amaral fica com a responsabilidade do centro-direita; Maria de Lurdes Pintassilgo com o “exibicionismo intrínseco ao catolicismo progressista”; Francisco Salgado Zenha com a esquerda doutrinária agnóstica, o radicalismo liberal dos intelectuais, a argúcia argumentadora dos advogados e dos doutrinadores do socialismo; Mário Soares com a circunstância socializante na permanência republicana, laica e bem conhecedora das exigências institucionalizadas.

Em síntese, as reflexões de Borges de Macedo mostram que um grande país não pode ser fraco. Ora, o preço das armas, em democracia, é bem mais alto e mais lento do que em regime totalitário. Se desapareceu a “tentação totalitária” não sucedeu o mesmo à “tentação imperial”. E o facto verifica-se tanto nos países islâmicos como na Europa, nomeadamente na Rússia, e na América do Sul. O mal-estar encontra-se nos conflitos localizados, no campo económico, no desemprego, na poluição...um mal-estar profundo que não parece transformar o universo num mundo mais seguro e mais humano. “A descida lenta do prestígio das abstrações políticas da opinião ilustrada também é visível nas democracias”, avisa. Verifica-se, assim, o desgaste e distanciamento dos sistemas eleitorais face à realidade da vida pública que se revela na indiferença e abstenção. Enquanto nos países pobres não há trabalho, nem há que comer; nos países ricos surgem duas novas classes: os que trabalham e os desempregados. Não são os proletários que regressam. É um mundo novo que nasce. E termino com as suas palavras:

“Cada homem é um mundo, cada sociedade um processo de cedências e convivências que só a boa vontade pode tornar efectivas. (...) O verdadeiro inimigo do homem é a inveja, companheira do orgulho, pessoal ou colectivo. É esta a advertência essencial nas vésperas do terceiro milénio, neste fim de século que pode desaparecer sem generosidade, mas onde, apesar de tudo, vemos sempre despontar a esperança”. **NE**

ESTATUTO EDITORIAL DA *NEGÓCIOS ESTRANGEIROS*

A *Negócios Estrangeiros* (NE) é uma publicação periódica semestral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dotada de autonomia científica, incidente na área da Política e Relações Internacionais, e que pretende incentivar o corpo diplomático português e a comunidade científica em geral a participar activamente na discussão de ideias e doutrinas no âmbito da Política e Relações Internacionais, divulgando a imagem de Portugal quer a nível nacional quer no estrangeiro.

A fim de prosseguir os seus objectivos, a NE deverá respeitar uma estrutura uniforme na qual se inserirão os seus conteúdos. Estes são definidos, para cada número, pelo Conselho Editorial.

São órgãos da NE: a) o Director; b) o Conselho Editorial; c) o Director Executivo e d) o Conselho Consultivo.

O Director da NE é o Presidente do Instituto Diplomático. O Conselho Editorial compreende elementos, designados pelo Director, bem como o Director, o Secretário-Geral, o Director-Geral de Política Externa e o Director Executivo, que participam activamente na elaboração da revista. O Director Executivo é nomeado pelo Conselho Editorial. Os membros do Conselho Consultivo, em número não superior a 40, são designados pelo Conselho Editorial.

A *Negócios Estrangeiros* tem livre autonomia editorial.

NORMAS PARA OS AUTORES

Os trabalhos devem ser inéditos e ter entre 10 a 30 páginas e deverão ser entregues no Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, acompanhados dos seguintes elementos:

- versão electrónica em *Word* para *Windows*;
- resumo até 10 linhas em português e em inglês, com 4 ou 6 palavras-chave;
- versão final pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas.

À parte, deverá ser entregue a identificação do autor, a instituição a que pertence, morada completa e contacto.

As notas de rodapé e as referências bibliográficas devem obedecer aos seguintes modelos:

Livro

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2002.

Artigo

GUEDES, Armando Marques, “Think-Tanks, Diplomacia e Política Externa”, *Negócios Estrangeiros*, n.º 9, Instituto Diplomático do MNE, Lisboa, 2006, pp. 146-178.

Quando os trabalhos incluírem materiais gráficos ou imagens, devem fazer-se acompanhar pelos originais em bom estado, ou ser elaborados em computador e guardados em formato gráfico.

Baseado num sistema rigoroso de *peer-review*, os trabalhos serão apreciados por dois avaliadores externos em regime de anonimato e, quando publicados, responsabilizam apenas os autores.

O envio de um trabalho implica compromisso por parte do autor de publicação exclusiva na revista *Negócios Estrangeiros*, salvo acordo em contrário.

INSTRUCTIONS TO CONTRIBUTORS

The unpublished works shall consist of between 10 and 30 pages and shall be delivered to the Diplomatic Institute of the Ministry of Foreign Affairs accompanied by the following:

- electronic version in *Word* for *Windows*;
- a 10 line abstract, with 4 or 6 key-words;
- final version, ready to publish and duly revised for possible typing errors.

Identification, full address and professional contacts should be given separately.

Footnotes and acknowledgements shall be in keeping with the following models:

Book

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 2002.

Article

GUEDES, Armando Marques, “Think-Tanks, Diplomacia e Política Externa”, *Negócios Estrangeiros*, n.º 9, Instituto Diplomático do MNE, Lisboa, 2006, pp. 146-178.

If the work includes graphic material or images it should be accompanied by originals in good condition or be prepared on a computer and saved in graphical format.

Articles submitted to *Negócios Estrangeiros* are read by two external referees, following a strict peer-review system. The works will be appraised on an anonymous basis, and, when published, the authors shall have full responsibility.

Unless otherwise agreed, submission of a work implies a commitment by the author to exclusive publication in *Negócios Estrangeiros*.

Boletim de Assinatura NegóciosEstrangeiros

Nome _____

Morada _____

Código Postal - Localidade _____

N.º Telefone _____

Desejo adquirir a Revista **NegóciosEstrangeiros** na seguinte modalidade:

Assinatura Anual – € 18

Assinatura Anual

Número Avulso – € 7,50

Número 3 Número 4/5 Número 6 Número 7 Número 8

Número 9.1 e 9.2 – € 10 Número 10 – € 10 Número 11.1, 11.2 e 11.3 – € 10

O pagamento deve ser efectuado por cheque à ordem do Instituto Diplomático e anexado a este Boletim.

Cheque n.º _____ Banco _____

Assinatura _____ Data _____

Instituto Diplomático

Rua das Necessidades, 19 . 1350-218 Lisboa . T 21 393 29 40 . F 21 393 20 49 . idiplomatico@sg.mne.gov.pt

Boletim de Assinatura NegóciosEstrangeiros

Nome _____

Morada _____

Código Postal - Localidade _____

N.º Telefone _____

Desejo adquirir a Revista **NegóciosEstrangeiros** na seguinte modalidade:

Assinatura Anual – € 18

Assinatura Anual

Número Avulso – € 7,50

Número 3 Número 4/5 Número 6 Número 7 Número 8

Número 9.1 e 9.2 – € 10 Número 10 – € 10 Número 11.1, 11.2 e 11.3 – € 10

O pagamento deve ser efectuado por cheque à ordem do Instituto Diplomático e anexado a este Boletim.

Cheque n.º _____ Banco _____

Assinatura _____ Data _____

Instituto Diplomático

Rua das Necessidades, 19 . 1350-218 Lisboa . T 21 393 29 40 . F 21 393 20 49 . idiplomatico@sg.mne.gov.pt

